



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Bahia

**Campus de Salvador  
Diretoria Geral  
Diretoria de Ensino  
Diretoria Adjunta da Educação Superior  
Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos**

**Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão  
de Eventos**

**Salvador  
2023**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
BAHIA - IFBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Reitora**

Luzia Matos Mota

**Pró-Reitor de Ensino**

Jancarlos Menezes Lapa

**Diretor Geral do Campus**

Ives Lima de Jesus

**Diretora de Ensino do Campus**

Ricardo Bahia Rios

**Diretoria Adjunta da Educação Superior**

Eduardo Souza Seixas

**Coordenadora do Curso**

Paula Mara Messias Costa

**Núcleo Docente Estruturante**

Adriana Melo Santos

Chelly Costa Souza dos Reis

Glauria Janaina dos Santos

Marcos Fernando Costa de Carvalho

Paula Mara Messias Costa

<b>DADOS DO CURSO</b>	
<b>HABILITAÇÃO</b>	Tecnólogo em Gestão de Eventos
<b>ENDEREÇO</b>	Rua Emídio dos Santos, s/n – Barbalho, Salvador – Bahia. CEP: 40.301-015.
<b>DESCRIÇÃO DO CURSO</b>	O Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos tem como objetivo desenvolver nos estudantes conhecimentos teóricos e práticos sobre a área de eventos, podendo atuar como gestor e/ou consultor, com conhecimentos do mercado e suas tendências para planejar e organizar qualquer modalidade da referida área, em entidades como hotéis, clubes, centros culturais, ONGs, escolas, secretarias de governo e museus, dentre outras.
<b>DATA DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO</b>	2014
<b>REGIME ACADÊMICO</b>	Periodização semestral. Cada período tem duração de 100 (cem) dias letivos.
<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	40 vagas anuais.
<b>TURNO DE FUNCIONAMENTO</b>	Predominantemente Noturno
<b>NÚMERO DE TURMAS</b>	1 turma anual de 40 alunos
<b>REGIME DE MATRÍCULA</b>	Semestral
<b>DIMENSÃO DAS TURMAS</b>	Atividades Teóricas: 40 alunos Atividades Práticas: 40 alunos
<b>REGIME DO CURSO</b>	Sistema de créditos
<b>TEMPO MÍNIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO</b>	06 semestres.
<b>TEMPO MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO</b>	<b>12 semestres</b>
<b>TOTAL DE CRÉDITOS</b>	<b>122</b>
<b>CARGA HORÁRIA</b>	Carga Horária Obrigatória: 1320 Créditos: 92  Carga Horária Optativa: 120 Créditos: 8  Carga Horária de Extensão: 210 Créditos: 14  Carga Horária de Estágio: 160 Créditos: 4  Carga Horária Total: 1930 horas
<b>FORMAS DE INGRESSO</b>	SISU - Resolução nº 31, de 09 de junho de 2016; Segundo as Normas Acadêmicas do Ensino Superior (NAES): <ul style="list-style-type: none"> <li>● Transferência Interna e Externa;</li> <li>● Portador de Diploma;</li> <li>● Categoria de aluno especial;</li> <li>● Categoria de aluno ouvinte;</li> <li>● Convênio, intercâmbio ou acordo cultural.</li> </ul>

## HISTÓRICO DE VERSÕES DO PROJETO

<b>Versão</b>	<b>Data</b>	<b>Justificativa</b>	<b>Aprovação (Colegiado, Direção Geral e Consepe/Consup)</b>
Versão 1	2014	Implantação do Curso	Resolução Nº 21 de 03 de setembro de 2012 do Conselho Superior do IFBA.
Versão 2	2016	Alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Eventos (Matriz Curricular e Resoluções Institucionais)	Resolução Nº 47 de 06 de outubro de 2016 do Conselho Superior do IFBA.
Versão 3	2023	Curricularização da Extensão, conforme Resolução 07 de dezembro de 2018 do MEC e Resolução nº 24 de outubro de 2021 do IFBA. Alteração do turno de funcionamento do Curso. Atualização da Matriz Curricular.	A ser submetido no ano de 2023

## LISTA DE TABELAS

<a href="#">Tabela 1: Número de instituições de educação superior e número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica – Brasil - 2020</a>	16
<a href="#">Tabela 2: Matriz Curricular do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos</a>	34
<a href="#">Tabela 3: Disciplinas Optativas</a>	39
<a href="#">Tabela 4: Regime de trabalho professores do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos</a>	86
<a href="#">Tabela 5: Titulação dos professores do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos</a>	86

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Infraestrutura disponível por equipamentos para eventos em Salvador-Ba	25
Quadro 2: Equivalência entre disciplinas	49
Quadro 3: Dispositivos normativos observados na construção do PPC	53
Quadro 4: Dispositivos normativos observados na construção do PPC	84
Quadro 5: Marcos Legais nacionais considerados no PPC sobre acessibilidade e educação inclusiva	68
Quadro 6: Relação de professores que ministram aula no curso de Administração e respectivas disciplinas	87
Quadro 7: Infraestrutura Tecnológica do Campus	88

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Interrelação entre os pilares de uma atividade extensionista	44
Figura 2: Fluxograma das ACEXs do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos	47

## LISTA DE GRÁFICOS

[Número de matrículas em cursos de graduação por modalidade de ensino](#)

## Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização político-institucional	9
1.2 Contextualização Educacional	13
3. CONCEPÇÃO DO CURSO	28
3.1 OBJETIVOS DO CURSO	28
3.1.1 – GERAL	28
3.1.2- ESPECÍFICOS	28
3.2. PERFIL DO EGRESSO	29
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
4.5.1 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACEX)	44
4.5.2 ACEX no Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos	45
4.5.3 DA SUBMISSÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	47
4.5.4 DA AVALIAÇÃO DAS ACEXS	48
4.7.1 Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	52
4.7.2 Educação Ambiental	53
4.7.3 Educação em Direitos Humanos	56
4.7.4 Libras	59
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
5.1 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE	63
5.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM (TICs)	65
6. ACESSIBILIDADE	68
7. SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE E À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	72
8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	77
8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	77
8.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	78
8.3 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS	80
9. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	81
9.1 COLEGIADO	81
9.2 COORDENAÇÃO	83
9.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	84
9.4 CORPO DOCENTE	86
9.5 EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA (GRA, DIRETORIAS, SECRETARIAS E TÉCNICOS)	87
10. INFRAESTRUTURA	88
10.1 INSTALAÇÕES (BÁSICAS E ESPECÍFICAS)	88
10.2 BIBLIOTECA	89
11. CERTIFICAÇÃO	90

REFERÊNCIAS	91
ANEXO I	99
APÊNDICES	100
APÊNDICE A - REGIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	101
APÊNDICE A.1 – ESTRUTURA PARA DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO OU MONOGRAFIA, DE NATUREZA BIBLIOGRÁFICA, EMPÍRICA OU TEÓRICA EMPÍRICA	111
APÊNDICE A.2 – ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS AO PROJETO DE PESQUISA	112
APÊNDICE A.3- TERMO DE ACEITE PARA ORIENTAÇÃO DE TCC	113
APÊNDICE A.4 – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TCC OU MONOGRAFIA	114
APÊNDICE A.5 – FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE DISPONIBILIDADE EM BIBLIOTECA DIGITAL	115
APÊNDICE A.6 – FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE BANCA	116
APÊNDICE A.7 - TERMO DE AUTORIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	117
APÊNDICE A.8 - TERMO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DO TCC	118
APÊNDICE A.11 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	126
APÊNDICE A.10 – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS	106

# 1. INTRODUÇÃO

O Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos, modalidade presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA - Campus Salvador), teve início em 2014, então denominado de Curso superior de Tecnologia em Eventos. No ano de 2016, o Curso passou por uma reformulação para maior atendimento das demandas e flexibilização curricular. E no ano de 2022, com as mudanças ocorridas no Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia (CNCT) passa a ser denominado Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos, a partir da reformulação de seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A nova proposta de reestruturação da matriz curricular visa manter a flexibilidade curricular, adequando a estrutura do curso e seus conteúdos oferecidos às atuais demandas globais, nacionais e regionais. Ampliou-se a possibilidade de componentes curriculares optativos, foi suprimido conteúdos superpostos em disciplinas e oferta novos componentes curriculares. E criadas as Atividades Curriculares Extensionistas em decorrência da curricularização da extensão na legislação vigente.

A Resolução nº 07 do MEC, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira. Em seu Art. 4º especifica que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos<sup>1</sup>.” Mais especificamente, a Resolução nº 24 do CONSEPE, de 15 de Outubro de 2021, aprova a Regulamentação que normatiza a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação no âmbito do IFBA. No Art. 4º, parágrafo único, assegura a manutenção da carga horária total já prevista na matriz curricular, não sendo permitida a sua incorporação como carga horária adicional.

Nesse sentido, ao considerar os aspectos acima referenciados, o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão em Eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA),

<sup>1</sup> A referida Resolução define o prazo de dezembro de 2022 para implantação das suas diretrizes.



Campus de Salvador, apresentam o novo projeto pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos.

### 1.1 Contextualização político-institucional

O IFBA e os demais Institutos Federais foram criados com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008).

Conforme o Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, as finalidades e características dos Institutos Federais são:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos **com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;**
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de **soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;**
- III - promover a integração e a **verticalização** da educação básica à educação profissional e educação superior, **otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;**
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e **fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais**, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de **ciências aplicadas**, em particular, estimulando o **desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;**
- VI - **qualificar-se como centro de referência** no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, **oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;**
- VII - desenvolver **programas de extensão** e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a **pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo** e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de **tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.** [ Grifos nossos]

No que se refere ao ensino superior, de acordo com o Art. 7º da referida Lei, *“observadas as finalidades e características definidas no Art. 6º, são objetivos dos Institutos Federais”*:

VI - ministrar em nível de **educação superior**:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de **bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.** [Grifos nossos]

No sentido de atendimento das finalidades, dos princípios, das diretrizes e dos objetivos destacados acima, foi aprovado o Projeto Pedagógico Institucional do IFBA (PPI) em que são evidenciados o perfil institucional e as diretrizes e concepções político-pedagógicas (IFBA, 2013).

O IFBA, com natureza jurídica de autarquia, é uma Instituição que atua também na certificação de competências profissionais, com autonomia, delimitada apenas por sua área de atuação territorial, para criação e extinção de cursos, para registro de diploma dos cursos oferecidos, através de autorização do seu Conselho Superior (CONSUP) e do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A Instituição atua na educação superior, básica e profissional, de forma pluricurricular e *multicampi* no estado da Bahia com seus 22 (vinte e dois) campi e 1 Polo de Inovação<sup>2</sup>.

Conforme o atual PDI (2020-2024), a missão e a visão político-institucionais do IFBA são (IFBA, 2019; p. 83):

a) **Missão:**

Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país.

b) **Visão:**

Transformar o IFBA numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua

<sup>2</sup> Atualmente, o IFBA é constituído por 22 (vinte e dois) campi (Salvador, Barreiras, Brumado, Camaçari, Eunápolis, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença e Vitória da Conquista); 01 (um) Núcleo Avançado (Salinas da Margarida); 02 (dois) campi em fase de implantação, localizados em Jaguaquara e Campo Formoso; 05 (cinco) Centros de Referência, também em construção, localizados nas cidades de Itatim, Casa Nova, São Desidério, Camacã e Monte Santo; e 01 (um) Polo de Inovação localizado no Parque Tecnológico da Bahia, Avenida Paralela, Salvador. (IFBA, 2022).

atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica.

Coerente com seu perfil institucional, o PPI considera a necessidade de “pensar e organizar as bases conceituais que fundamentam o trabalho pedagógico da Instituição, fornecendo os princípios dos planos de curso, ementas, planos de ensino, matrizes curriculares dos cursos, além de outros aspectos da dinâmica educacional” (IFBA, 2013; p.19). Para tanto, o PPI foi pautado na legislação educacional vigente no País, com destaque para a Lei nº. 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

De acordo com o PPI do IFBA (2013, p.46):

O ensino no IFBA deve ter por **princípio a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação com a ciência e tecnologia** destinada à construção da cidadania e da democracia, **mediante o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, a defesa do meio ambiente e da vida e a criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora**. Deve buscar ainda a articulação com a pesquisa e a extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas do conhecimento, promovendo oportunidades para uma educação continuada, **da educação básica à pós-graduação**. [Grifos nossos]

Nesta concepção, os currículos dos cursos no IFBA devem observar a continuidade do ensino e a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” para prover conhecimentos técnicos pautados na ética e na responsabilidade, no respeito mútuo, na solidariedade e no espírito coletivo com vistas “a construir uma sociedade mais justa” (IFBA, 2013, p. 48,49).

Os conteúdos disciplinares precisam apresentar uma articulação curricular que estimule a intermediação entre conhecimentos assimilados e novos, e uma visão e postura crítica ao mesmo tempo construtiva de saberes. Para tanto, a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade precisam ser devidamente consideradas nos currículos. Além disso, os currículos dos cursos na Instituição precisam ter compromisso e coerência com as realidades locais em que os *campi* atuam, com o objetivo de atender carências existentes e combater as desigualdades para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e tecnológico regional (IFBA, 2019).

Em outras palavras, uma concepção pedagógica de currículo norteadada pela aproximação dos alunos com as práticas profissionais e a realidade,

mediação de saberes e construção de alternativas para combater desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais em sua região e no País.

Mais especificamente, o ensino superior no IFBA, o que compreende o nosso Curso de Administração, deve “buscar uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho”, em termos da articulação entre saberes e conhecimentos teóricos e práticos da área profissional e os “fundamentos da formação humana integral”. Diante disso:

[...] as diretrizes curriculares para esse nível de ensino, e as diretrizes específicas para cada curso e modalidade devem ensejar a excelência no ensino superior sem, com isso, deixar de oferecer uma formação que ultrapasse os limites das aplicações técnicas e que insira a Instituição no processo de produção científica e tecnológica, mediante tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã. (IFBA, 2013, p.50)

Importa ressaltar que dentre os *campi* do IFBA, o Campus Salvador é o mais antigo e apresenta maior quantidade de discentes e docentes, ofertando cursos técnicos, nas modalidades de ensino médio integrado e subsequente, e ensino superior e pós-graduação. São oferecidos atualmente no Campus Salvador os seguintes cursos superiores: Administração; Licenciaturas em Física, em Matemática e em Geografia; Tecnólogos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão em Eventos e em Radiologia; Engenharias Industrial Elétrica, Industrial Mecânica e Química; além das Licenciaturas de Física e de Matemática na modalidade EAD em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A oferta dos doze (12) Cursos Superiores do IFBA Campus Salvador apresenta justificativa frente ao contexto de importância socioeconômica, político-institucional e regional do município de Salvador, onde está situada a Reitoria do IFBA, e de sua Região Metropolitana.

Salvador é a terceira capital do Brasil em termos populacionais (2.900.319 - população estimada); porém, ocupa apenas a posição de número 1918 de produto interno bruto (PIB) per capita entre os municípios brasileiros, R\$ 22.213,43, em 2019. Essa situação deriva de que o salário médio dos trabalhadores formais em Salvador é de 3,4 salários mínimos, que, comparada à realidade brasileira fica na 59ª posição e na Bahia na 4ª posição. Salvador

apresenta uma população ocupada de 28,7%, posição 581<sup>a</sup> no âmbito nacional e quarta na Bahia (IBGE, 2019)

Em relação ao PIB, a Bahia não difere da realidade nacional, em termos do elevado nível de concentração e desigualdade regional. No ano de 2019, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), principal região econômica no estado, apresentou participação de 41,87% do PIB baiano (SEI, 2022), em virtude de abranger dois dos principais municípios em termos do PIB da região Nordeste e da Bahia, quais sejam: Salvador e Camaçari. Salvador, sede do governo do estado, ocupa a primeira posição no PIB entre os municípios nordestinos, e apresenta participação no PIB estadual de 21,8% e de 51,9% da RMS, com destaque para o setor de serviços, primazia estadual, nas áreas de comércio e administração pública, serviços industriais de utilidade pública, e na indústria de construção civil e de alimentos. Já Camaçari, um dos dez maiores PIB do Nordeste, acima das capitais João Pessoa, Teresina e Aracaju, e segundo maior PIB estadual com 8,95%, é o principal município baiano na indústria em geral, em virtude do Polo Petroquímico de Camaçari, tendo como destaque a indústria de transformação com o segmento químico (SEI, 2022).

## 1.2 Contextualização Educacional

A Educação Superior no Brasil, nos últimos 40 anos, vem em um processo contínuo de crescimento e expansão, tanto no número de Instituições de Ensino Superior (IES) quanto na expansão dos Cursos e no aumento do número de matrículas em todo país. Entre o período de 2006 a 2013 o país apresentou um crescimento econômico o que impulsionou um aumento exponencial no crescimento e na oferta de vagas no Ensino Superior. Embora entre os períodos de 2014 e 2017 esse crescimento econômico tenha desacelerado, observa-se um aumento, mesmo que seja tímido, na oferta de cursos, do número de instituições (públicas e privadas) e no número de matriculados (INEP, 2013, 2017a).

Com base nos dados do IBGE (2022), o período posterior, referente aos anos de 2018 e 2019, a economia nacional manteve índices positivos de crescimento, contudo, em ritmo desacelerado, atingindo 1,8% e 1,4% respectivamente. No ano de 2020, devido à situação mundial de pandemia provocada pela COVID19, que afetou significativamente a vida cotidiana dos

indivíduos, a capacidade de consumo das famílias, o fluxo e funcionamento dos serviços e a produção industrial, o PIB do Brasil sofreu queda de 4,1%. Em 2021, embora tenha sido registrado um crescimento de 4,6%, a economia ainda encontra-se em recuperação porque este número reflete uma comparação com o ano anterior.

Mesmo diante deste cenário econômico, o volume de ingressos de estudantes em 2020 teve um aumento significativo. Atribui-se esta elevação à prática do ensino na modalidade à distância, modelo amplamente praticado na pandemia. Conforme o Censo da Educação Superior (2020), identificou-se queda de ingressos na modalidade presencial, mesmo assim, registra-se um aumento geral, situação que foi ocasionada exclusivamente pelos ingressos na modalidade à distância. Entre 2019 e 2020, identificou-se uma variação positiva de 26,2% na modalidade à distância, enquanto nos cursos presenciais ocorreu um decréscimo de 13,9%.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2020, o número de IES no período somavam 2.457. Desse total, 2.153 eram IES privadas e apenas 304 eram IES públicas (INEP, 2020).

No que se refere à organização acadêmica, do total de 2.457, as universidades totalizavam 203 (8,3%), 112 públicas e 91 privadas; os centros universitários 322 (13,1%), 12 públicos e 310 privados; as faculdades 1.892 (81,4%), 140 públicas e 1.752 privadas; e os **Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)** (Grifo nosso) totalizavam 1,7%, (40 IES).

No conjunto das IES, 2.153 (87,6%) eram IES privadas enquanto apenas 12,4% eram públicas. Ademais, no que se referem às IES públicas, do total de 304 dentre as 2.457 IES, 42,4% são estaduais, 38,8% são federais e 18,8% são municipais, sendo que dentre as instituições federais 55,2% são universidades e 33,9% são IFs e Cefets (INEP, 2022).

Segundo o INEP (2022), o número de matrículas em curso de graduação, por organização acadêmica em 2020, estava distribuído da seguinte forma, conforme Tabela 1.

**Tabela 1: Número de instituições de educação superior e número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica – Brasil – 2020**

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Total	2.456	100,0	8.680.354	100,0
Universidades	203	8,3	4.714.434	54,3
Centros Universitários	322	13,1	2.345.444	27,0
Faculdades	1.891	77,0	1.402.786	16,2
IFs e Cefets	40	1,6	217.690	2,5

Fonte: INEP (2022)

A partir da tabela 1 acima, observa-se que os IFs e Cefets, que em 2020 possuíam 40 IES, concentram apenas 2,5% do número de matrículas em cursos superiores. No entanto, cabe relativizar, que os IFs possuem uma rede vasta em que oferecem também cursos de ensino médio profissionalizante e subsequente, dentre outros, e, assim, com número de matrículas total muito superior aos números apresentados na tabela.

Segundo o INEP (2022), no período de 2020 as 2.457 IES ofertaram 4.195,3 mil cursos de graduação no país, sendo que dentre esses cursos ofertados, o grau predominante era o de bacharelado (59,8%) cuja participação em número de matrículas na educação superior foi de 55,1%. Vale destacar que, em 2020, o grau tecnológico apresentou o maior crescimento de ingressantes, 19,4%. Considerando o período de 2010 a 2020, apresentou uma variação positiva de crescimento, em termos percentuais, de 156,7%.

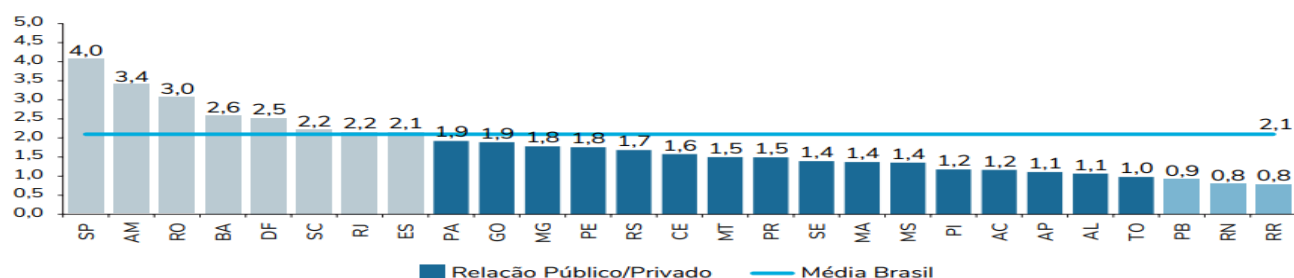
Em 2020, segundo o INEP (2022), no que se refere à matrícula na graduação, do total de 8,68 milhões de matrículas, 77,5% estavam concentradas nas IES privadas, enquanto as IES públicas participavam com 22,5%. Quando comparado com o ano de 2019, as IES públicas diminuíram a sua participação nas matrículas em 6,0% enquanto as IES privadas tiveram um aumento de 3,1%. Entre 2010 e 2020, a matrícula na educação superior aumentou 35,5%. Na comparação entre 2019 e 2020, identificou-se que o



número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial), teve uma variação positiva de 0,9% de matrículas.

Destaca-se ainda que no país para cada aluno matriculado na rede pública há, em média, 2,1 alunos matriculados na rede privada em 2020. A razão pode ser observada a partir do Gráfico 1, a seguir, com destaque para os estados de São Paulo, Amazonas, Roraima, Bahia, Distrito Federal, Santa Catarina e Rio de Janeiro, cujo número de matrículas na rede privada é maior do que a média nacional.

**Gráfico 1: Razão da matrícula por rede (privada/pública) nos cursos de graduação presencial, por Unidade da Federação – Brasil – 2020**



Fonte: INEP (2022)

Mais especificamente, no que se refere ao número de matrículas de graduação presencial, por categoria administrativa (pública e privada) por região geográfica e unidade da federação, três Unidades da Federação (Paraíba, Rio Grande do Norte e Roraima) das Regiões Nordeste e Norte, têm o número de matrículas na rede pública praticamente igual à rede privada. Tocantins tem a relação de uma para uma. São Paulo, Amazonas e Rondônia têm uma proporção de alunos em cursos de graduação presencial na rede privada igual ou maior que 3. Bahia, Distrito Federal, Santa Catarina e Rio de Janeiro também possuem essa relação maior que a média brasileira. Espírito Santo tem a mesma relação da média brasileira. Assim, nota-se que se torna imprescindível o aumento do número de matrículas na rede pública, em especial no contexto educacional do estado da Bahia.

No que se refere ao número de matrículas na rede federal, em cursos de graduação, por organização acadêmica, 82,2% estão nas universidades e 17,4% nos IFs e Cefets. De tal modo que universidades, IFs e Cefets representam 99,5% do número de matrículas em cursos de graduação da rede



federal. Entre os períodos de 2015 e 2016, na rede pública, as matrículas cresceram 1,9%, sendo, sobretudo, influenciado pelo crescimento da rede federal (INEP, 2017a). Já entre os anos 2019 e 2020, as universidades apresentaram um aumento de 5,0% no número de matrículas, o maior crescimento percentual entre todas as organizações acadêmicas. Mais da metade (54,3%) do total de matrículas estão nas universidades (4,7 milhões). Isso se deve ao crescente aumento no número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) que em 2020 continuou crescendo atingindo 8,680 milhões (INEP, 2020).

Em relação às vagas e ingressos, de acordo com o INEP (2017), em 2016 foram ofertadas, aproximadamente, 11 milhões de vagas nos cursos de graduação, das quais 73,8% foram novas vagas e 26,2% vagas remanescentes. No que se refere à participação da rede pública e privada, do total das vagas ofertadas (11 milhões, aproximadamente), 93% do total das vagas foram oriundas da iniciativa privada, enquanto, apenas, 7% correspondia às vagas ofertadas pela rede pública.

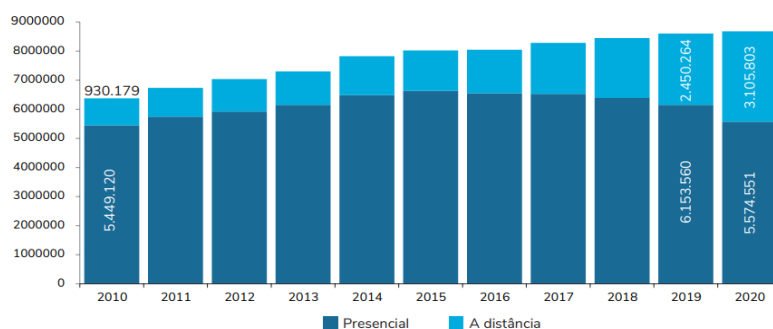
Por outro lado, segundo o INEP (2017a), em 2016, mais de 90% das novas vagas oferecidas nos cursos de graduação na rede pública federal foram ocupadas, o que representa a maior taxa de ocupação dentre as diferentes categorias administrativas (estadual, municipal e privada). Quando analisamos o período entre 2010 e 2020, constata-se que a rede federal de educação superior vem aumentando gradativamente a participação no número de matrículas da rede pública ao longo dos anos (INEP, 2022).

No que se refere ao número de matrículas de graduação presencial, por categoria administrativa (público e privada) por região geográfica e unidade da federação, em 2016, do total de 6.554.283 matrículas, a região Sudeste concentrava 46,09%, enquanto a região Nordeste, que ocupava a segunda posição, concentrava 22,04%. Na sequência, a região Sul concentrava 15,40%, Centro-Oeste 9,25% e o Norte 7,22% (INEP, 2017b). Em relação à região Nordeste (1.444.368 matrículas no período), a Bahia respondia pelo maior número de matrículas (327.672), correspondendo a 22,69% do total, seguida pelo Ceará com, aproximadamente, 18% e Pernambuco com, aproximadamente, 16%. Do total de matrículas no estado da Bahia, 31,69%

estavam nas instituições públicas e 68,31% nas instituições privadas (INEP, 2017b).

Quanto à modalidade de ensino, o número de matrículas em cursos de graduação na modalidade a distância tem crescido a cada ano. Em 2020, esta modalidade de ensino foi responsável por mais de 3 milhões de matrículas, o que já representa uma participação de 35,8% do total de matrículas de graduação. Ao mesmo tempo em que o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu -9,4% entre 2019 e 2020, destaca-se que na última década, entre 2010 e 2020, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 233,9%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi de apenas 2,3% nesse mesmo período (INEP, 2022).

Gráfico 2: Número de matrículas em cursos de graduação por modalidade de ensino.



Fonte: INEP, 2022.

O crescente aumento da participação da modalidade a distância evidencia-se não somente quanto ao número de matrículas, mas também quanto ao número de concluintes. Em 2020, a modalidade a distância aumentou 26,7% do número de concluintes em cursos de graduação em relação a 2019. No mesmo período, o número de concluintes em cursos de graduação presencial teve queda de 6,0%. (INEP, 2022).

Vale destacar que, em função da crise da COVID-19, de proporção global, as instituições de ensino se viram obrigadas, a fim de garantirem o cumprimento de normas sanitárias, a suspender as aulas presenciais no ano de 2020, com retomada gradual somente a partir de 2021. Organizações do mundo todo precisaram se adaptar às novas formas digitais de trabalhar, entre

elas, as atividades de ensino e aprendizagem remotos, a partir do desenvolvimento de aulas que utilizassem meios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Neste contexto, surge o Ensino Remoto Emergencial, que se caracteriza por um conceito que engloba o uso de soluções de ensino online e produção de conteúdos remotos, por meio da adaptação das metodologias e estratégias da sala de aula presencial, para a realidade não presencial da internet e de seus recursos síncronos e assíncronos (POSSOLLI, 2021). O ensino remoto emergencial está atrelado ao contexto pandêmico, que instalou uma crise sanitária e obrigou a implantação do distanciamento social, e não deve ser confundido com a modalidade da Educação a Distância (EaD).

Ainda de acordo com Possolli (2021), a concepção de EaD apresenta uma equipe multiprofissional e também deve contar com a disponibilidade de recursos tecnológicos, ofertando atividades pedagógicas e conteúdos por meio de diferentes mídias e plataformas on-line. Lima (2021) acrescenta que a EaD se define como o planejamento e organização englobando aspectos administrativo, técnico, logístico e pedagógico da educação configurados para o ensino-aprendizagem.

Essas experiências apontam que as ferramentas digitais são capazes de catalisar e potencializar propostas educativas e atuarem na interação entre o conhecimento e o sujeito desse conhecimento. Criando-se, assim, espaços colaborativos e agilidade de comunicação inclusiva e globalizada, favorecendo integração com ambientes virtuais e ferramentas tecnológicas, visando uma aprendizagem adequada aos propósitos educacionais delineados na estrutura curricular (CASTILHO, 2015; SCHNEIDER, 2017; DIAS, 2018).

É inegável que essa nova forma de adaptação do uso da tecnologia nas aulas remotas instaura um novo momento pedagógico. Deste modo, as IES não podem desconsiderar as formas de ensino remotas com o uso das TIC no processo de construção do conhecimento. Santos (2020) chama atenção de que essas modalidades fazem parte de um processo de democratização do ensino porque facilitam que a educação chegue em lugares que nem sempre dispõem de unidades físicas de IES. Nota-se que essa responsabilidade com a democratização tem um peso ainda maior em relação às instituições públicas.

Uma outra consideração é que o desenvolvimento remoto de uma série de atividades, entre elas o ensino, já quebrou paradigmas e está sendo incorporado culturalmente pela sociedade.

Em paralelo, não se pode desconsiderar que existem locais em que o acesso à internet não é uma realidade e há falta de recursos financeiros para se adequar ao novo formato. Visando uma perspectiva justa e igualitária, as políticas públicas de inclusão digital precisam ser incluídas no *rol* de iniciativas já existentes que concedem apoio ao estudante. Valente *et al* (2020) indicam que desafios dessa natureza estão sendo resolvidos pelas instituições a partir do empréstimo de equipamentos e auxílio financeiro para pagamentos de internet através de bolsas regidas por editais.

Tampouco desconsidera-se que o ambiente escolar, além de propiciar o aprendizado dos conceitos acadêmicos, proporciona aos jovens o contato com saberes mais amplos, que também são relevantes, oportunizando experiências de como interagir e se comportar em sociedade, por exemplo. Ao mesmo tempo, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 trata as tecnologias como potentes agentes transformadores da educação. Embora seja necessário reconhecer que avanços e investimentos financeiros ainda são necessários para garantir a sua estruturação no âmbito educacional.

Pelo exposto, reflexões acerca da prática pedagógica e de mediação na utilização de TIC, considerando um cenário híbrido, tornam-se pertinentes neste contexto. Possolli (2021) mostra que o significado de ensino híbrido no Brasil está atrelado a promulgação da Portaria nº 4.059/2004, e atualizada pela Portaria nº 1428/2018, que criam respaldo para o uso de recursos on-line e semipresencial, e abrem para a possibilidade de ampliação da carga horária de 20% de atividades a distância para 40% nos cursos originalmente presenciais.

O ensino híbrido, na compreensão da priorização do uso de metodologias ativas que contemplem os objetos de aprendizagem digitais, cria a possibilidade de geração de indicadores positivos na aplicação de estratégias pedagógicas na implementação desta modalidade híbrida, com destaque para a metodologia da sala de aula invertida como um indicador em potencial.

O conjunto dos desafios e potencialidades em relação à educação híbrida, contemplam uma série de metodologias inovadoras, utilizando o

ambiente virtual para o apoio dessas novas abordagens. Objetiva-se ritmo e dinâmica no processo de ensino-aprendizagem, e uma interação mais digital na construção do conhecimento, com a participação ativa do estudante na utilização das estratégias integradas em rede. (POSSOLLI, 2021).

Ademais, o preparo dos professores universitários dentro de uma nova prática pedagógica e de mediação na utilização de TIC em cenário híbrido torna-se imprescindível, e pressupõe a oferta de cursos e capacitações. Neste sentido, faz-se necessário o suporte institucional para docentes no processo de uso das TIC, buscando instaurar uma nova cultura de utilização de recursos e ferramentas inovadores no processo ensino-aprendizagem.

Importa salientar, conforme destacam Santos e Scheffer (2012), que não basta o mero uso das tecnologias nas aulas, é necessário também repensar os modos tradicionais de ensino, trazendo mudanças nas posturas de alunos e professores. Se por um lado o docente deve buscar métodos de ensino dinâmicos, criativos, interativos, por outro lado, o discente deve ter uma postura mais ativa, sendo o protagonista de sua aprendizagem.

O exercício dessas reflexões sobre as diversas possibilidades de metodologias de ensino e uso das TIC, neste tópico de Contextualização Educacional, é fundamental para a compressão dos impactos que o período recente de pandemia provocaram na educação. O conhecimento e reconhecimento acerca da capacidade de contribuição das tecnologias com a educação é um passo muito importante no caminho para sua expansão e consolidação.

## **2. JUSTIFICATIVA**

No mundo inteiro, a atividade turística contabiliza cifras e empregos consideráveis, corroborando com tal visão, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) pontua que no processo de retomada pós-pandemia COVID-19, o setor representará 11,3% da economia global, movimentando ao menos US\$ 14,6 trilhões ao longo dos próximos dez anos (2022-2032). (CNC, 2022).

O Brasil dentro dessa ótica desponta para a atividade econômica do turismo em razão das suas características de diversidade sócio cultural e ambiental. (MTUR, 2015).

A área de Turismo, Hospitalidade e Lazer tem a grande tarefa de divulgar as riquezas culturais e naturais do nosso planeta, assim como tem a missão de zelar pela sua guarda e valorização, que é de responsabilidade daqueles que trabalham nesse setor.

Do mesmo modo, integrando a área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, o segmento de eventos movimenta empresas e cidades, gerando demanda de serviços variados e especializados. Esse setor tem se mostrado uma área de atuação promissora no Brasil.

O turismo de negócios e eventos é uma das maiores revelações da indústria nacional de viagens na última década. O aumento do fluxo de empresários e trabalhadores tem gerado renda aos destinos, especialmente nos períodos de baixa temporada. O segmento representa 13% do Produto Interno Bruto (PIB), tem 60 mil empresas e 2 milhões de microempresários. (CNC, 2022).

Nos últimos anos o mercado de eventos no Brasil apresentou aumento de 400% no período compreendido entre 2003 – 2013, no tocante a eventos internacionais no Brasil. Somado a isso, as promotoras de feiras e organizadoras de eventos se despontaram entre as empresas que apresentaram maior crescimento no faturamento no mesmo período: 13,8% e 9,6% de acréscimo nas receitas, respectivamente. (MTUR, 2015).

O cenário promissor é afetado drasticamente com a pandemia do Coronavírus, e segundo pesquisa realizada pelo Sebrae Nacional, Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC) e a União Brasileira de Promotores de Feiras (UBRAFE), desvelou que 98% nas empresas do setor de eventos foram impactadas diretamente com a Covid-19. Segundo a ABRAPE (2021) mais de 450 mil postos de trabalhos formais foram perdidos neste período.

Com a retomada gradual dos eventos, apesar de terem registrado prejuízos de cerca de R\$230 bilhões em 2020 e 2021, a Abrape (2022) registrou que 56% das empresas já estão atuando normalmente em 2022. E a expectativa é de que 590 mil eventos sejam realizados até o final de 2022, em todo país.

Com a inserção dos eventos como oportunidade econômica de desenvolvimento, e a retomada pós-pandemia, é importante que novas práticas de utilização dos recursos naturais, culturais e sociais sejam criadas, com base em um pensamento e ação pautados nos princípios da sustentabilidade, que possam garantir não só a viabilidade econômica, como também dos demais recursos, como os naturais, altamente envolvidos no processo considerando a produção e destinação de resíduos; utilização de fontes renováveis e uso de equipamentos que otimizem e promovam a economia de energia em todas as etapas que compõem um evento, ou seja, planejamento, operacionalização e pós-evento.

De acordo com Associação Empresarial de Ananindeua/Acia, instituição dedicada ao estudo e prática da sustentabilidade no meio empresarial, pouco mais de 1% dos resíduos são corretamente destinados.

Para a Associação Empresarial de Ananindeua/Acia (2015):

Para um evento ser considerado sustentável, ele deve apresentar as características dos três pilares da sustentabilidade (socialmente responsável, ambientalmente correto e economicamente viável). “Os valores passam pela ética, preocupação com a saúde, segurança e acessibilidade, entre outros. Em um evento sustentável, a preocupação com a ecoeficiência (7Rs) é fundamental. Percebe-se que em um evento sustentável o desenvolvimento do projeto requer uma criatividade muito maior de envolvidos do que nos eventos não sustentáveis, como, por exemplo, na destinação correta de resíduos, envolvimento da cultura local (artesanato, institutos ou ONGs) e sempre mantendo a altíssima qualidade exigida pelo mercado de eventos corporativos”. (ACIA, 2015)

Considerando ter a sustentabilidade três pilares: ambiental, econômico e social; pensar o turismo sustentável é ir além dos aspectos ambientais. Desta forma, a inclusão das comunidades locais na atividade turística é fundamental para o desenvolvimento de ambos. Sem a participação da comunidade local, dificilmente pode existir turismo sustentável. (COUTINHO, 2016)

Ressaltando ser o “turismo como um ‘alimento’ impulsionador do desenvolvimento” (SCOTOLO; PANOSSO NETTO, 2015), é preciso conhecer os fatores envolvidos na atividade turística do ponto de vista ambiental, social, histórico e cultural. Para os autores:

[...]entende-se que projetos turísticos que considerem prioritariamente as características locais, como o contexto econômico-sócio-cultural, a capacidade de carga e o sonho coletivo da população local podem contribuir positivamente para o desenvolvimento local e podem minimizar os possíveis impactos negativos da atividade turística. [...] São os sujeitos locais, viventes de determinado lugar, os únicos capazes de constatar se o turismo trouxe ou não melhora para sua qualidade de vida e bem-estar social. (SCOTOLO; PANOSSO NETTO, 2015. P. 57)

Essa concepção de atuação sustentável que assegura o crescimento e manutenção das características sociais, históricas, culturais e ambientais das localidades deve ser inserida na produção e promoção de todos os eventos para atuarem com esse viés.

O Brasil por ser um País, em que cada uma das regiões que o compõem, apresenta uma diversidade de recursos naturais e culturais, com capacidade para alavancar o desenvolvimento econômico, como é o caso da região Nordeste.

Nesse contexto, a Bahia apresenta um grande potencial para captação de eventos de variadas dimensões. Tendo em vista, tanto os recursos naturais, quanto os culturais que possui, como também os equipamentos turísticos disponíveis, conforme quadro 1.



Quadro 1. Infraestrutura disponível por equipamentos para eventos em Salvador - Bahia

Equipamento	Centro de Convenções de Salvador	Arena Itaipava Fonte Nova	Fiesta <i>Convention</i>	HUB Salvador
Turístico Estrutura Disponível				
Área (utilizada)	10.000m <sup>2</sup>	5.370m <sup>2</sup>	1.400m <sup>2</sup>	1.600m <sup>2</sup>
Salas/ capacidade máxima	14.000 lugares em eventos e 20.000 em shows	7.044 lugares	27 salões moduláveis 5.300 lugares	Espaços moduláveis 5.500 lugares
Auditórios/ capacidade máxima				
Camarotes/capacidade máxima				
Dimensão do evento	Pequenos, médios grandes e megaeventos	Pequenos, médios grandes e megaeventos	Pequenos a grandes eventos	Pequenos a grandes eventos
Nº de vagas Estacionamento	1.400	2.000	230	-
Acessibilidade	12 elevadores, espaço para cadeirantes e assentos especiais e escadas rolante	10 elevadores, espaço para cadeirantes e assentos especiais	4 elevadores	4 Elevadores e escada rolante
Diferencial	Área externa ampla com vista para o mar	Espaço multifuncional e multicultural, capaz de acolher um público diversificado com demandas variadas.	Salas de filmagem e gravação área de 756,00m <sup>2</sup> destinado a banquetes	Abriga coworking e espaço para funcionamento de startups
Sala VIP	Sim	Sim	Sim	Sim
Tipos de Eventos	Shows, mostras, congressos, convenções, encontros, feiras, seminários, simpósios e outros.	Eventos esportivos, desfiles, formaturas, feiras, <i>Shows</i> , mostras, congressos, convenções, encontros, seminários, simpósios, exposições e outros.	Casamentos, formaturas, eventos corporativos	congressos, convenções, encontros, seminários, simpósios, exposições e outros.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O cenário dos equipamentos turísticos se configura como uma oportunidade para a expansão e captação de eventos no estado da Bahia, e vem ao encontro de prognósticos positivos para o ano de 2022, com a estimativa até dezembro de sediar mais de 30 congressos, seminários e encontros, com um público estimado de 100.000 participantes, ocasionando uma movimentação econômica na cidade de R\$1bilhão.

No entanto, apesar da existência de espaços para a realização de eventos de diversas tipologias, observa-se uma carência de profissionais qualificados e/ou atualizados para atuarem de forma que os fundamentos teóricos e práticos possam resultar em um serviço de qualidade.

É nesta vertente que se insere o papel do IFBA - Campus de Salvador, especificamente, visando atender à demanda de formação de profissionais na área de Eventos como fator decisivo para colaborar na qualificação dos serviços turísticos na cidade de Salvador. Sendo sua contribuição à valorização da cultura local por meio de conteúdos que discutem, enfatizem e dialoguem com habilidades e conhecimentos oriundos das comunidades nas quais estão inseridos.

A concepção de educação que ancora as práticas pedagógicas do IFBA, em todos os níveis de ensino, tem sua base na pedagogia histórico-crítica, conforme apresentadas no PPI (2013). De acordo com esse instrumento Institucional:

A educação profissional de nível superior, no Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, nas modalidades Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura, deve buscar uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais, isto é, a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos da formação profissional com os fundamentos da formação humana integral. (IFBA-PPI, 2013, p. 33)

Com o intuito de cumprir com o seu papel social oferecendo à população um ensino de qualidade, que atenda às demandas sociais existentes, nas mais diversas modalidades, ancorada no princípio de formação multirreferencial promovendo a construção da cidadania.

[...] os cursos superiores do IFBA, observando as diretrizes curriculares para esse nível de ensino, e as diretrizes específicas para cada curso e modalidade, devem ensejar a excelência no ensino superior, sem com isso deixar de oferecer uma formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas, e inserir a Instituição no processo de produção científica e tecnológica, mediante

tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã. Portanto, o ensino de graduação do IFBA está articulado com os demais níveis de ensino da Instituição, com a pesquisa e com a extensão, e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade acadêmica. Nesse sentido, suas ações devem sempre primar pela garantia de acesso, permanência e êxito dos estudantes. (IFBA-PPI, 2013, p.36)

Desse modo, o curso superior de Tecnologia em Gestão de Eventos em consonância com os pressupostos do IFBA, busca ao longo do percurso formativo dos estudantes estabelecer essa interação durante o desenvolvimento dos componentes curriculares.

O Curso oferece o desenvolvimento teórico e prático, possibilitando o egresso atuar como gestor ou consultor, com conhecimentos do mercado e suas tendências, obtendo visão global e criativa com capacidade na tomada de decisões.

### **3. CONCEPÇÃO DO CURSO**

#### **3.1 OBJETIVOS DO CURSO**

##### **3.1.1 – GERAL**

Formar Tecnólogos em Gestão de Eventos qualificados para atuarem em empresas privadas, órgãos públicos e instituições afins, com pleno domínio dos conhecimentos técnicos necessários à gestão de eventos.

##### **3.1.2- ESPECÍFICOS**

- Contribuir para a formação do ser social, crítico e reflexivo frente a sua área de atuação profissional.
- Qualificar profissionais para o desempenho das atividades de: planejamento, captação, organização, produção, operacionalização e avaliação de diversos tipos de eventos, atendendo aos padrões de qualidade e de responsabilidade exigidos.
- Oferecer uma formação com conhecimento especializado na área de eventos para atuação em empresas públicas, privadas, instituições afins ou como empreendedor autônomo, tais como: Clubes e associações de turismo, esporte, lazer e cultura; Centros culturais; Centros de convenções; Embaixadas e consulados; Empresas de hospedagem; Empresas de organização de eventos; Órgãos públicos de turismo, esporte, lazer e cultura; Parques temáticos, aquáticos e cruzeiros marítimos; Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.
- Formar profissionais qualificados para elaborar e aplicar projetos relacionados à área de eventos, podendo atuar nos diversos segmentos do mercado, como, Hotelaria, Cultura, Lazer, Esporte e Filantropia.
- Contribuir para o desenvolvimento da atividade de eventos, por meio de uma formação prática e reflexiva.

### 3.2. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do concluinte do curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA está de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Pretende-se formar um profissional responsável para planejar, organizar e coordenar projetos e a estrutura logística de eventos sociais, esportivos, culturais, científicos, artísticos, corporativos, gastronômicos e turísticos, públicos ou privados. Gerir conflitos, relacionamento e comunicação entre a organização do evento, clientes, patrocinadores e fornecedores. Analisar e avaliar a relação e os impactos do evento na comunidade receptora e em todos os stakeholders, com o panorama de sustentabilidade ambiental, social e econômica (CNCT 2022).

Para atuação como Tecnólogo em Gestão de Eventos, são fundamentais:

- Proficiência e conhecimento estratégico, tático e operacional para gerenciar as ferramentas de marketing e inovar no desenvolvimento de novos produtos e serviços de e para eventos.
- Conhecimentos e saberes técnicos, relacionados aos processos de gestão de projetos, planejamento e coordenação, de diversos tipos e formas de eventos, tanto do setor público quanto do privado, para a aplicação de princípios e diretrizes de sustentabilidade e de protocolos de biossegurança na realização de eventos.
- Capacidade para compreender e aplicar as leis de incentivo cultural e esportivo e as inovações tecnológicas em prol do desenvolvimento dos eventos.

O profissional formado pelo curso de Tecnologia em Gestão de Eventos aprenderá a lidar com as questões específicas da produção das diversas tipologias de eventos, podendo assim, abrir diversas frentes de trabalho. Além da prática na organização dos eventos, o aluno do curso será instrumentalizado com as ferramentas necessárias para o desenvolvimento

pleno da profissão agregando assim, valor e competitividade às organizações que estiverem inseridos. Dessa forma, o egresso do IFBA estará apto a:

- Planejar, coordenar e organizar eventos sociais, esportivos, culturais, científicos, artísticos, corporativos, gastronômicos e turísticos;
- Elaborar projetos de captação de recursos para os diversos tipos de eventos, incluindo os editais;
- Prospectar e captar eventos, estabelecendo contatos e negociando com instituições diversas, de natureza pública ou privada, utilizando as mais variadas metodologias apropriadas para cada situação;
- Aplicar e gerenciar o cerimonial, protocolo e etiqueta formal;
- Coordenar serviços de entretenimento em eventos;
- Planejar a logística de eventos;
- Elaborar estudos de viabilidade operacional e financeira para eventos;
- Articular a comunicação entre a organização do evento, clientes e patrocinadores;
- Coordenar estratégias de promoção e vendas de eventos;
- Desenvolver programas, roteiros e atividades de recreação complementares a eventos;
- Prestar consultoria e assessoria em empresas e instituições diversas para a realização de eventos;
- Vistoriar, avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação;
- Gerenciar, treinar e desenvolver equipes operacionais de eventos;
- Planejar e compor ambientes para diferentes eventos;
- Conhecer a legislação específica para a organização de eventos;
- Correlacionar os conhecimentos de várias disciplinas ou ciências com o objetivo de realizar trabalhos em equipe, tendo em vista o caráter interdisciplinar da Área de Turismo, Hospitalidade e Lazer;
- Desempenhar a função de agente educativo nas questões relativas a eventos;
- Refletir os aspectos da realidade cotidiana e construir uma visão ampliada que o auxilie a atuar com autonomia.

### 3.3. REQUISITOS DE ACESSO

Pode ingressar no Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA Campus Salvador o concluinte do ensino médio oficial ou aquele que obtiver equivalência na forma da legislação educacional vigente. As formas de acesso para ingresso no Curso estão assim definidas: Sistema de Seleção Unificada – SISU (Decreto nº 9.034/2017, que altera o Decreto nº 7.824/2012); e na condição de estudante especial ou ouvinte conforme as Normas Acadêmicas do Ensino Superior vigentes. O ingresso pode ocorrer, também, por meio de processo seletivo específico, para preenchimento de vagas residuais, nas modalidades: Transferência Externa, Transferência Interna e Portador de Diploma, conforme Edital próprio e Normas Acadêmicas do Ensino Superior vigentes.

O processo seletivo através do SISU observa a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) e suas alterações e a Portaria MEC 18/2012, que dispõe sobre ingressos nas Universidades e Institutos Federais. Tendo também, a Resolução nº 31, de 09 de junho de 2016, que define o preenchimento de 100% das vagas ofertadas para os cursos da Educação Superior através do SISU – Sistema de Seleção Unificada.

A responsabilidade da elaboração das regras do processo seletivo para preenchimento de vagas residuais, através de Edital próprio, é da comissão designada pela Diretoria Geral.

Será admitida ainda a Transferência Compulsória, ou *ex-officio*, caracterizada pela continuidade dos estudos, a qual é independente de vaga específica e poderá ser solicitada a qualquer época do ano para os casos previstos em Lei. São ofertadas através do SISU, anualmente, 40 (quarenta) vagas no curso no primeiro semestre de cada ano letivo. O número de vagas indicado acima considera a infraestrutura física e tecnológica no Campus, que é descrita no capítulo dez deste documento, e a quantidade de docentes que atuam no Curso.

As aulas são ministradas predominantemente de segunda-feira a sexta-feira no período noturno das 18:40h às 22h, com possibilidade de oferta de disciplinas às 17h, e aos sábados no turno matutino.



## 4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A atualização da Organização Curricular do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos está fundamentada na legislação vigente para o ensino de graduação, visando o atendimento da Resolução nº 07 do MEC, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira, e especifica em seu Art. 4º que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento ) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.”

Com isso e considerando os objetivos do curso, o perfil, competências e habilidades, o presente projeto considera a formação de tecnólogos em Gestão de Eventos que atuem não apenas na condição de gerentes ou funcionários em entidades públicas e privadas, mas também, que possam ser protagonistas em empreendimentos individuais, ou organizações sociais ou de base autogestionária. O Curso deve ainda fomentar o aprendizado no desenvolvimento de tecnologias, de métodos organizacionais, de pesquisas e práticas de extensão referenciadas na perspectiva do desenvolvimento local, regional e nacional de forma a universalizar a qualidade de vida e o bem estar social.

A concepção pedagógica do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA, Campus Salvador, fundamenta-se também numa postura dialógica e de reflexibilidade (PAULA; RODRIGUES, 2006), como forma de conhecimento e como método de pensar a realidade nas suas relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Esta concepção está em linha com o PPI/IFBA (2013, p. 36), que destaca:

Para a compreensão acerca da teoria pedagógica que fundamenta as práticas educativas da instituição, elege-se a Pedagogia Histórico-Crítica, cujo termo foi cunhado por Saviani para substituir o de concepção dialética, na medida em que o mesmo causava dificuldades de compreensão em virtude da confusão que se faz com a relação concepção dialética idealista em que a “...dialética é concebida como relação intersubjetiva, como dialógica” (SAVIANI, 2003, p.70)

Assim, as práticas pedagógicas serão desenvolvidas de forma articulada com os conteúdos da área de Gestão de Eventos. Nesse sentido, o docente organizará, selecionará e orientará a aprendizagem do discente, incentivando uma atitude crítica e

criativa diante dos desafios vivenciados na produção científica e tecnológica desse campo teórico e prático do saber.

Sendo assim, considera-se a aprendizagem como uma (re)construção do conhecimento pelo discente, em que o desenvolvimento de suas competências e habilidades será possibilitado através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elementos estes indispensáveis à sua formação profissional.

O tratamento pedagógico dos conteúdos será baseado na adoção de práticas condizentes com as peculiaridades de cada disciplina, ressaltando-se, os seguintes postulados:

- (i) a participação ativa dos sujeitos no processo de formação técnico-acadêmica;
- (ii) o estímulo à leitura como instrumento de ampliação e atualização de conhecimentos de área;
- (iii) a realização de atividades científicas a partir da produção de textos, vivências e experimentos tecnológicos, participação em eventos científicos, projetos de pesquisas e de extensão, além de outras metodologias capazes de promover novas indagações científicas que favoreçam a apropriação do conhecimento;
- (iv) a integração do conhecimento a partir de atividades interdisciplinares nos semestres letivos.

Dessa forma, com o objetivo de fazer cumprir os conteúdos em consonância com o CNCT(2022) e o PPI do IFBA (2013), a carga horária do Curso de 1.930 horas está distribuída nos conteúdos das disciplinas da seguinte forma:

- Disciplinas Obrigatórias;
- Disciplinas Optativas e
- Atividades Curriculares de Extensão (ACEX).

A estrutura curricular do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA Campus de Salvador está construída por 23 disciplinas obrigatórias que correspondem a 92 créditos; 2 disciplinas optativas que correspondem a 8 créditos.

As disciplinas obrigatórias contemplam os campos de formação básica, de formação profissional e são consideradas essenciais e indispensáveis para a formação do discente.

A matriz compreende 30 disciplinas, dispostas em 6 semestres, perfazendo 122 créditos, com uma carga horária total de 1.930h. O Estágio Supervisionado que pela sua importância na relação teoria e prática apresenta 160h. O Trabalho de conclusão de Curso é oportunizado de forma diversificada podendo ser prático ou teórico, tendo carga horária de 60h.

A matriz contempla as Atividades Curriculares Extencionistas (ACEX), de caráter obrigatório, em três momentos distintos da formação com carga horária total de 210h.

A seguir, apresenta-se a Matriz Curricular, conforme Tabela 2.

**Tabela 2: Matriz Curricular do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos**

<b>Primeiro Semestre</b>									
Disciplinas	Código	Pré-requisito	Categoria	H./aula semanal	Créd.	C.H Teórica	C.H Prática	C.H. Extensão	C.H Total
Captação de Eventos e Recursos	EVE102	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Planejamento e Organização de Eventos	EVE103	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Língua e Comunicação	LET125	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Matemática	MAT203	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Inglês I	LET133	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
<b>TOTAL</b>				<b>20</b>	<b>20</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>300</b>

<b>Segundo Semestre</b>									
Disciplinas	Código	Pré-requisito	Categoria	H./aula semanal	Créd.	C.H Teórica	C.H Prática	C.H. Extensão	C.H Total
Eventos Sociais e	EVE107	EVE102 EVE103	Obrigatória	4	4	60	-	-	60

Corporativos									
Gestão Estratégica de Custos	ADM536	MAT203	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Etiqueta, Cerimonial e Protocolo	EVE108	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Alimentos e Bebidas em Eventos	EVE123	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Inglês II	LET134	LET133	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
<b>TOTAL</b>				<b>20</b>	<b>20</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>300</b>

### Terceiro Semestre

Disciplinas	Código	Pré-requisito	Categoria	H./aula semanal	Créd.	C.H Teórica	C.H Prática	C.H. Extensão	C.H Total
Empreendedorismo	ADM550	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Ética e Desenvolvimento Humano	EVE129	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Gestão de Marketing em Eventos	EVE122	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Inovação em Projetos Sociais - ACEX	EVE901	EVE102 EVE103	Obrigatória	4	4	-	-	60	-
Espanhol I	LET135	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
<b>TOTAL</b>				<b>20</b>	<b>20</b>	<b>240</b>	<b>-</b>	<b>60</b>	<b>240</b>

### Quarto Semestre

Disciplinas	Código	Pré-requisito	Categoria	H./aula semanal	Créd.	C.H Teórica	C.H Prática	C.H. Extensão	C.H Total
Eventos Técnicos, Científicos e Promocionais	EVE112	EVE102 EVE103	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Metodologia	EVE124	LET125	Obrigatória	4	4	60	-	-	60

da Pesquisa									
Relações Públicas	EVE125	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Evento como Ação Social - ACEX	EVE902	EVE901	Obrigatória	6	6	-	-	90	-
Espanhol II	LET136	LET135	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
<b>TOTAL</b>				<b>22</b>	<b>22</b>	<b>240</b>	<b>-</b>	<b>90</b>	<b>240</b>

### Quinto Semestre

Disciplinas	Código	Pré-requisito	Categoria	H./aula semanal	Créd.	C.H Teórica	C.H Prática	C.H. Extensão	C.H Total
Eventos Artísticos e Culturais	EVE126	EVE102 EVE103	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Gestão de Segurança e Meio Ambiente	EVE127	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Gestão de Pessoas I	ADM537	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Evento como Difusão Cultural - ACEX	EVE903	EVE902	Obrigatória	4	4	-	-	60	-
Libras I	LET137	-	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
<b>TOTAL</b>				<b>20</b>	<b>20</b>	<b>240</b>	<b>-</b>	<b>60</b>	<b>240</b>

### Sexto Semestre

Disciplinas	Código	Pré-requisito	Categoria	H./aula semanal	Créd.	C.H Teórica	C.H Prática	C.H. Extensão	C.H Total
Tópicos Avançados em Eventos	EVE130	EVE102 EVE103 EVE107 EVE112 EVE126	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Estágio Supervisionado	EVE120	70% da carga horária	Obrigatória	4	4	-	-	-	160

		total							
Trabalho de Conclusão de Curso	EVE128	EVE124	Obrigatória	4	4	60	-	-	60
Optativa I	-	-	Optativa	4	4	60	-	-	60
Optativa II	-	-	Optativa	4	4	60	-	-	60
<b>TOTAL</b>				<b>20</b>	<b>20</b>	<b>240</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>400</b>

Carga Horária de Créditos Obrigatórios: 1.320

Carga Horária de Créditos Optativos: 120

Carga Horária de Créditos de Extensão: 210

Carga Horária de Créditos de Estágio: 160

Carga Horária Total: 2.930

Número Total de Créditos: 122

#### 4.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Foram consideradas disciplinas obrigatórias àquelas cuja raiz, de forma direta, atendem às prerrogativas da formação necessária para a área da gestão em Eventos.

Os conteúdos obrigatórios foram concebidos na matriz curricular do Curso, apresentada acima, de forma interligada, contemplados nas ementas de cada disciplina de modo a dialogarem, interdisciplinarmente, através das práticas pedagógicas de ensino de cada docente responsável pelas disciplinas.

Assim, busca-se garantir que as formações propostas dos componentes curriculares sejam complementares entre si, e que os discentes desenvolvam competências e habilidades, capacitando-os para integrar os conhecimentos adquiridos no contexto em que estão inseridos.

#### 4.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

São consideradas disciplinas optativas as que poderão compor de livre escolha, dentro das opções oferecidas, atender à complementação da formação do estudante, de acordo com a necessidade do mesmo em aprofundar e aperfeiçoar sua formação.

Soma-se a flexibilidade das ofertas de disciplinas optativas, objetivando a formação complementar de conhecimentos discutidos nas disciplinas obrigatórias e a possibilidade de flexibilização da formação discente através de estudos de caráter transversal. As optativas são disciplinas do Curso de Gestão de Eventos e demais

graduações do IFBA, Campus Salvador que compõem a sua estrutura curricular apresentada no atual PPC.

A tabela abaixo, apresenta as disciplinas optativas oferecidas pelo Cursos em Gestão de Eventos.

**Tabela 3: Disciplinas Optativas**

Disciplina	Código	Ch total
Gestão Social	ADM 571	60
Liderança, Gestão de Equipes e Competências	ADM 527	60
Geografia Cultural	GEO 145	60
Libras II	LET 138	60
História e Cultura Afro-Brasileira	HIS 001	60
Educação e Relações Étnicas e Raciais	EDU164	60
Educação e Trabalho	HUM154	60
Gestão de Pessoas II	ADM 514	60
Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística	ADM 593	60
Filosofia	HUM 100	60
Sociologia	HUM 101	60
Estado e Sociedade	HUM 151	60
Direito e Legislação Social	ADM 540	60
Psicologia Aplicada ao Trabalho	HUM 102	60
Autogestão, Associativismo e Cooperativismo	ADM 583	60
Gestão Socioambiental e Sustentabilidade	ADM 584	60
Ambientação e Decoração em Eventos	EVE 131	60
Eventos Esportivos	EVE 132	60
Gestão da Qualidade na Área de Turismo	EVE 133	60
Gestão e Organização dos Meios de Hospedagem	EVE 134	60
Geografia do Turismo	GEO 139	60
Oratória	EVE 138	60
Patrimônio Histórico e Cultural no Turismo	EVE 135	60
Sistemas Hoteleiros	EVE 136	60
Aspectos Históricos e Eventos	EVE 137	60
Vida e Carreira	EVE 139	60

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

#### 4.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Com relação a disciplina Estágio Supervisionado, de acordo com o Art. 11 da Resolução Nº 05/2021, trata-se de componente curricular direcionado à interação com o mercado de trabalho e para atender aos objetivos contemplados no PPC do Curso.

Considerando a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre a regulamentação de estágio de estudantes, esta atividade é entendida como:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A referida Lei, em seu parágrafo 2º, explica que “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Portanto, trata-se de atividade complementar importante de formação profissional, que objetiva a inserção do educando no mundo do trabalho e o desenvolvimento da capacidade de aplicação prática dos conteúdos estudados.

Para atender a essa exigência legal, o IFBA/Campus de Salvador, por meio da Resolução nº 009 de 20 de julho de 2016, que estabelece as condições da organização e do funcionamento da Extensão e das Relações Comunitárias do IFBA/Campus Salvador (IFBA, 2016a), normatiza a atividade de estágio curricular, na qual explicita no Art.10º, parágrafo 6º:

por estágio e emprego, entendem-se todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego, em consonância com a operacionalização pedagógica e administrativa dos mesmos. O estágio é atividade educacional supervisionada regida pela Lei nº. 11.788, de 25 de Setembro de 2008 e sua operacionalização é administrada pela DIREC, conforme descrito neste regulamento.

Ademais, conforme o Art. 15º, instituiu-se a coordenação de Estágios e Egressos, que possui, dentre outras atribuições, apoiar o desenvolvimento de ações de integração escola-empresa-comunidade para o de estágios e “desenvolver mecanismos de divulgação aos estudantes das oportunidades de estágio voltadas para os cursos oferecidos pela instituição” (IFBA,2016).

O Estágio Supervisionado é requisito para integralização curricular e obtenção do grau de tecnólogo em Gestão de Eventos. Essa atividade é um componente



curricular obrigatório, com carga horária de 160 horas, que deve ser cursado por estudantes que integralizaram um mínimo de 70% da carga horária total do curso. Para cumprir o Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deverá estar regularmente matriculado no Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA e na disciplina Estágio Supervisionado. É vedada para efeito de estágio curricular supervisionado atividades que não desenvolvam as competências pertinentes ao tecnólogo em Gestão de Eventos.

O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em organizações públicas e/ou privadas, após a celebração e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o IFBA e a organização concedente, de acordo com as definições contidas no Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Tecnologia em Eventos.

A celebração de convênios e as estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho no âmbito do curso, são realizadas pela Diretoria de Extensão e de Relações Empresariais e Comunitárias, do Campus Salvador, considerando as competências previstas no perfil do egresso.

O Professor Orientador enquanto responsável pelo acompanhamento do Estágio curricular, tendo como mecanismos de planejamento, acompanhamento e avaliação do estágio os seguintes itens:

- (i) Plano de Estágio (conforme modelo vigente) aprovado pelo Professor Orientador;
- (ii) Reuniões do aluno com o Professor-Orientador;
- (iii) Visitas ao local onde se desenvolve o estágio, por parte do Professor Orientador, sempre que necessário;
- (iv) Relatório de Estágio, com cópia da Ficha de Avaliação do aluno na Empresa, que deve ser apresentado ao Professor Orientador ao final do Estágio.

Assim, as atividades de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser cumpridas de acordo com os critérios e atividades aqui apresentadas e em observância ao Regulamento de Extensão do Campus Salvador (IFBA, 2016a), Cartilha de Estágio do IFBA, Campus Salvador, emitida pela Diretoria de Extensão do Campus e as Normas Acadêmicas do Ensino Superior vigentes na instituição.

Ressalta-se ainda, que as atividades de extensão (excluindo-se as ACEX) e de iniciação científica na educação superior, na área de eventos, desenvolvidas pelo

estudante durante o Curso, bem como, as atividades que incluam planejamento e operacionalização de eventos, em diversas tipologias e cargas horárias, poderão ser aproveitadas e contabilizadas às cargas horárias efetivadas, que juntas computem a carga horária mínima de 160 horas, para equiparação do cumprimento do Estágio Supervisionado, mediante apreciação prévia do Orientador(a) de Estágio e do Colegiado do Curso.

#### 4.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Como etapa conclusiva do curso o aluno deverá desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, obedecendo às normas estabelecidas pelo Manual de TCC (APÊNDICE 01), que define os procedimentos para a sua realização em concordância com as normas acadêmicas e o código de ética do IFBA.

Para obtenção do diploma de Tecnólogo de Gestão em Eventos, o aluno deverá igualmente desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso, em um dos seguintes formatos:

**Trabalho de Conclusão de Curso Científico:** consiste no modelo tradicional de pesquisa, podendo culminar em monografia ou artigo científico, podendo ser bibliográfico e/ou contemplar pesquisa de campo.

**Trabalho de Conclusão de Curso Consultoria:** consiste na realização de projeto de consultoria ou relato técnico a partir da execução de Eventos sob a coordenação do (a) estudante.

Durante o desenvolvimento, o aluno terá a orientação presencial ou/e *on line*, com acompanhamento de um Professor/Orientador do corpo docente do curso e/ou, excepcionalmente, por professores dos campi do IFBA e de outras instituições de ensino superior, quando isso se fizer necessário pelas especificidades do projeto do TCC. E é prevista uma carga horária de 60 horas para a execução desta etapa no 6º semestre.

A construção do TCC deverá ser acompanhada, em todas as etapas, pelo Professor Orientador, tendo para o planejamento, acompanhamento, controle e avaliação, inicialmente, os seguintes instrumentos:

- 1) Elaboração de um Projeto/Plano de Trabalho específico, aprovado pelo Professor Orientador;
- 2) Reuniões periódicas do aluno com o Professor Orientador;
- 3) Avaliação e defesa pública do TCC perante uma banca examinadora presencial ou *on line*, composta por, no mínimo, 3 (três) docentes, dentre os quais, o Professor Orientador. E caso necessário, a revisão deverá ser feita obrigatoriamente para que o estudante obtenha a aprovação.

A sua exigência como requisito de conclusão tem como objetivo, estimular o espírito investigativo, perfil básico para o Tecnólogo e a continuidade da formação em outros níveis que, normalmente, também dependem da cultura investigativa.

#### 4.5 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A transformação de Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (CEFET-BA) para Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) demandou adequações de parâmetros pedagógicos como a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, sendo esse um dos princípios descritos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI, 2013). Para Frutuoso (2020), a indissociabilidade pode promover a interação entre a instituição de ensino e os diversos setores da sociedade de modo a promover um impacto na formação discente. Moita e Andrade (2009) abordam no seu trabalho a importância da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão reforçando a importância da extensão até na pós-graduação:

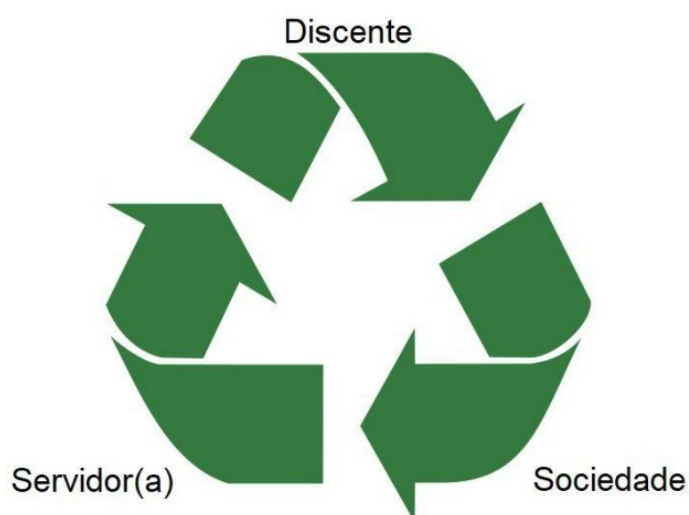
Desconsiderar a extensão – excluindo-a das atividades de ensino e pesquisa na pós-graduação – é não só promover a dissociação que fere a indissociabilidade e reproduz um velho modelo acadêmico como perder um vasto e indispensável terreno de descobertas e aprendizagens que, acima de tudo, situa as ciências no seu justo lugar de saberes a serviço do ser humano, histórica e socialmente compreendido (MOITA E ANDRADE, 2009, p. 273)

A extensão é um processo que retroalimenta o ensino e a pesquisa em articulação com os saberes e demandas da sociedade (FRUTUOSO, 2020). Em outras palavras, ao estabelecer uma relação dialógica entre a instituição de ensino e a

sociedade, as atividades extensionistas articulam os saberes construídos cientificamente no espaço acadêmico com os saberes construídos culturalmente pelos diversos setores da sociedade promovendo uma troca de saberes entre os atores envolvidos.

Sendo, então, a extensão indissociável do ensino e da pesquisa e, portanto, importante para formação do(a) estudante, é possível concluir que os(as) estudantes são um dos pilares da ação de extensão, conforme mostra a Figura 01.

Figura 01 - Interrelação entre os pilares de uma atividade extensionista.



Fonte: Frutuoso (2020)

Logo, não há ação de extensão sem participação discente e sem troca de saberes com outros setores da sociedade. Dessa forma, as atividades extensionistas possibilitam a aproximação dos(as) estudantes com problemas reais da sociedade, os preparando para a prática profissional.

Portanto, por compreender a importância da extensão na formação integral do(a) estudante, o curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do Instituto Federal da Bahia - Campus Salvador atualizou o seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para incluir 210 horas de atividades extensionistas na matriz curricular o que equivale a 10,88% da carga horária total do curso, atendendo o requisito mínimo de 10% da RESOLUÇÃO Nº 7 MEC/CNE/CES, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

#### 4.5.1 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACEX)

A atualização do presente PPC está em consonância com a RESOLUÇÃO Nº 7 MEC/CNE/CES, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, a RESOLUÇÃO Nº 24 CONSEPE, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021 e a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2022-PROEX/PROEN/IFBA, que estabelece as diretrizes para implementação da curricularização da extensão no âmbito do IFBA.

A curricularização da extensão consiste na inclusão das Atividades Curriculares de Extensão nos cursos de graduação, sob a visão de uma educação transformadora que articula o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, atuando na comunidade externa ao IFBA, em atendimento às demandas socioeconômicas e cultural. No âmbito deste PPC, as atividades extensionistas estão integradas à matriz curricular através de disciplinas específicas de extensão denominadas **Atividades Curriculares de Extensão (ACEX)**.

As atividades extensionistas podem se inserir nas seguintes modalidades:

I - Programa: Conjunto de projetos, atividades e ações de extensão, como cursos promovidos pelo extensionista, eventos e prestação de serviços, desenvolvidos de forma articulada.

II - Projeto: descrição de atividades e ações processuais e contínuas de natureza educativa, social e cultural, científica ou tecnológica, como cursos, eventos e prestação de serviços, junto à comunidade.

III - As demais modalidades de extensão (eventos, cursos e oficinas) deverão ser realizadas de forma vinculada aos Programas ou aos Projetos, no intuito de garantir o direcionamento estratégico para consolidação das bases teórico-prática-reflexiva, concebidas pelos colegiados dos cursos.

IV- Programa: Conjunto de projetos, atividades e ações de extensão, como cursos promovidos pelo extensionista, eventos e prestação de serviços, desenvolvidos de forma articulada.

V-Projeto: descrição de atividades e ações processuais e contínuas de natureza educativa, social e cultural, científica ou tecnológica, como cursos, eventos e prestação de serviços, junto à comunidade.

As demais modalidades de extensão (eventos, cursos e oficinas) deverão ser realizadas de forma vinculada aos Programas ou aos Projetos, no intuito de garantir o direcionamento estratégico para consolidação das bases teórico-prática-reflexiva, concebidas pelos colegiados dos cursos.

#### 4.5.2 ACEX no Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos

Com vistas a cumprir os requisitos da curricularização da extensão regulamentada pela Resolução nº 24 CONSEPE, de 15 de outubro de 2021 e IN nº 01/2022 PROEX/PROEN/IFBA , no curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA Campus Salvador:

I - O componente curricular ACEX constará em matriz curricular, com ementa de caráter genérico e carga horária definidas neste PPC;

II- As ACEX serão distribuídas ao longo do curso, em, no mínimo, três componentes curriculares deste PPC (ACEX I; ACEX II e ACEX III);

III - As ações de extensão deverão cumprir os requisitos constantes para submissão de propostas existentes no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP);

IV - As ACEX definidas na Matriz Curricular, corresponderá ao mínimo de 10% da carga horária total do curso;

V - As ACEX ficarão sob a responsabilidade de um/uma docente, que orientará os(as) discentes, elaborará a prestação de contas e fará o lançamento de notas e frequência no(s) sistema(s) de acompanhamento técnico e pedagógico;

VI - Os componentes curriculares ACEX terão as suas atividades detalhadas no Plano de Ação que deve ser registrado no SUAP.

No curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA Campus Salvador, as atividades de extensão estão distribuídas em 3 disciplinas ACEXs obrigatórias.

Figura 2: Fluxograma das ACEXs do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos



Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

Na ACEX I será proporcionado ao estudante identificar intervenções e soluções inovadoras a partir das demandas da comunidade externa, por meio de olhares interdisciplinares, atendendo as premissas orientadoras do IFBA no que tange a interlocução com a comunidade externa, oferecendo assim, o desenvolvimento de produtos ou serviços.

Na ACEX II será oportunizado ao estudante realizar um diagnóstico na comunidade externa a ser escolhida por eles, buscando identificar temas emergentes para concepção de eventos alinhados à temática, considerando a própria comunidade externa enquanto público-alvo.

Na ACEX III o estudante terá a oportunidade de fomentar a economia criativa por meio de intervenções/ações/eventos culturais, alinhados ao perfil/interesse da comunidade externa escolhida por eles.

As ACEXs foram pensadas com uma estrutura de funcionamento individual, cada uma terá o seu próprio projeto e será executado no período dentro do semestre que a mesma for ofertada. No entanto, a ACEX I é pré-requisito da ACEX II e a ACEX II é pré-requisito da ACEX III respectivamente. Todas as ACEXs do curso são eminentemente práticas e sua carga horária está em consonância com suas especificidades.

#### 4.5.3 DA SUBMISSÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As ACEXs serão cadastradas no módulo de extensão do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) seguindo as orientações e procedimentos definidos pela Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias (DIREC) do IFBA Campus Salvador e podem ter duração semestral ou anual, a depender do planejamento docente.

I - quanto à sua relação com a comunidade externa, visando identificar a interação dialógica com os outros setores da sociedade e a interação com os(as) estudantes e a identificação do impacto na formação discente;

II - quanto à análise da carga horária destinada à execução da disciplina ACEX, uma vez que, por se tratar de disciplinas integralmente extensionistas, a sua carga horária será, exclusivamente, para planejamento e desenvolvimento das atividades do projeto de extensão.



Não serão aprovados projetos das disciplinas ACEXs que utilizem parte da sua carga horária para atividades de ensino.

#### 4.5.4 DA AVALIAÇÃO DAS ACEXS

A avaliação da participação do(a) discente nas ACEX deve priorizar os aspectos processuais e culminar, na elaboração e operacionalização de projeto do evento que será executado e/ou em alguns casos ser em apresentação de relatório, seminário, portfólio ou publicações, em conformidade com as Normas Acadêmicas do Ensino Superior em vigor.

Nesse sentido, o desenho curricular assegura a acessibilidade, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a relação teoria e prática.

#### 4.5.5 APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

O IFBA Campus Salvador incentiva e promove a participação da comunidade acadêmica nos diversos editais de extensão, sejam internos do Campus Salvador e da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) ou de órgãos externos para fomento das atividades.

É possível o aproveitamento de outras atividades de extensão vinculadas a editais da PROEX, do Campus de Salvador ou de órgãos externos, para fins de cômputo de carga-horária das ACEX, levando em consideração o protagonismo discente e o diálogo com os diversos setores da sociedade, após apreciadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.

O(A) estudante fará jus ao aproveitamento das disciplinas ACEX, desde que ele faça a solicitação ao colegiado do curso e:

I - Nos casos de projetos realizados no âmbito do IFBA, a atividade tenha sido cadastrada como projeto de extensão no SUAP e aprovado pela Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias do Campus Salvador (DIREC) e/ou pela PROEX;

II - O(A) estudante apresente documentação que comprove carga horária compatível com a disciplina que pretende solicitar aproveitamento;

III - A atividade desenvolvida esteja compatível com a formação do curso prevista neste PPC e da disciplina que pretende solicitar aproveitamento;

IV - Não haja duplicidade de creditação.

Os projetos e programas de extensão a serem aproveitados como carga horária para cumprimento das ACEX poderão ser propostos por docentes ou por servidores(as) técnico administrativos(as), desde que haja um(a) docente na equipe de execução, e deverão estar adimplentes junto ao IFBA e/ou agências de fomento.

#### 4.6 EQUIVALÊNCIA ENTRE AS MATRIZES CURRICULARES

Como parte do esforço de atualização do PPC, as disciplinas do Curso de Gestão em Eventos foram adequadas às novas demandas. Desta forma, fez-se necessário a eliminação, a revisão de nomenclatura, ementas e de conteúdos, bem como a inserção de disciplinas optativas e ACEXs. O quadro abaixo apresenta as adaptações curriculares realizadas por semestre, as quais servirão para a orientação da migração curricular pelos discentes, caso necessário.

#### Quadro 2: Equivalência entre disciplinas

1º SEMESTRE		
CURRÍCULO ANTERIOR	CURRÍCULO NOVO	OBSERVAÇÕES
Turismo, Hospitalidade e Entretenimento – EVE 101	–	Disciplina excluída da matriz nova e conteúdos inseridos na disciplina EVE103.
Captação de Eventos e Recursos – EVE102	Captação de Eventos e Recursos – EVE102	Sem alteração
Planejamento e organização de Eventos – EVE 103	Planejamento e organização de Eventos – EVE 103	Sem alteração
Elaboração de Projetos – EVE 104	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina EVE124.
Língua e Comunicação – LET125	Língua e Comunicação – LET125	Sem alteração
Matemática Financeira – MAT204	Matemática – MAT203	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina MAT203.
Projeto Integrador I – EVE 106	-	Disciplina excluída da matriz nova e conteúdos inseridos na disciplina EVE130
Língua Estrangeira: Inglês I – LET121	Inglês I – LET133	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina LET133, com aumento de carga horária.

<b>2º SEMESTRE</b>		
Empreendedorismo – ADM550	-	Sem alteração, passou a ser ofertada no 3º Semestre.
Comunicação Organizacional – ADM 509	-	Disciplina excluída da matriz nova e conteúdos inseridos na disciplina EVE125
Eventos Sociais e Corporativos – EVE107	Eventos Sociais e Corporativos – EVE107	Sem alteração
Contabilidade de Custos – ADM505	Gestão Estratégica de Custos – ADM536	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela ADM536.
Etiqueta, Cerimonial e Protocolo – EVE108	Etiqueta, Cerimonial e Protocolo – EVE108	Sem alteração
Língua Estrangeira: Inglês II – LET122	Inglês II – LET134	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina LET134, com aumento de carga horária.
Administração Mercadológica I – ADM515	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela EVE122 (ofertada no 3º semestre).
Projeto Integrador II – EVE110	-	Disciplina excluída da matriz nova por ter conteúdo sobreposto, conteúdos existentes na disciplina ADM550.
-	Alimentos e Bebidas em Eventos – EVE123	Disciplina inserida na matriz nova.
<b>3º SEMESTRE</b>		
Tecnologia e Inovação em Eventos – EVE111	-	Disciplina excluída da matriz nova e conteúdos inseridos na EVE122.
Eventos Técnicos, Científicos e Promocionais – EVE112	-	Sem alteração, passou a ser ofertada no 4º Semestre
Direito e Legislação Social – ADM540	-	Disciplina passou a ser optativa.
Gestão da Qualidade – ADM512	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina EVE133, como optativa.
Língua Estrangeira: Espanhol I – LET123	Espanhol I – LET135	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina LET135, com aumento de carga horária.
Gestão de Pessoas II – ADM514	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina ADM537, ofertada no 5º semestre.
Projeto Integrador III – EVE113	Inovação em Projetos Sociais – EVE901 (ACEX I)	Disciplina excluída da matriz nova e substituída na parte prática pela ACEX I (EVE901), e a parte teórica é ofertada em EVE102 e EVE103. Disciplina EVE901, inserida na matriz nova, atendendo as prerrogativas da curricularização da extensão.
-	Ética e Desenvolvimento Humano – EVE 129	Disciplina inserida na matriz nova.
-	Gestão de Marketing em Eventos – EVE122	Disciplina inserida na matriz nova.
-	Empreendedorismo – ADM550	Sem alteração, deixou de ser oferecida no 2º semestre.
<b>4º SEMESTRE</b>		
Eventos Artísticos e Culturais – EVE115	-	Disciplina passou a ser ofertada no 5º semestre com novo código EVE126, por ter ementa alterada.
Ética, Cidadania e Responsabilidade Social – EVE116	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina EVE129, ofertada no 3º semestre.
Relações Públicas – ADM552	Relações Públicas – EVE125	Disciplina sofreu modificação na ementa e conteúdos.
Gestão de Segurança e do Meio Ambiente – ADM581	-	Disciplina sofreu alteração na ementa, nos conteúdos, no nome e mudança de código (EVE127), passando a ser oferecida no 5º semestre.
Língua Estrangeira: Espanhol II –	Espanhol II – LET136	Disciplina excluída da matriz nova e

LET124		substituída pela disciplina LET136, com aumento de carga horária.
Alimentos e Bebidas – EVE117	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina EVE123, ofertada no 2º semestre.
Projeto Integrador IV – EVE118	Evento como Ação Social – EVE 902 (ACEX II)	Disciplina excluída da matriz nova e substituída na parte prática pela ACEX II (EVE902), e a parte teórica é ofertada em EVE102 e EVE103. Disciplina EVE902, inserida na matriz nova, atendendo as prerrogativas da curricularização da extensão.
-	Eventos Técnicos, Científicos e Promocionais – EVE112	Disciplina sem alteração e antes ofertada no 3º semestre.
-	Metodologia da Pesquisa – EVE124	Disciplina nova em substituição à disciplina EVE104.
<b>5º SEMESTRE</b>		
Seminários Avançados em Eventos – EVE119	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina EVE130, ofertada no 6º semestre.
Estágio Supervisionado – EVE120	-	Disciplina sem alterações, passou a ser ofertada no 6º semestre.
TCC – Trabalho Monográfico – EVE121	-	Disciplina excluída da matriz nova e substituída pela disciplina EVE128, ofertada no 6º semestre.
Língua Estrangeira: Libras – LET112	Libras I – LET137	Disciplina passou de optativa para obrigatória e alterada carga horária.
-	Eventos Artísticos e Culturais – EVE126	Disciplina passou a ser ofertada no 5º semestre com novo código EVE126, por ter ementa alterada, substituindo EVE115.
-	Gestão de Segurança e Meio Ambiente – EVE127	Disciplina sofreu alteração na ementa, nos conteúdos, no nome e mudança de código (EVE127), substituindo a disciplina ADM582.
-	Gestão de Pessoas I – ADM537	Disciplina inserida na matriz nova, substituindo a disciplina ADM514.
-	Evento como Difusão Cultural – EVE903 (ACEX III)	Disciplina inserida na matriz nova, atendendo as prerrogativas da curricularização da extensão.
<b>6º SEMESTRE</b>		
-	Tópicos Avançados em Eventos – EVE130	Disciplina inserida na matriz nova, substituindo a disciplina EVE119.
-	Estágio Supervisionado – EVE120	Disciplina sem alterações, passou a ser ofertada no 6º semestre.
-	Trabalho de Conclusão de Curso – EVE128	Disciplina inserida na matriz nova substituindo disciplina EVE121, passou a ser ofertada no 6º semestre. Com mudança de ementa, conteúdo, nome e código.
-	Optativa I	Disciplina inserida na matriz nova.
-	Optativa II	Disciplina inserida na matriz nova.

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

## 4.7 CULTURA AFRO-BRASILEIRA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DISCIPLINA DE LIBRAS

### 4.7.1 Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Inserido em seu contexto, na Cidade de Salvador, o Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA assume a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais enquanto eixo transversal, como também será abordada nos conteúdos de disciplinas obrigatórias do curso, conforme destacado na sequência. Tal preocupação articula-se com o PDI e PPI Institucionais, tendo em vista a articulação com a realidade social e com o papel da instituição junto às demandas políticas, econômicas e sociais da região.

Conforme a Resolução CNE/CP N. 1/2004 (CNE; CP, 2004), cabe às instituições de ensino superior incluir em suas disciplinas e demais atividades a temática da educação étnica e racial, abordando conteúdos relacionados ao afrodescendente, à sua história, tradições e cultura. Em conformidade com a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), trata-se de criar condições para a consolidação de valores multiculturais, para a valorização da cultura africana em sua dimensão constitutiva do país, fortalecendo nossa identidade nacional e nossa democracia. Trata-se de longo caminho a ser percorrido, tendo em vista a secular e originária violência que o afrodescendente tem sofrido na história do país.

O tema das relações étnicas e raciais na educação e no trabalho é amplo e pode ser abordado por diferentes áreas de conhecimento e teorias. Há longa tradição nas ciências humanas e sociais junto ao tema, com ricas e variadas perspectivas, sendo algumas temáticas abordadas em algumas disciplinas obrigatórias do curso como, Eventos Sociais e Corporativos, Espanhol I, Alimentos e Bebidas em Eventos, Tópicos Avançados em Eventos e Trabalho de Conclusão de Curso. E nas optativas, a exemplo de Educação e Relações Étnicas e Raciais, Sociologia, Filosofia, Psicologia Aplicada ao Trabalho e Direito e Legislação Social.

A inserção de temas referentes à cultura e à história africana, articulados com o percurso formativo do gestor em eventos, constitui-se em eixo transversal essencial neste projeto, expresso em discussões e trabalhos realizados em algumas disciplinas, além de atividades de extensão e pesquisa.

Além disso, a Jornada das Relações Étnico-Raciais, evento anual institucional que conta com a participação de referências intelectuais e sociais do tema, oferece uma oportunidade para o desenvolvimento de pesquisa e extensão para o estudante.

Cabe destacar que na construção do presente PPC, foram observados os dispositivos normativos descritos no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3: Dispositivos normativos observados na construção do PPC**

<b>Lei</b>	<b>Fonte</b>
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96 (LDB).	
Lei Nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira.	
Lei Nº 11.645/2008. Altera a Lei Nº 10.639/2003.	
Resolução CNE/CP Nº 1/2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	
Parecer CNE/CP Nº 3/2004.	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2022).

#### 4.7.2 Educação Ambiental

O meio ambiente, por muito tempo, ficou de fora das temáticas centrais tratadas pelos governos em nível global. Com o aumento da produção industrial, elevação do crescimento populacional e a escassez de recursos, além do aquecimento global, potencializado com o consumo de combustíveis fósseis, que há décadas vêm preocupando a sociedade em função das mudanças climáticas, a temática passou a ser objeto de política pública internacional, nacional e subnacional em virtude da necessidade de ações, iniciativas, e estratégias que contribuam para a promoção de um desenvolvimento sustentável seja na dimensão social, ambiental, econômica, cultural e geográfica.

Como a sociedade atual herdou o acúmulo de prejuízos gerados pelas sociedades que lhe antecedeu somado aos prejuízos ainda gerados pela cultura atual, surge para esta geração a tarefa de efetivar mudanças na condução do desenvolvimento desta sociedade.

Conforme prevê o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

Nesse sentido, a educação ambiental, juntamente com as ações governamentais e da iniciativa privada, é de fundamental importância no processo de construção de ações e iniciativas e na sua implementação, que contribuam para que as gerações atuais e futuras desfrutem do direito ao meio ambiente, de melhor qualidade de vida, e menor risco a saúde em função dos excessivos poluentes que são emitidos para a atmosfera e devido ao grande volume de resíduos sólidos (BRAGA, 2002) que são gerados ao meio ambiente, em muito dos casos, sem o tratamento adequado.

Segundo o MEC (2012) no âmbito do Brasil, o termo educação ambiental “[...] não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental” (p.1).

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (MMA, 1999).

O Artigo 1º, da lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (MMA, 1999) define o conceito de educação ambiental como:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Sendo assim, como todas as atitudes comportamentais do homem reúnem um conjunto de significados culturais formados e apreendidos ao longo de um processo histórico vivido por sua sociedade, torna-se imprescindível que a educação ambiental seja contínua e transversal, em todos os níveis da educação formal, tal como propõe o artigo 2 da lei 9.795/99.

Diante do exposto, preocupado com o profissional que forma e com os desafios coexistentes desencadeados pelas questões ambientais, sociais e econômicas, o curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA, Campus de Salvador, busca atender a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (MMA, 1999), regulamentada pelo Decreto nº 4.281 de 25 de julho de 2002 (MMA, 2002) tomando a Educação Ambiental de modo transversal, contínuo, permanente e interdisciplinar na matriz curricular do curso.

Com esta percepção, a Educação Ambiental pode ser abordada em diversos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso, seja pensado nos aspectos históricos do conteúdo, quanto no desenvolvimento deste conteúdo até as suas aplicações contextuais e tecnológicas ao longo da história, exaltando seu caráter transversal e possibilitando também a criação de projetos interdisciplinares.

A estrutura curricular permite aos docentes criarem estratégias para a realização de atividades de caráter interdisciplinar de modo a promover a relação entre os conteúdos teóricos da Educação Ambiental e a prática nos eventos.

Além da abordagem na disciplina Gestão de Segurança e Meio Ambiente, é realizado um projeto interdisciplinar nas disciplinas Planejamento e Organização de Eventos e Captação de Recursos e Eventos, onde é elaborado um projeto técnico, cujo conteúdo proporciona aos estudantes desenvolverem o entendimento sobre a Sustentabilidade nos vários campos de atuação.

A educação ambiental também é aplicada de forma transversal durante o planejamento dos eventos, tendo em vista a Sustentabilidade nos próprios eventos, na utilização de material biodegradável, na coleta seletiva dos materiais utilizados, na utilização consciente dos recursos naturais, bem como,



na educação dos participantes quando da utilização dos espaços. Atendendo desse modo, a legislação. (BRASIL, 2002)

Este profissional deve constituir-se em agente transformador capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços da ciência e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem econômica, social, ambiental, cultural e geográfica.

Em síntese, dentre os dispositivos legais que norteiam a prática da educação ambiental na matriz curricular do Curso em tela, estão as descritas no quadro abaixo.

**Quadro 4: Dispositivos normativos observados na construção do PPC**

<b>Lei</b>	<b>Fonte</b>
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	
Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	
Decreto nº 4.281 de 25 de julho de 2002 que regulamentou a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	
A Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Por fim, a Educação Ambiental surge como uma estratégia, educativa e social, que tem como expectativa desenvolver culturas conscientes da limitação do ser humano na sua relação com os recursos naturais, renováveis e não renováveis, existentes no planeta.

#### 4.7.3 Educação em Direitos Humanos

O Curso De Tecnologia em Gestão de Eventos do IFBA visa considerar o Parecer CNE/CEB nº 8/2012, de 30 de março de 2012 e a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que orientam para a obrigatoriedade da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos de cursos e programas em todos os setores da educação.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 8/2012, de 30 de março de 2012 o curso deverá tomar a Educação de Direitos Humanos (EDH) de forma:

- (i) transversal, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; ou,
- (ii) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo; ou
- (iii) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Dentre os vários conceitos para a Educação de Direitos Humanos (EDH), tomar-se-á neste texto o proposto no artigo 2 da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012:

A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Os Direitos Humanos, histórica e socialmente construídos, são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Também dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos em face das transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos.

Nesse processo, a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação.

As profundas contradições que marcam a sociedade brasileira indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos; enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana. Estas contradições também se fazem presentes no ambiente educacional (escolas, instituições de educação superior e outros espaços educativos).

Cabe aos sistemas de ensino, gestores, professores e demais profissionais da educação, em todos os níveis e modalidades, envidar esforços para reverter essa situação construída historicamente. Em suma, estas contradições precisam ser reconhecidas, exigindo o compromisso dos vários agentes públicos e da sociedade com a realização dos Direitos Humanos.

Neste contexto, a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos sócio-históricos de direitos e de responsabilidades. Ela poderá influenciar na construção e na consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.

Como a Educação em Direitos Humanos requer a construção de concepções e práticas que compõem os Direitos Humanos e seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana, destina-se a formar crianças, jovens e adultos a participar ativamente da vida democrática e exercitar seus direitos e responsabilidades na sociedade, também respeitando e promovendo os direitos das demais pessoas. É uma educação integral que visa o respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições (BRASIL, 2011).

Deste modo o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH-2, 2010) que trata o da sua implementação na educação superior, destaca a responsabilidade das IES com a formação de cidadãos éticos comprometidos com a construção da paz, da defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia, além da responsabilidade de gerar conhecimento mundial, visando atender os atuais desafios dos direitos humanos, como a erradicação da pobreza, do preconceito e da discriminação e compreensão multicultural.

Sendo assim, as responsabilidades das IES com a Educação em Direitos Humanos, no ensino superior, estão ligadas aos processos de construção de uma sociedade mais justa, pautada no respeito e promoção dos Direitos Humanos, aspectos ratificados pelo PNEDH como forma de firmar o compromisso brasileiro com as orientações internacionais.

Com base nisto, toda e qualquer ação de Educação em Direitos Humanos deve contribuir para a construção de valores que visam a práxis transformadora da sociedade, perpassando os espaços e tempos da educação superior.

A Educação em Direitos Humanos (EDH) no Curso em Gestão de Eventos do IFBA deve ser transversalizada, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão. De modo a obedecer a base legal para a EDH, no ensino, por exemplo, seus temas e conteúdos são incluídos no currículo do curso através da oferta de seminários, da inclusão de conteúdos em disciplinas obrigatórias Ética e Desenvolvimento Humano, Gestão de Pessoas I, Tópicos Avançados em Eventos e Trabalho de Conclusão de Curso e no âmbito das optativas são, Direito e Legislação Social, Estado e Sociedade, Filosofia, Sociologia, Gestão de Pessoas II.

O Conselho Nacional de Educação, através do seu texto orientador para a elaboração das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos (CNE, 2011, p. 24) destaca que nas atividades de extensão, a inclusão dos Direitos Humanos no Plano Nacional de Extensão Universitária enfatiza o compromisso das universidades com a promoção e a defesa dos Direitos Humanos. E ainda salienta:

[...]é oportuno lembrar, a este respeito, a necessidades das Instituições de Ensino Superior atenderem demandas não só formativas, mas também de intervenção por meio da aproximação com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como os movimentos sociais e a gestão pública. Às IES cabe, portanto, o papel de assessorar governos, organizações sociais e a sociedade na implementação dos Direitos Humanos como forma de contribuição para a consolidação da democracia.

Espera-se que as IES contemplem os Direitos Humanos como seus princípios orientadores e a Educação em Direitos Humanos como parte do processo educativo. Sem o respeito aos Direitos Humanos não será possível consolidar uma democracia substancial, nem garantir uma vida de qualidade para todos. Será preciso o compromisso com a construção de uma cultura de direitos, contribuindo para o bem estar de todos e afirmação das suas condições de sujeitos de direitos.

#### 4.7.4 Libras

A inclusão social precisa avançar e uma forma eficaz está em ampliar a comunicação dos ouvintes para acolher todas as pessoas com deficiência auditiva. Desse modo, o ensino de libras torna-se um recurso imprescindível no caminho da inclusão, tendo como premissa o direito de todos à educação que atenda às suas especificidades.

A disciplina de Libras para o Curso em Gestão de Eventos é ofertada como obrigatória e optativa, respectivamente Libras I e Libras II, semestralmente, pelo Departamento de Línguas Estrangeiras, nas modalidades presencial, atendendo assim a Lei nº 10.436/2002 regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O currículo do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos é constituído por componentes curriculares e atividades dispostas semestralmente, seguindo uma orientação que oportunize a construção de conhecimento de forma gradativa e ordenada, a fim de estimular a integralização em tempo adequado para a formação do discente.

A concepção pedagógica metodológica do curso de Tecnologia em Gestão de Eventos considera como um de seus princípios que a aprendizagem é um processo de construção de autonomia do sujeito.

Para isso, fundamenta-se na articulação da teoria com a prática, garantindo que às questões de acessibilidade pedagógica, atitudinal e comunicacional sejam atendidas ao longo da formação, como prevê os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (INEP, 2013) que ampliam a acessibilidade para além das questões arquitetônicas e se atem aos outros âmbitos pedagógicos:

[...] na sala de aula se materializa na existência de recursos necessários à plena participação e aprendizagem de todos os estudantes. Esses recursos podem ser uma prancha de comunicação, um mobiliário acessível, o uso do computador em sala de aula como auxílio à aprendizagem, lupa, entre outros. Outro recurso importante é a presença do intérprete de Libras na sala de aula, nesse caso o professor ouvinte poderá ministrar suas aulas em sua língua de domínio e, ao mesmo tempo, o aluno surdo receberá a informação também em sua língua própria. A presença do intérprete contribuirá para superar a barreira linguística e, conseqüentemente as dificuldades dos estudantes surdos no processo de aprendizagem (INEP, 2013. P. 43).

Assim, as premissas de uma educação inclusiva defendidas nesse PPC, visam à flexibilização no currículo no curso, conforme o FORGRAD (2004):

Na flexibilização dos currículos, evidencia-se a importância de se buscar e de se construir uma estrutura curricular que permita incorporar outras formas de aprendizagem e formação presentes na realidade social. Isso não significa, no entanto, que deva ser subtraída à instituição formadora sua responsabilidade quanto ao significado que essas experiências incorporadas devam ter para o processo formativo (FORGRAD, 2004, p.210).

A ação pedagógica é desenvolvida de modo integrado com a atualização e aprofundamento dos conteúdos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer onde se insere o setor de Eventos. Neste sentido, o docente orienta a aprendizagem do discente, incentivando uma atitude crítica e criativa diante dos desafios vivenciados na produção científica e tecnológica da área.

De acordo com o PPI-IFBA, ao adotar os princípios epistemológicos e filosóficos da abordagem Materialista Histórico Dialético é possível assumir procedimentos de ensino no prosa da Pedagogia Histórico-Crítica, a qual pressupõe uma análise da realidade socioespacial baseada nos princípios materiais que a sustentam e que reagem dialeticamente com as condições construídas historicamente pelo indivíduo. Ainda segundo o PPI-IFBA, podemos afirmar que:

[...] a Pedagogia Histórico-Crítica busca resgatar a função precípua da escola, que é dar acesso ao saber sistematizado, ao conhecimento elaborado, construído historicamente pela humanidade, organizando-o e fazendo as reflexões e críticas necessárias, considerando o senso comum como ponto de partida e não de chegada (PPI-IFBA, p.48).

Nesse olhar, considera-se a aprendizagem como uma (re)construção do conhecimento pelo discente, onde o desenvolvimento de suas competências

será possibilitado por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sendo, estes elementos, indispensáveis à sua formação profissional.

Além disso, busca-se inserir todo e qualquer sujeito no processo de ensino-aprendizagem, atendendo a premissa definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (BRASIL, 2000; BRASIL(b), 2004; BRASIL, 2005; BRASIL, 2009; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2015).

[...] a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (MEC/SEESP, 2007, p.9)

As orientações metodológicas intrínsecas ao currículo, no que tange aos saberes profissionais, compreendem as atividades realizadas em diversos ambientes de aprendizagem onde os alunos são inseridos nas práticas do mundo do trabalho por meio de:

- Projetos baseados em problemas;
- Projetos e Visitas técnicas interdisciplinares;
- Pesquisas virtuais em sites especializados na área de Turismo, Hospitalidade e Lazer;
- Visitas técnicas supervisionadas em diversos equipamentos turísticos visando à compreensão dos procedimentos pertinentes ao desenvolvimento das atividades profissionais da área de Eventos;
- Estudo de caso para observação da vivência das rotinas profissionais;
- Participação em projetos de pesquisa na área;
- A realização de atividades práticas e científicas a partir da produção de textos, aplicação das tecnologias em eventos e nos projetos integradores;
- Apoio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e as TICS;
- Sala de aula invertida;
- Seminários;
- Discussões em grupo de casos presentes no contexto real;
- Atendimento individual ou coletivo realizado pelo docente aos discentes.

As diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino-aprendizagem, flexibilizando a relação entre as disciplinas oferecidas em cada semestre. Esse processo favorece a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

[...] o processo de flexibilização não pode ser entendido como uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular [...] Com essa abordagem, a flexibilização curricular substitui o modelo de grade por uma nova estrutura que possibilita ao aluno participar do processo de formação profissional; rompe com o enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização artificial de conteúdos; cria novos espaços de aprendizagem; busca a articulação teoria e prática como princípio integrador (conectar o pensar ao fazer); possibilita ao aluno ampliar os horizontes do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional e propicia a diversidade de experiências aos alunos (CABRAL NETO, 2004, pp. 13 - 14).

Nesse entendimento, busca-se desenvolver os conteúdos propostos nas disciplinas, favorecendo a autonomia dos discentes na construção do conhecimento, além de valorizar as diferentes formas de aprendizagens presentes no perfil de cada aluno. Assim, as metodologias supracitadas contemplam estratégias que permitem ao discente integrar os conhecimentos e aplicá-lo em seu cotidiano, além de favorecer o acompanhamento contínuo das atividades e desempenho do discente pelo docente.

Ademais, destaca-se que tais abordagens soma-se a uma proposta de currículo flexível que favorece a complementação da formação do discente por meio de vivências adquiridas através de programas de intercâmbios e mobilidade acadêmica.

## 5.1 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE

A proposta metodológica dos Cursos Tecnológicos do IFBA está organizada em conformidade com as condições e situações vivenciadas pela sociedade em seus contextos regionais e culturais, tendo em vista que é preciso fazer do processo ensino e aprendizagem algo que não se realize como uma imposição cultural, que coloque os saberes e conhecimentos adquiridos ao longo da vida, em um nível inferior à cultura técnica e científica.



De acordo com esta metodologia, o currículo, como artefato cultural deve ter uma estrutura dinâmica, para proporcionar uma mobilidade conceitual, evitando uma definição prévia e padronizada dos conteúdos a serem trabalhados (Pacheco, 1996). Justifica-se a ênfase conferida à adoção de estratégias metodológicas que aproximam conhecimentos teóricos e práticos, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da percepção crítica e da capacidade de pensar. Esta escolha se materializa por meio da utilização de processos metodológicos diferenciados às disciplinas da matriz curricular, concebidas de modo que atividades teóricas e práticas se complementem, e pela sua aplicação em um conjunto de atividades de pesquisa e extensão, presentes ao longo de todo o curso.

O objetivo básico da proposta de interdisciplinaridade é a articulação entre os saberes formais e os saberes socioculturais dos alunos, o que favorece maior objetivação dos conteúdos analisados e permite que o educando não sinta que aprende algo abstrato ou fragmentado. Os conhecimentos não serão unicamente disciplinares, mas terão sua estrutura constituída por temas contextuais, multidisciplinares, que permearão a elaboração de projetos de extensão social e cultural, interrelacionando diversas experiências teóricas e práticas das áreas envolvidas numa concepção globalizante do processo de ensino aprendizagem.

No desenvolvimento dos temas das atividades interdisciplinares é indispensável que se tenha como preocupação um equilíbrio entre vivências, necessidades educacionais e teorias a serem elaboradas. É fundamental definir os fins a serem atingidos em cada ação, as questões que devem ser priorizadas, e, sobretudo, possibilitar aos discentes o estabelecimento das relações entre os diversos enfoques educacionais. Esse ponto de vista de interdependência dos conteúdos será um instrumento para a compreensão e ação sobre a realidade.

Considerando a interdisciplinaridade como uma forma de articulação de um dado conhecimento convencional tratado em disciplinas diferentes de forma simultânea e articulado, o curso de Tecnologia em Eventos promove desde o primeiro semestre essa interação, evidenciando o compromisso em estabelecer um ensino teórico-prático preconizado em seus objetivos.

As visitas técnicas são realizadas de forma interdisciplinar. Em cada semestre os docentes se reúnem e decidem pelos locais e/ou empreendimentos de interesse para o melhor aproveitamento dos discentes. Ao longo do curso são realizadas visitas técnicas interdisciplinares nas disciplinas: Captação de Eventos e Recursos, Planejamento e Organização de Eventos; Eventos Artísticos e Culturais, Eventos e Corporativos, Etiqueta, Cerimonial e Protocolo, Alimentos e Bebidas em Eventos, Eventos Técnicos, Científicos e Promocionais, Espanhol I e II, Inglês I e II e Tópicos Avançados em Eventos.

Nessa expectativa de integração entre os conteúdos das disciplinas ministradas tem como proposta reforçar os conteúdos ministrados nas disciplinas técnicas nos diversos semestres, por meio da realização de atividades inovadoras e desafiadoras, a fim de demandar dos estudantes a aplicação dos conhecimentos importantes ao desempenho profissional.

Segundo Moruzzi e Moruzzi (2010), “pode-se compreender que a formação universitária deve compor um entendimento multidisciplinar, ou se transforma a formação universitária em técnica, transforma-se o universal em uno e o fundamental em instrumental. A transversalidade [...] apresenta-se como princípio que possibilita resgatar o conhecimento em suas múltiplas dimensões.”

No curso, a abordagem da transversalidade será desenvolvida por meio de temas como: Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Sustentabilidade, Acessibilidade, Gênero, Etnia, Condições de Trabalho, Saúde e Qualidade de Vida; temas esses trabalhados em sala de aula, visitas técnicas, seminários, eventos e atividades curriculares extensionistas.

As disciplinas que irão desenvolver os temas transversais estão dispostas em todos os semestres, dentre elas: Captação de Recursos e Eventos, Planejamento e Organização de Eventos, Eventos Sociais e Corporativos, Etiqueta, Cerimonial e Protocolo, Eventos Técnicos, Científicos e Promocionais, Eventos Artísticos e Culturais, Ética e Desenvolvimento Humano, Gestão de Segurança e Meio Ambiente, Alimentos e Bebidas em Eventos e Tópicos Avançados em Eventos.

Assim, busca-se desenvolver nos alunos a capacidade de correlacionar os conhecimentos adquiridos no Curso com a sua experiência profissional, de forma prática e objetiva. Como resultado espera-se desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- (i) Sistematização e organização dos conhecimentos;
- (ii) Desenvolvimento de capacidade de argumentação;
- (iii) Análise e visão crítica;
- (iv) Articulação dos conhecimentos e sua aplicação no contexto atual;
- (v) Visão sistêmica da organização e da sua relação com o ambiente.

A abordagem interdisciplinar estimula o desenvolvimento do estudante, buscando desenvolver a capacidade de correlacionar os conhecimentos adquiridos com a sua prática profissional, bem como utilizá-los para refletir os problemas reais a partir da realidade do mundo do trabalho.

## 5.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM (TICS)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) exercem um papel cada vez mais importante na forma de nos relacionamos, nos comunicarmos, aprendermos e vivermos.

A utilização de tecnologias nos ambientes de aprendizagem, com aplicativos informatizados oportuniza momentos diferenciados de apropriação do conhecimento, transformando o processo de ensino-aprendizagem de modo mais interativo e abrangente, fator que permite ao professor ser mais efetivo no projeto pedagógico adotado na Instituição e no Curso em Gestão em Eventos.

Acredita-se que as TICs podem e devem contribuir para o acesso do discente do curso aos meios de produção, divulgação e reflexão sobre a produção do conhecimento, cujo impacto só poderá ser efetivo se a qualidade de ensino e aprendizagem for prioritária.

A aplicação das TICs no Curso em Gestão de Eventos é associada aos componentes curriculares e pode ser contemplada através de : acesso aos portais de conteúdo, a exemplo do Portal de Periódicos da CAPES e o Portal *Web of Science*; Portal do aluno do IFBA; acesso online ao sistema de bibliotecas do IFBA; bibliotecas virtuais; acesso dos alunos aos laboratórios de

informática e uso de programas de processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica; projetos de desenvolvimento científico e tecnológico em comunicação e informação; utilização de *softwares* aplicados, acesso à rede sem fio em qualquer espaço de forma livre no Campus; redes sociais; videoconferências; o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP); *Moodle*; Classroom; Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e Lousa Digital.

Os procedimentos relacionados às TICs no curso obedecem às orientações do Capítulo II do Título III da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, que aborda os processos de inclusão, e acessibilidade digital, comunicacional e pedagógica. Nesse sentido, discentes com necessidades específicas podem utilizar equipamentos disponibilizados pela CAPNE, a exemplo de: Impressora Braille; Impressora em Relevo; Scanner de Voz; Lupas; Máquina Braille; Linha Braille, Soroban, Lupas Manuais, Teclado com Colméia, Dicionário em Libras, Plano Inclinado, Mesa para cadeira de rodas, Geoplano, *Dosvox*, *Virtual Vision*, *Motrix*.

Por fim, considerando ainda a possibilidade de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no ambiente escolar, há que se considerar o auxílio que pode ser dado aos professores em suas práticas pedagógicas. Ferramentas já comuns na rotina diária como computadores, internet, softwares, jogos eletrônicos, celulares exigem que a educação aumente o ritmo de seu desenvolvimento tecnológico, tornando o ensino mais criativo, estimulando o interesse pela aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – com base no Art. 81 da Lei no 9.394, de 1996 – estabelece a possibilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) ofertarem, na organização pedagógica e curricular dos cursos reconhecidos, as disciplinas regulares na modalidade de Educação a Distância (EAD).

Possibilidade que é regulamentada pela Portaria Ministerial nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, (DOU de 11/10/2016, Seção 1, p. 21), através da qual as disciplinas de Educação a Distância só poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total dos cursos e das aulas presenciais.

## 6. ACESSIBILIDADE

A educação inclusiva é um dos grandes desafios enfrentados no âmbito educacional no país, particularmente pelas Instituições de Ensino superior (IES) que têm se deparado com a necessidade de adotar estratégias de curto prazo que contribuam para equacionar os problemas históricos de exclusão, sobretudo os gerados em face do modelo usual de educação.

Nesse sentido, a discussão, fruto de um processo que vem sendo construído há décadas, tem ganhado espaço nas pautas de reuniões e ações governamentais, traduzidas em políticas públicas e ações dos governos federal, estadual e municipal no território nacional.

Segundo o MEC e SEESP (2007) a busca por uma educação sem segregação e discriminação é conformada por um conjunto de ações que para além do pedagógico, envolve iniciativas socioculturais e políticas que integrem todos os estudantes, promovam a aprendizagem e garantam o direito de todos, o que implica em “[...] uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham as suas especificidades atendidas...” (p. 1).

Tomando como base os marcos legais mais recentes que dizem respeito à acessibilidade: Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015; Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, podemos observar o crescente movimento de inserção da acessibilidade para a educação inclusiva.

### Quadro 5: Marcos Legais nacionais considerados no PPC sobre acessibilidade e educação inclusiva

Marco Legal	Síntese	Fonte
Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial	Educação Especial – Capítulo V	
Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que regulamentou a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	
Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	

Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003 – Ministério da Educação	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.	
Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	
Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22</a>
Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11</a>
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm</a>
Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm</a>
Resolução nº 30 de 12 de Dezembro de 2017	Institui a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA.	<a href="http://portal.ifba.edu.br/jacobina/institucional/documentos/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com.pdf">http://portal.ifba.edu.br/jacobina/institucional/documentos/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com.pdf</a>

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Considerando a missão institucional do IFBA, a necessidade de uma educação cada vez mais inclusiva, que integre alunos, docentes, técnicos administrativos, e observada a necessidade de ações que tornem efetiva a prática da Educação Especial, o Projeto Pedagógico do Curso em Gestão de Eventos, além de observar os marcos nacionais acima, levou em consideração os seguintes dispositivos institucionais:

- (i) Resolução nº 30 de 12 de Dezembro de 2017, que institui a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA.
- (ii) Resolução nº 09, de 28 de março de 2016, que institui as Diretrizes para a Acessibilidade Pedagógica dos Estudantes com Necessidades Específicas no âmbito do IFBA;
- (iii) Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- (iv) Os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior;
- (v) A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O IFBA, Campus Salvador, através da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE), tem se empenhado em empreender ações de garantia de acessibilidade para pessoas que delas necessitam, pois a sua criação foi fundamental para o atendimento ao disposto no parágrafo quinto do Decreto nº 7.611 de 2011 (BRASIL, 2011) que ordena que:

Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. (Decreto nº 7.611, de 17/11/2011).

O trabalho da CAPNE, além de acompanhar os estudantes com necessidades específicas no seu percurso acadêmico, realiza orientações à comunidade para adaptações de materiais e intervenções pedagógicas e formativas em situações específicas. Para facilitar o trânsito de informação e favorecer o processo de ensino e aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento profissional dos estudantes, essa Coordenação também disponibiliza recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores dos estudantes com necessidades específicas.

A CAPNE informa aos setores competentes os estudantes que possuem necessidades específicas, o tipo de deficiência e a extensão da necessidade, além de conduzir as discussões institucionais e atualizações em termos legais.

Em atendimento à Portaria nº 3.284 de 2003 (MEC, 2003), além de outras legislações que tratam da acessibilidade para pessoas com deficiência, foram construídas plataformas de elevação que possibilitam acesso a andares

superiores dos pavilhões de aula, sinalizações táteis foram instaladas, elevadores foram sonorizados, banheiros e portas de salas tiveram seus tamanhos adaptados e rampas e barras com corrimãos também foram instalados e adaptados para facilitar circulação de pessoas em cadeiras de rodas, andadores ou muletas e com dificuldade de locomoção. Além disso, no que diz respeito à acessibilidade de serviços, melhorias são realizadas fazendo com que o tema da inclusão e da acessibilidade estejam em constante discussão e suas ações em permanente avaliação.

O Instituto, para promover a garantia de direitos à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, conforme orienta o capítulo VI, do Art. 23 do Decreto nº 5.626 de 2005 (BRASIL, 2005), dentre outras ações, realiza orientações aos docentes sobre a estrutura linguística diferenciada e cultura surda, sobre a importância da utilização de recursos visuais e da avaliação diferenciada e no turno oposto.

As adaptações e adequações realizadas no atendimento aos estudantes com deficiência estão consonantes com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA, estabelecido no ano de 2013, que traz a adequação dos espaços e tempos escolares às necessidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação como uma das Políticas de Ensino.

Os estudantes com deficiência intelectual, seja de origem síndrômica, do espectro autista<sup>3</sup> ou de etiologia desconhecida, encontra na CAPNE apoio na leitura e transcrição das avaliações, tempo estendido para realização de avaliações e registro das aulas, avaliação diferenciada e no turno oposto ao de aulas. No acompanhamento realizado por essa coordenação aos vários tipos de deficiência, são realizadas parcerias com instituições especializadas, tais como o Centro de Educação Especial da Bahia (CEEBA).

Desta forma e de maneira gradativa tem-se criado na Instituição ações de promoção da acessibilidade e da inclusão no seu sentido mais amplo, uma vez que as melhorias realizadas, o maior envolvimento de docentes e técnicos administrativos com a questão e o crescente número de estudantes com

<sup>3</sup> Com direitos assegurados pela lei 12.764 de 2012 que trata da proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista.



deficiência matriculados traz para a Instituição o desafio da construção da responsabilidade social na educação superior.

A construção da cultura de inclusão na Instituição a partir da inserção de pessoas com deficiência tem trazido benefícios para todos os membros da comunidade acadêmica e civil, uma vez que ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão também são em favor da resolução de demandas da sociedade.

## **7. SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE E À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

No IFBA existem estudantes com baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, surdos, deficiência intelectual, deficiência física e motora. Além dos estudantes com deficiência, os estudantes com transtornos de atenção e aprendizagem, que é uma demanda que impacta diretamente na relação com o aprendizado, apesar de não caracterizar deficiência também são acompanhados pela Instituição.

Nesse contexto, o IFBA dispõe de uma política própria de Assistência Estudantil, conforme Resolução No. 25, de 23 de maio de 2016, denominada de Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Conforme Art. 1o., o documento “[...] apresenta as normas, critérios e procedimentos da Política de Assistência Estudantil do IFBA”. Em seu parágrafo único, a política define que:

**Parágrafo Único:** A Política de Assistência Estudantil do IFBA se constitui num arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial.

Ademais, cabe destacar, também, a Resolução n 30, de 12 de dezembro de 2017 do IFBA que fixou a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito da instituição.

Nesse sentido, o Campus Salvador, grande parte dos serviços de apoio ao discente são geridos pela Diretoria Adjunta e de Atenção ao Estudante (DEPAE), a qual, segundo o Regimento Interno do Campus Salvador:

Coordena, acompanha e avalia ações interdisciplinares voltadas à melhoria das condições (cognitivas, socioeconômicas, psicossociais e nutricionais) do estudante, a inclusão e a formação plena, possibilitando sua permanência qualificada e êxito no seu percurso acadêmico (IFBA, 2013c, p.26)

A DEPAE, através dos serviços prestados por Coordenações específicas e por uma equipe multiprofissional (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e intérpretes de LIBRAS), atende às mais variadas demandas dos discentes do Campus e é composta pelos seguintes setores.

Compõem a DEPAE:

- (i) Coordenação de Orientação Pedagógica;
- (ii) Coordenação de Gestão do Trabalho Pedagógico;
- (iii) Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE);
- (iv) Coordenação de Acompanhamento de Alimentação e Nutrição do Estudante;
- (v) Coordenação de Atenção ao Estudante (CAE).

Nas Coordenações de Orientação Pedagógica e Gestão do Trabalho Pedagógico estão os profissionais da pedagogia e psicologia do Campus Salvador. Nestas Coordenações são realizadas atividades de avaliação do processo de ensino-aprendizagem através do contato dos pedagogos com os discentes e docentes dos cursos. Dessa maneira, são dirimidas questões relativas à adaptação estudantil, dificuldades de aprendizagem e orientadas a elaboração e revisão de planos de aula e do PPI, sempre que necessário.

Já a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) conta com uma equipe de tradutores/intérpretes de Libras para tradução/interpretação das atividades didático-pedagógicas. A CAPNE conta, para atendimento dos estudantes cegos e com baixa visão, com transcritores de Braille que fazem a transcrição da tinta para o Braille e relevo além da digitalização e ampliação na fonte adequada. Além disso, estagiários de nível superior auxiliam estudantes com deficiência física na transcrição de avaliações.

Baseado na Nota Técnica nº 01/2015 da DEPAE/CAPNE, amparada na legislação e normativas que tratam da inclusão de estudantes com deficiência, o Conselho Superior do IFBA editou a Resolução nº 39, de 02/09/2015, que estabelece a flexibilização curricular ao tempo de aprendizagem do estudante com deficiência.

Ademais, em relação às outras proposições da Nota Técnica nº 01/2015 foram discutidas em uma comissão *intercampi* proposta pela Pró-Reitoria de Ensino, que produziu as Diretrizes para a Acessibilidade Pedagógica dos Estudantes com Necessidades Específicas, aprovada pela Resolução nº 09, de 28/03/2016, que assegura: a quebra de barreiras que impedem a inclusão plena em sala de aula; a garantia de adaptações/flexibilizações dos currículos, projetos e práticas docentes; oferta de educação bilíngue aos estudantes surdos; o uso e difusão da Libras, assim como o uso de tecnologias assistivas para outras deficiências; garante a renovação de matrícula aos estudantes com deficiência reprovados, assim como a temporalidade flexível do semestre/ano letivo/módulo; a adequação do tempo adicional para realização das avaliações e também a variação nos instrumentos de avaliação; dentre outras proposições.

Para além do escopo normativo, a CAPNE dispõe ainda de equipamentos e materiais de tecnologia assistiva, tais como impressora Braille e em relevo, lupa eletrônica, *scanner* com voz, máquina Braille, linha Braille, lupas manuais, soroban, teclado com colmeia, dicionário em Libras, plano inclinado, notebook com *software* leitor de tela, mesa para cadeira de rodas e geoplano. Além de cadeiras de rodas para uso no campus. Os estudantes são atendidos pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante e com indicação de uso de cadeira de rodas motorizada, são atendidos com essa aquisição, coordenado pela CAPNE.

O atendimento às questões básicas de saúde aos estudantes do Campus são garantidas por meio do Serviço Médico e Odontológico (SMO), que oferece assistências médica, odontológica, psicológica e fisioterapêutica, além de promover programas educativos de segurança, saúde e higiene.

No que concerne ao apoio estudantil, a competência pedagógica também é percebida através da identificação de demandas que possam interferir na aprendizagem e assunção dos devidos encaminhamentos aos órgãos competentes. O apoio pedagógico é de fundamental importância uma vez que possibilita o bom desenvolvimento do itinerário formativo estudantil e ajuda a viabilizar o suporte ao docente com vistas às orientações quanto à elaboração e revisão de projetos de cursos, ementas e práticas de ensino e de avaliação de aprendizagem.

Ainda no que tange à orientação educacional, compete também aos profissionais da psicologia empenhar atividades que busquem garantir o bem-estar biopsicossocial dos estudantes e a preservação da saúde mental, através de ações de natureza preventiva e interventiva, que respeitem a ética e os direitos humanos e priorizem a multidisciplinaridade (PPI, 2013, p. 28).

Através do trabalho desenvolvido pela Coordenação de Atenção ao Estudante (CAE), os discentes do Campus Salvador têm também acesso aos programas executados a partir das Diretrizes da Política de Assistência e Apoio ao Educando dos quais se destacam os Programas de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) e os Programas Universais.

O PAAE é um programa que:

[...] visa apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no âmbito do qual caberá ao profissional de Serviço Social desenvolver ações de seleção dos estudantes, podendo inseri-los, de acordo com sua demanda, em uma das modalidades de bolsas e auxílios que compõem (IFBA, 2016b, p.2).

Os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através do PAAE, são beneficiados com concessão de algumas modalidades de bolsas e/ou auxílios, a saber:

- (i) Bolsa de estudo;
- (ii) Bolsas Vinculadas ao PINA/Programas Universais;
- (iii) Auxílio Transporte;
- (iv) Auxílio Moradia;
- (v) Auxílio Alimentação;
- (vi) Auxílio Cópia e Impressão;
- (vii) Auxílio para Aquisições.

A concessão dessas bolsas e/ou auxílios se faz mediante processo seletivo e é determinada de acordo com a demanda e a quantidade de vagas disponíveis. Já os Programas Universais possibilitam a inserção de estudantes em projetos que tratem de cada um dos programas propostos nas Diretrizes. Esses Programas, diferentemente do PAAE, não são restritivos àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São programas das Diretrizes:

- (i) Programa de Educação para a Diversidade;
- (ii) Programa de Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas;
- (iii) Programa de Assistência à Saúde;
- (iv) Programa de Acompanhamento Psicológico;
- (v) Programa de Acompanhamento Pedagógico;
- (vi) Programa de Acompanhamento Social;
- (vii) Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;
- (viii) Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;
- (ix) Programa de Incentivo à Formação da Cidadania;
- (x) Programa de Assistência a Viagens;
- (xi) Programa de Monitoria da Educação Superior.

Assim, o Curso em Gestão de Eventos conta também com o apoio de setores importantes da instituição, tais como as Diretorias Geral, de Ensino e dos Departamentos de Administração e Departamento Pedagógico e de Assistência ao Estudante que têm buscado, constantemente, desenvolver e implementar soluções que vêm contribuindo para o aumento da acessibilidade no Campus, seja por meio de melhorias infra-estruturais, bem como, ações pedagógicas tais como apoio através de profissionais aos alunos com deficiência, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades didático e pedagógica e ampliação de sua autonomia e independência.

Em observância ao que prevê Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2016), além de viabilizar a redução de barreiras pedagógicas e físicas, conforme destacado anteriormente, o IFBA, Campus Salvador, tem buscado garantir:

- (i) acessibilidade plena, a exemplo dos elevadores para cadeirantes;
- (ii) acessibilidade atitudinal – ou seja, além das questões de infraestrutura física e tecnológica, a instituição está preocupada em manter um ambiente saudável, solidário e respeitoso para seus alunos;
- (iii) acessibilidade programática – por meio dos programas, projetos e políticas institucionais;
- (iv) acessibilidade nas comunicações e digital – conta com o apoio de um setor específico (CAPNE) e da Comunicação Institucional que são compostos por profissionais qualificados, contribuindo para permanência do estudante na instituição.

Essas ações estão formalmente contempladas no âmbito dos princípios e na Dimensão político-pedagógica do Projeto Pedagógico Institucional do IFBA (IFBA, 2013a) e da Política de Gestão e suas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFBA, 2020).

Cabe destacar ainda que, com o intuito de promover ações para o acompanhamento dos discentes visando ao seu bem-estar acadêmico, psicossocial e nutricional em sua permanência no Campus Salvador, o serviço de apoio ao discente oferece apoio extraclasse (a exemplo das monitorias e atendimentos com o professor), atividades de nivelamento/recomposição de conhecimentos anteriores e extracurriculares (participação em agremiações, centros acadêmicos, dentre outros).

## **8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

### **8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Avaliar consiste em uma das tarefas mais complexas da ação formadora, uma vez que implica no diagnóstico das causas, bem como nas correções dos desvios que ocorrem no percurso traçado para o processo de formação. Visa também aferir os resultados alcançados em relação às competências, ou seja, em que medida foram desenvolvidas e onde será necessário retomar ou modificar o curso da formação.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que orientam a criação e desenvolvimento dos cursos superiores definidos pelo PPI e PPC do IFBA, associados à estrutura curricular do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos, fundamentam seu processo de avaliação da aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deverá ter como finalidade a orientação do trabalho dos docentes na formação, permitindo-lhes identificar os níveis e etapas de aprendizagem alcançadas pelos alunos.

Em se tratando da verificação dos níveis alcançados pelos alunos durante o curso, é fundamental que a avaliação esteja focada na capacidade de apropriar conhecimentos e mobilizar outros em situações simuladas ou reais da atuação profissional. Com esse fim, ganham importância no processo de avaliação aspectos da aprendizagem como: conhecimentos, experiências, atitudes, iniciativas e a capacidade de aplicá-los na resolução de situações-problema.

O professor deve ter clareza do que é, para que serve e o que deverá avaliar, estabelecendo um diálogo contínuo com seus alunos em torno dos critérios e formas, partilhando responsabilidades nessa complexa construção do conhecimento e formação deste profissional.

A avaliação do aluno ocorrerá em todo o percurso da formação, com base nas competências adquiridas, de maneira progressiva e processual, abrangendo os diversos momentos do curso, envolvendo os múltiplos aspectos da aprendizagem para a verificação de conhecimentos, atitudes e habilidades, onde serão utilizados instrumentos e procedimentos de avaliação coerentes com os objetivos do curso, consoante com o planejamento próprio de cada professor formador.

Respeitados as concepções e princípios deste Projeto, entre as formas de avaliação admitidas nesta proposta, cita-se:

- (i) Observação;
- (ii) Avaliação e auto avaliação escrita e/ou oral;
- (iii) Trabalhos individuais e coletivos;
- (iv) Produção textual de relatórios, estudo de caso e projetos;

- (v) Atividades investigativas;
- (vi) Projetos interdisciplinares;
- (vii) Estudos realizados de forma independente pelo aluno;
- (viii) Resolução de situações-problema.

Além disso, os métodos de avaliação do processo ensino–aprendizagem deverão estar sempre de acordo com as Normas Acadêmicas do Ensino Superior em vigor, incidindo sempre sobre os aspectos de frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios.

## 8.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O processo de autoavaliação institucional do IFBA é coerente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/2004. Sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída através da Resolução CONSUP, N. 15, de 02 de Agosto de 2017, é um órgão colegiado formado por membros eleitos de todos os segmentos da comunidade acadêmica (Discentes – 02, sendo um do ensino superior e um do ensino integrado; Técnicos administrativos – 02; Docentes – 02; e Sociedade civil – 02), com mandato bienal. Seu objetivo é conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como acompanhar os processos de avaliação externa.

Tendo em vista as dimensões que caracterizam o Instituto, além da CPA, cuja sede é na Reitoria, existem as CPAs locais em cada campi, formando uma rede integrada de autoavaliação. Tal articulação supõe reuniões mensais, via webconferência ou presenciais.

A CPA dispõe de diversificados instrumentos de validação, integrados em torno das dimensões e eixos estabelecidos pelos instrumentos de autoavaliação externa, de cursos e institucional. Para avaliação global, são aplicados instrumentos para a avaliação por parte dos discentes, docentes, técnicos administrativos, docentes, egressos e comunidade externa, em periodicidade bienal (Questionários A1, B, C, D1, E). São também aplicados instrumentos para avaliação de disciplinas (A2, D2), preenchidos por discentes



e docentes, em periodicidade variável, de acordo com a demanda dos cursos. São realizadas também ações específicas, tendo em vista processos de avaliação externa, que compreendem a realização de grupos focais, a preparação e o acompanhamento das visitas, as avaliações internas, realizadas pela Comissão de Avaliação Interna (CAICS), que realiza os procedimentos de avaliação in loco antes da visita dos avaliadores do BASIS.

Em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a CPA e as CPAs locais gozam de autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. A CPA do campus Salvador, de acordo com o que determina o Regimento de seu respectivo Campus em sua Seção II, Artigo 30, à semelhança da CPA central, é formada por representantes dos corpos docente, discente, técnico-administrativo e sociedade civil organizada, indicados pelos respectivos segmentos, com mandatos de até três anos.

Atualmente, a CPA do Campus Salvador é responsável por gerir e implementar o processo de autoavaliação, bem como fornecer as informações necessárias à avaliação externa. Tem como foco especial os cursos de graduação abertos nos últimos anos pelo Instituto, que atravessam processo de estruturação e consolidação. Este trabalho é realizado através do acesso, da análise e produção de documentos, bem como de aplicação de instrumentos junto a discentes, docentes, corpo técnico e comunidade. Seus resultados prestam-se ao aprimoramento e aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem e de gestão concernentes aos cursos oferecidos.

Os relatórios e demais documentos produzidos pela CPA, disponíveis no site do Instituto, têm produzido subsídios para a intervenção de Gestores, da Diretoria Geral de Cursos, das coordenações, de técnicos e estudantes. A CPA tem-se focado também no processo de aperfeiçoamento dos instrumentos e métodos de avaliação, bem como de divulgação de seus resultados. Atualmente, o grupo que constitui a CPA tem como principal objetivo consolidar a cultura de autoavaliação no campus, através da divulgação de seus trabalhos, de iniciativas de aproximação com diversos setores acadêmicos e administrativos, e de convite ao envolvimento dos diferentes agentes institucionais no processo autoavaliativo.

Cabe destacar também a ouvidoria e a já mencionada Comissão de Autoavaliação Interna do Instituto (CAICS), que também compõem o sistema auto avaliativo no qual o curso se insere. Esta tem como ação realizar, no âmbito interno, autoavaliações dos cursos do IFBA, em formato correspondente ao empregado pelo SINAES. Comissões compostas por dois professores (preferencialmente lotados em campi diferentes do curso avaliado) realizam visitas autoavaliativas orientadas de acordo com instrumento próprio, produzindo relatório orientador que subsidia ações de melhoria a serem implementadas. Tal prática tem sido de fundamental importância para a melhoria dos cursos de graduação do Instituto.

Por fim, cabe observar que o NDE do Curso em Gestão de Eventos do IFBA e seu colegiado acompanham os trabalhos e resultados do processo autoavaliativo conduzido pela CPA e pela CPA local do Campus Salvador, através de reuniões periódicas e ações específicas, considerando seus apontamentos para melhorias de Projeto Pedagógico, aspectos didáticos e de infraestrutura. Tanto o NDE como o Colegiado do Curso realizam também processo constante e cotidiano de autoavaliação, considerando sua representação discente e os demais agentes institucionais.

### 8.3 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS

É previsto o aproveitamento de estudos, através de disciplinas previamente cursadas com aprovação na Instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior reconhecida, sempre respeitando as Normas Acadêmicas do Ensino Superior do IFBA vigentes do Campus Salvador e a legislação em vigor.

## 9. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

A Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos está vinculada institucionalmente à Diretoria Adjunta do Ensino Superior - DAES, que por sua vez faz parte da Diretoria de Ensino – DE, que congrega tanto os cursos profissionalizantes quanto os cursos de ensino superior do IFBA

Campus Salvador. Toda a estrutura do Campus está sob a gestão da Diretoria Geral e, como definido no modelo de gestão dos IF's, todos os campi estão subordinados à Reitoria do IFBA.

Com relação à estrutura de gestão acadêmica do Curso em Gestão de Eventos, destaque para as três instâncias listadas e detalhadas a seguir:

- Colegiado de Curso;
- Coordenação do Curso em Gestão de Eventos – CEVE;
- Núcleo Docente Estruturante – NDE.

### 9.1 COLEGIADO

O Colegiado do Curso em Gestão de Eventos, regulamentado e institucionalizado a partir do Regimento do Campus Salvador, aprovado na Resolução CONSUP n.84/2013, é composto pelo (a) Coordenador (a) do Curso, que o(a) preside, por representantes docentes em exercício, que contemplem as diferentes áreas de conhecimento do Curso, sendo eleitos e/ou indicados pelos seus pares dos respectivos Departamentos e áreas de conhecimento, 1 (um) representante da área pedagógica, e representantes discentes regularmente matriculados no Curso e indicados pelo órgão representante competente.

As reuniões ordinárias do Colegiado ocorrem mensalmente, e de forma extraordinária se convocada pelo presidente ou por iniciativa de seus membros.

O Colegiado do Curso em Gestão de Eventos é instituído por meio de Portaria expedida pelo Diretor do Campus, e suas decisões, deliberações e encaminhamentos são definidos em reuniões com registros em atas, com aprovação e assinatura de todos os membros participantes.

As atribuições do Colegiado do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos são as seguintes, conforme o Regimento do Campus Salvador:

- i. propor diretrizes gerais dos programas das disciplinas dos cursos, indicando aos Diretoria Adjuntas o enfoque do ensino de cada disciplina no currículo;
- ii. propor a elaboração do projeto do curso e suas alterações, quando necessárias;
- iii. avaliar o curso, sistematicamente, sugerindo à Coordenação de Curso os ajustes necessários;
- iv. sugerir intercâmbio, substituição ou capacitação de professores, bem como providências de outra natureza, necessárias à melhoria da qualidade de ensino;
- v. opinar sobre trancamento ou dispensa de matrícula, transferência, bem como outros processos vinculados à vida estudantil, no âmbito de sua área de atuação;
- vi. emitir pareceres sobre adaptações e equivalências curriculares;
- vii. assegurar a interconexão entre teoria e prática de conteúdos e disciplinas no âmbito de cada Curso;
- viii. propor aos Departamentos Acadêmicos alterações no conteúdo programático das disciplinas, visando a sua atualização e modernização;
- ix. opinar sobre problemas disciplinares e atitudes do corpo docente e discente vinculados a sua área de atuação; e
- x. Eleger o coordenador de curso.

## 9.2 COORDENAÇÃO

Conforme estabelece o Regimento do Campus Salvador, aprovado na Resolução CONSUP n.84/2013 em seu art. 42º, o Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos é dirigido por um(a) Coordenador(a) indicado(a) e/ou eleito(a) dentre os integrantes do Colegiado do Curso, preferencialmente lotado no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, por um período de dois anos, podendo ser prorrogado por até mais dois anos.

As atribuições do(a) Coordenador são as seguintes:

- I. Orientar, coordenar e controlar as atividades do curso no que se refere à aplicação das metodologias didático-pedagógicas, adequadas às diversas situações das disciplinas ministradas;
- II. Compatibilizar os conteúdos formativos oferecidos pelos diferentes Departamentos Acadêmicos, quando couber, com vistas à compreensão da sua totalidade;
- III. Assegurar a interdisciplinaridade no conjunto do projeto acadêmico de cada curso;
- IV. Prestar orientação ao estudante sobre sua vida acadêmica e sua integralização curricular;
- V. Realizar adaptação curricular do estudante em consequência de transferência;
- VI. Definir com os Departamentos Acadêmicos, quando couber, o pré e co-requisito de disciplinas necessários ao desenvolvimento curricular;
- VII. Opinar sobre a escolha de equipamentos e materiais relacionados com o curso;
- VIII. Acompanhar o processo de matrícula e fazer cumprir os prazos previstos em calendário escolar quanto às atividades docentes e discentes dos cursos;
- IX. Solicitar a aquisição e renovação de acervo bibliográfico, inerente ao curso, da Biblioteca do Campus;
- X. Cuidar do desempenho experimental das disciplinas que assim se caracterizem, observando normas, procedimentos de aquisição, uso e manutenção de materiais e equipamentos;
- XI. Desempenhar outras atividades relacionadas com a sua área de atuação; e
- XII. Realizar outras atividades correlatas e afins.

Para o atendimento de suas atribuições, o Coordenador do Curso deve ser um (a) docente graduado(a) na área de Turismo, Hospitalidade e Lazer e/ou área correlata, com pós graduação *strictu sensu* e regime de trabalho de Dedicção Exclusiva.

O Coordenador de Curso desenvolve suas funções por intermédio do Colegiado e do NDE do Curso, e , de acordo com o Art. 17, Inciso II do Regimento do Campus Salvador, tem assento permanente no Colégio Acadêmico do Campus.

A Coordenação do Curso é formada por todos os docentes diretamente vinculados ao Curso, e que conta também com uma secretaria administrativa em tempo integral de apoio ao Coordenador do Curso. A sala da Coordenação do Curso contempla computador com acesso à internet, telefone, mesa e cadeiras para atendimento individual ou coletivo aos discentes e docentes, armários com documentos do Curso. As atividades de gestão da Coordenação são pautadas a partir de plano de ação documentado e compartilhado que contemple diagnóstico, objetivos, ações realizadas e indicadores de desempenho do Curso.

### 9.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso em Gestão de Eventos, regulamentado e institucionalizado pelo Regimento do Campus Salvador e pelo Regimento do Núcleo Docente Estruturante - NDE Curso de Graduação IFBA, Resolução CONSUP nº 17/2012, (IFBA, 2012) é órgão consultivo responsável pela concepção e atualização do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, a sua atualização e revitalização. Compreende assim o acompanhamento, a consolidação e a atualização do PPC, com a realização de estudos e atualizações periódicas para verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante, a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

O NDE é instituído por meio de Portaria expedida pelo Diretor do Campus, e suas atribuições, conforme Art. 4º da Resolução CONSUP 17/2012, são as seguintes:

- (i) contribuir com a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- (ii) colaborar com atualização periódica do projeto pedagógico do curso;

- (iii) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado do respectivo Curso, sempre que necessário;
- (iv) cooperar na supervisão das formas de avaliação e acompanhamento das componentes do curso definidas pelo colegiado;
- (v) contribuir para análise e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, das ementas, dos conteúdos programáticos e dos programas das componentes curriculares;
- (vi) auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente, inclusive com avaliação institucional, recomendando ao Colegiado do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- (vii) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso em Gestão de Eventos.

Em relação à sua composição, conforme Resolução No. 1 de 17 de junho de 2010 da CONAES, o NDE das IES deve ser formado por, no mínimo, 5 docentes do curso com o seguinte perfil: membros que atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); e pelo menos 60% de seus membros com titulação *stricto sensu*. Ademais, o NDE deve assegurar renovação parcial de seus integrantes com vistas manter a continuidade de acompanhamento do curso.

Em respeito à Resolução acima do CONAES, a composição do NDE do Curso em Gestão de Eventos do IFBA compreende o Coordenador do Curso, que o preside, e representantes docentes, que contemplam as diferentes áreas de conhecimento, e que desempenhem atividades no Curso. A indicação dos representantes docentes é feita pelo Colegiado do Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução de no máximo 60% dos docentes que compõem o NDE.

As reuniões do NDE ocorrem regularmente 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, com decisões tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e podem contar com a presença de outros docentes e técnicos da Instituição, que são formalmente convidados para debater algum tema de interesse comum.

#### 9.4 CORPO DOCENTE

O Curso de Administração conta atualmente com 17 professores de diferentes áreas do conhecimento, sendo 14 em regime de trabalho de dedicação exclusiva (DE) e 3 professores em regime parcial (20 h), como apresentado na Tabela abaixo.

**Tabela 4: Regime de trabalho professores Curso em Gestão de Eventos**

Regime de Trabalho	Quantidade	Percentual de professores
20 horas	3	17,65%
Dedicação Exclusiva (DE)	14	82,35%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No tocante à titulação dos professores, a maior parte, apresenta titulação de mestres e doutores, conforme destacado na Tabela 5.

**Tabela 5: Titulação dos professores Curso de Administração**

Titulação	Quantidade	Percentual de professores
Especialista	1	5,88%
Mestre	5	29,42%
Doutor	11	64,70%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 6 lista todas as unidades curriculares do Curso e seus respectivos professores, regime de trabalho e titulação.

**Quadro 6: Relação de professores que ministram aula no curso em Gestão de Eventos**

Nome	Titulação	Regime
Adriana Melo Santos	Mestrado	DE
Alex Batista Lins	Doutorado	DE
André Luis Rocha de Souza	Doutorado	DE
Ângela Maria Ferreira Lima	Doutorado	DE
Chelly Costa Souza dos Reis	Doutorado	DE
Dayana Karla Barbosa da Silva	Mestrado	DE



Erivaldo de Jesus Marinho	Mestrado	DE
Glauria Janaina dos Santos	Doutorado	DE
Josafá da Silva Coelho	Doutorado	DE
Julia Rodrigues Nobre de Oliveira Neves	Doutorado	DE
Kátia Elizabeth de Souza Miranda	Doutorado	20h
Liz Rodrigues Cerqueira	Mestrado	DE
Luana das Graças Queiroz de Farias	Doutorado	20h
Luis Vaques Gonzalez	Doutorado	DE
Marcos Fernando Costa de Carvalho	Especialização	DE
Marcos Gilberto dos Santos	Doutorado	DE
Paula Mara Messias Costa	Mestrado	DE

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

## 9.5 EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA (GRA, DIRETORIAS, SECRETARIAS E TÉCNICOS)

Além dos docentes, do Coordenador do Curso e do chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, o Curso em Gestão de Eventos conta com setores administrativos e pedagógicos do IFBA que dão suporte às atividades dos cursos superiores nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Destaque para:

1. Diretoria Geral - DG;
2. Diretoria de Ensino - DE;
3. Diretoria Adjunta do Ensino Superior – DAES;
4. Gerência de Registros Acadêmicos do Ensino Superior - GRA3;
5. Diretoria Adjunta Pedagógica de Apoio ao Estudante - DEPAE;
6. Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - DPGI;
7. Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias - DIREC;
8. Divisão de Comunicação - DICOM;
9. Divisão de Recursos Humanos - DIREH;
10. Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - DGTI;
11. Setor de Transporte;
12. Serviço Médico e Odontológico - SMO;
13. Diretoria de Manutenção e de Engenharia - DEMAG.

## 10. INFRAESTRUTURA

### 10.1 INSTALAÇÕES (BÁSICAS E ESPECÍFICAS)

O Campus Salvador do IFBA dispõe de salas de aula, laboratórios, Quadras/Ginásio Poliesportivo, espaços de convivência e auditórios. As salas de aulas estão localizadas nos diferentes blocos existentes na Instituição, os quais atendem aos cursos de nível médio integrado, superior e Pós-Graduação. É apresentado no quadro 7 a infraestrutura tecnológica do Campus Salvador.

**Quadro 7: INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO CAMPUS**

DESCRIÇÃO	TOTAL
Pontos de Wi-fi	50
Computadores (distribuídos entre laboratórios, administrativo, etc.)	1050
Link de Internet	10 GB
Impressoras (distribuídos entre laboratórios, administrativo, etc.)	160
Pontos de redes (distribuídos entre laboratórios, administrativo, salas de aula, etc.)	1250
hacks/Switch (controle de rede)	23

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Em termos do Curso em Gestão de Eventos, a sua infraestrutura está principalmente localizada no primeiro andar do Bloco P do Campus Salvador, conta com climatização e acesso à internet, e compreende: o gabinete de gestão e de atendimento da Coordenação do Curso; sala de reuniões; sala de atendimento aos discentes.

A proposta pedagógica do Curso prevê o uso de laboratórios especializados para assegurar o cumprimento das competências/habilidades na área. A relação teoria e prática, destacada no Capítulo 5, é uma constante no Curso e o uso de laboratórios para o desenvolvimento dos projetos e trabalhos a serem executados nas diversas disciplinas, e também para pesquisa e extensão, constitui um dos mecanismos apropriados para a sua efetivação. Nesse sentido, o Curso em Gestão de Eventos tem laboratórios próprios de Informática, Alimentos e Bebidas e Produtora de Eventos e também conta com o apoio de infraestrutura laboratorial dos cursos tecnológicos do Campus, que, devido à estrutura de ensino verticalizada prevista no PPI, atendem tanto a cursos da educação profissional de nível técnico, quanto aos cursos superiores de tecnologia e bacharelados.

## 10.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca Prof. Raul Varella Seixas, localizada no Pavilhão K do Campus Salvador, está aberta à comunidade em geral para consultas e permite o empréstimo de seu acervo aos usuários vinculados à instituição, com destaque para professores e estudantes. O Acervo da biblioteca pode ser consultado no sítio.

O Acervo contém atualmente 5501 títulos e 29.689 exemplares em média. A biblioteca conta também com o acesso a periódicos nacionais e internacionais pelo portal da CAPES. Além disso, um acervo virtual a partir dos sistemas Ebrary/ProQuest, Cengage Learning e ABNT Digital, oferece acesso a uma biblioteca de livros e normas em formato digital que abrange a maioria das áreas de conhecimento.

## 11. CERTIFICAÇÃO

Será conferido o Diploma de **TECNÓLOGO EM GESTÃO DE EVENTOS**, ao discente concluinte que:

1. Cursar com aprovação todas as disciplinas constantes na matriz curricular, com frequência mínima prevista nas Normas Acadêmicas da Instituição, cumprindo a carga horária total de 1.930 horas.
2. Concluir o Estágio Curricular Supervisionado, com no mínimo 160 horas, realizado em empresas ou instituições públicas ou privadas e que apresentem condições de propiciar experiência prática na área de eventos.
3. Cursar com aprovação a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

As diretrizes para a emissão e o registro de diploma do Curso são estabelecidas a partir da Resolução No. 22 de 04 de setembro de 2012 do CONSUP- IFBA.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, B. et al. Introdução a Engenharia Ambiental. Prentice Hall. São Paulo, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 7 MEC/CNE/CES, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

BRASIL; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (SEF). Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. V. 8. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Decreto Nº 4.281 de 25 de julho de 2002. <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/decreto4281.pdf>. Acessado em 16 nov 2022.

BRASIL. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < >. Acesso em: 10 nov 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <>. Acesso em: 10 nov 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior. Brasília, DF, c2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 mai 2022.

BRASIL. , Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: < >. Acesso em: 16 out 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2016: Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < >. Acesso em 10 out 2022.

BRASIL. Lei Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acessado em 10 out 2022.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Conselho Nacional de Educação. Texto orientador para a elaboração das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8830-texto-subsidios-diretrizes-edh-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8830-texto-subsidios-diretrizes-edh-pdf&Itemid=30192). Acessado em 10 out 2022.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Ed. rev. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Ed. rev. Brasília: SEDH/PR, 2010.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. --Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. Disponível em <<https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensao-tecnologica-rede-federal-de-educacao-profissionalcientifica-e-tecnologica-2013.pdf>> Acesso em 14 dez 2022

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Áreas do Conhecimento – Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <>. Acesso em: 13 nov 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE); CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CES). RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: < >. Acesso em: 13 nov 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE); CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CES). RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Disponível em: <>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE); CONSELHO PLENO (CP). Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: < >. Acesso em: 13 nov 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Texto orientador para a elaboração das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. 2011. Disponível em: < >. Acesso em: 23 nov 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: <>. Acesso em: 23 nov 2022.

DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação. mar.2001. São Paulo, 04/04/2005 <http://www.jornatec.com.br/download/6ajornatec/palestras/Ladislau-livro.doc>. Acesso. 07 dez 2022

FRUTUOSO, Tomé de Pádua. O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do instituto federal de santa catarina — IFSC. Dissertação (Mestrado Profissional) Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). População. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 16 de mai de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. Instrução Normativa Conjunta nº 01/2022-PROEX/PROEN/IFBA, 2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. Projeto Pedagógico Institucional, 2016. Disponível em < <https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>> Acesso em 13 de jun de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. RESOLUÇÃO Nº CONSEPE Nº 24, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Departamento de Planejamento - DEPLAN. Relatório de Gestão Institucional 2017. / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador, BA: IFBA, 2018. 328f.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Resolução nº 30, de 12 de Dezembro de 2017. Disponível em: <>. Acesso em 07 dez 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Resolução N. 09, de 20 de julho de 2016: Regulamento de Extensão e das Relações Comunitárias do Campus de Salvador. 2016a. Disponível em: <>. Acesso em: 07 dez 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Resolução Nº 25 de 23 de maio de 2016. Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA. 2016b. Disponível em <>. Acesso em: 07 dez 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Resolução. No. 09, de 28 de março de 2016. Diretrizes para a Acessibilidade Pedagógica dos Estudantes com Necessidades Específicas no âmbito do IFBA. Disponível em: <>. Acesso em: 06/02/2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). (2022). Institucional. Disponível em: >. Acesso em 13 de Jun de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). (2019). Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA 2020-2024. Disponível em: > . Acesso em 08 de Mai de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). (2013a). Projeto Pedagógico Institucional do IFBA. Disponível em: < >. Acesso em: 07 dez 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). (2013c). Regimento do Campus de Salvador. Disponível em: <>. Acesso em: 07 dez 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Regimento do Núcleo Docente Estruturante - NDE CURSOS DE GRADUAÇÃO Reedição – Resolução/CONSUP/IFBA nº 17 de 07 dez 2022.



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2013) Censo da Educação Superior 2013. Disponível em:<> Acesso em: 10 dez 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2013). Evolução da Educação Superior – Graduação. 2017a. Disponível em: <>. Acesso em 11 dez 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2013). Censo da Educação Superior 2016. 2017b. Disponível em: < >. Acesso em: 07 dez 2022.

Leandro Rafael Soares, Milene Cristine Moreira Farias, Michelle Moreira Farias. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 11-18, jan. / jul. 2010.

Loureiro, F.B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2. Ed. Cortez editora. São Paulo, 2002.

Ministério da Educação (MEC. (2012). Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: < >. Acesso em: 15 dez 2022.

Ministério da Educação (MEC. PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Disponível em: <>. Acesso em: 22/10/2018.

Ministério da Educação (MEC. Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 4.034, de 17 dez 2022.

Ministério da Educação (MEC); Secretaria da Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2007. Disponível em: <>. Acesso em 17 dez 2022.

Ministério da Educação (MEC). Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. 2018a Disponível em: < >. Acesso em: 17 dez 2022.

Ministério da Educação (MEC). Programa TEC NEP. 2017. Disponível em: < >. Acesso em 10 out 2022.

Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep Diretoria de Avaliação da Educação Superior – Daes Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –

Sinaes. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância: Autorização. 2017. Disponível em: <>. Acesso em: 10 out 2022.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 8/2012, de 30 de março de 2012. Acessado em 10 out 2022.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Acessado em 10 out 2022.

MOITA, F.M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação [online]. 2009, vol.14, n.41, pp.269-280. ISSN 1413-2478. Disponível em:<https://>. Acesso em: 13 de jun de 2022.

Nunes, S. C. T. (2012). O Programa TEC NEP: A educação profissional na perspectiva inclusiva. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Disponível em: <>. Acesso em 10 out 2022.

PORTO, Cláudio e RÉGNIER, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. citado no Relatório acima e disponibilizado no site do Ministério da Educação, em pdf ,: Disponível em: <>.

SANTOS, L. L. A pesquisa nos campos do Currículo e da Formação de Professores. In: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente. V. 7, N. 12. p.11-22. 2015.

SECRETARIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Participação no PIB da Bahia. 2019. Disponível em: <>. Acesso em: 13 jun 2022.

TAFNER, Paulo (Editor). BRASIL – o estado de uma nação. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2006

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - REGIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Parecer CNE/CP nº 29/2002, aprovado em 13 de dezembro de 2002, que trata das Orientações e Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e de Nível Tecnológico, define que:

Para a concessão do Diploma é opcional a apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Projeto, Análise de Casos, *Performance*, Produção Artística, Desenvolvimento de Instrumentos, Equipamentos, Protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os fins do curso, com a carga horária utilizada para este fim considerada como adicional ao mínimo estabelecido. (grifo nosso)

O Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos do Instituto Federal da Bahia estabeleceu em seu Projeto Político Pedagógico a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, como disciplina de caráter obrigatório, sendo este requisito parcial para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Eventos, a ser integralizado no sexto período (semestre) da matriz curricular, com carga horária total de 60 horas.

O TCC, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso, objetiva o desenvolvimento de uma reflexão teórica e/ou prática a partir de atividades de pesquisa, organizadas de forma adequada às normas de produção de um trabalho científico ou de execução de um evento prático realizado sob a coordenação do estudante. O trabalho científico tem por objetivo propor estudos sobre ações, temáticas, abordagens, discussões e reflexões que se relacionem diretamente à área de

Eventos e suas interfaces com as demais áreas afins, dinamizando as propostas em abordagens de cunho multidisciplinar e interdisciplinar, ampliando a construção do conhecimento técnico científico da área. E o trabalho prático visa oportunizar a autoria do educando na concepção e execução de um evento.

Neste sentido, considerando a realização do Trabalho de Conclusão de Curso no currículo Tecnológico, em especial no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Eventos, contempla a indissolubilidade entre o ensino, a extensão e a pesquisa a fim de capacitar e qualificar a formação do futuro Tecnólogo em Eventos em nível: profissional, qualificado para atuar em toda a cadeia produtiva da área de Eventos; e, acadêmico, possibilitando o desenvolvimento de novas pesquisas na área, amadurecimento de propostas teóricas e práticas, e preparando o acadêmico para a Pós-Graduação Lato ou Stricto Sensu.

## **CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA TCC**

**Art. 1º** - O TCC apresenta carga horária de 60 horas correspondendo à disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso”, integrante do rol de disciplinas da Matriz Curricular, no sexto semestre (período) do Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos - IFBA.

**Parágrafo único:** A elaboração, apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC seja científico ou consultoria, conforme prevê o item 4.5 do PPC do Curso, é requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Tecnólogo em Eventos no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Eventos - IFBA.

**Art. 2º** - Na disciplina TCC o discente deverá elaborar, executar e apresentar um estudo ou uma consultoria sob a coordenação do estudante denominado Trabalho de Conclusão de Curso com auxílio de um Professor(a) Orientador(a).

**Parágrafo 01:** O TCC somente será validado estando o aluno devidamente e regularmente matriculado na disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso”.

**Parágrafo 02:** Somente poderá ser cursada a disciplina TCC mediante o cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos na matriz curricular.

**Art. 3º** - A obtenção do grau de Tecnólogo em Eventos do Curso Superior em Gestão de Eventos – IFBA somente será conferida após a integralização e aprovação em todas as disciplinas de caráter obrigatório; do Estágio Curricular Obrigatório (160 horas); do Trabalho de Conclusão de Curso (60 horas); totalizando a carga horária final para a conclusão do Curso de Tecnologia de Gestão em Eventos em 1930 horas.

## **Capítulo II - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Art. 6º** - O Trabalho de Conclusão de Curso deve apresentar reflexões, discussões ou resultados teóricos e/ou de consultoria, que integrem os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica, utilizando de rigor científico em sua redação, procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa variadas para o desenvolvimento da pesquisa, que evidenciam a relação com o objeto ou problemática central da pesquisa, devidamente fundamentada teoricamente. No caso do trabalho de consultoria, deverá ser precedido de projeto técnico e comercial, ser for das instalações da Instituição e ser planejado e operacionalizado pelo estudante.

**Art. 7º** - O Trabalho de Conclusão de Curso deve evidenciar as etapas de uma pesquisa científica, prezando a linguagem e redação científica, abordando um tema delimitado que se relacione diretamente à área de Eventos, associados ou não às suas interfaces com áreas afins, e no caso de evento prático as etapas de pré, trans e pós evento.

Deve demonstrar a competência do aluno na construção e desenvolvimento da pesquisa ou do projeto de consultoria. O TCC poderá ser entregue e apresentado nos seguintes formatos:

- I. Trabalho Monográfico, artigo científico seguindo as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- II. Projeto de Conclusão de Curso Consultoria com a realização de projeto de consultoria ou relato técnico a partir da execução de Eventos sob a coordenação do estudante, seguindo as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as aprendidas de planejamento e operacionalização de eventos, ao longo do curso.

**Art. 8º** - O trabalho monográfico e o projeto de consultoria devem apresentar um texto acabado, expressão do desenvolvimento do projeto executado, tendo seus elementos textuais um mínimo de 40 (quarenta) laudas digitadas em espaço um e meio, além de anexos e apêndices que eventualmente sejam incluídos (conta-se da primeira página após o Sumário, até a última das Referências Bibliográficas).

**Art. 9º** - O Projeto de Consultoria visa atender às necessidades mercadológicas, do setor de eventos e área afins através de um planejamento desenvolvido para um nicho de mercado identificado pelo discente ou cliente prospectado.

**Parágrafo Único:** O Projeto de Consultoria corresponde a um conjunto de atividades práticas de diagnóstico, planejamento, criação, experimentação, plano de ação, captação, orçamento, organização e avaliação de diferentes tipos de eventos ou práticas atreladas a área como instrumento de pesquisa, o qual, na ocasião de sua elaboração, deverá ser redigido em forma de relatório, incluindo a base teórica e as definições metodológicas referentes às etapas e aos processos desempenhados pelo acadêmico no desenvolvimento projeto a ser executado. Sendo totalmente coordenado pelo estudante.

**Art. 10º** - A formatação e estrutura dos formatos de TCC deveram seguir o padrão e modelo desenvolvido e disponibilizado pelo Docente Orientador e professor da disciplina de TCC.

**Art. 11º** - Em consonância com as Normativas que dispõe sobre os procedimentos de encaminhamento dos projetos de pesquisa ao Comitê de Ética, o Trabalho de Conclusão de Curso que compreender pesquisa envolvendo seres humanos na forma direta, coparticipativa ou que as informações sobre esses sujeitos sejam identificáveis deve, obrigatoriamente, ser encaminhado para análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

**Parágrafo Único:** O TCC que compreender em sua construção teórico-metodológica a pesquisa envolvendo seres humanos somente poderá ser encaminhado a Banca de Avaliação mediante a aprovação do Comitê de Ética, e a inclusão como anexo no Trabalho de Conclusão de Curso da respectiva documentação comprobatória dessa aceitação no Comitê.

**Art. 12º** - O TCC está composto pelas seguintes etapas:

- I. Apresentação de um projeto de TCC
- II. Execução do TCC;
- III. Redação do TCC apresentado à Banca Examinadora;
- IV. Apresentação pública e defesa oral do TCC presencial ou on line;
- V. Adequação do TCC a partir das sugestões da Banca Examinadora.

**Parágrafo único:** As entregas dos itens de cada etapa devem cumprir os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

## **PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)**

**Art. 16º** – A Orientação do(a) Professor(a) poderá ser realizada por docente do curso e/ou por professores dos campi do IFBA e de outras instituições de ensino superior, quando se fizer necessário pelas especificidades do projeto do TCC.

**Art. 17º** – A Orientação do(a) Professor(a) será realizada pelo Docente da disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso”, responsável pela turma em que o discente se encontra regularmente matriculado.

**Art. 18º** – As atribuições do(a) Professor(a) Orientador(a) são:

- I. Preencher o termo de aceite do orientando;
- II. Disponibilizar horários para a orientação;
- III. Fazer cumprir os prazos previstos no calendário de defesa de TCC;
- IV. Definir a banca de avaliação em conjunto com o(a) orientando(a);
- V. Autorizar o encaminhamento do TCC à banca de avaliação;
- VI. Presidir as bancas de avaliação e defesa de seus respectivos orientandos;
- VII. Auxiliar na avaliação do aluno durante o processo de construção e defesa do TCC;
- VIII. Aprovar, ou não, a versão final do TCC, verificando o cumprimento às observações da Banca Examinadora.

**Art. 19º** – Caso houver troca do(a) Orientador(a) esta será acompanhada pelo professor

## **COORIENTAÇÃO**

**Art. 20º** - A Coorientação do Discente poderá ser realizada por um Docente vinculado ao IFBA ou externo, atuante em outra instituição de ensino.

**Art. 21º** - São atribuições do(a) Coorientador(a):

- I. Preencher o termo de aceite do orientando;
- II. Disponibilizar horários para a coorientação do acadêmico;
- III. Zelar pelos prazos de entrega das etapas de TCC e pelo calendário de defesa de TCC;
- IV. Cumprir o plano de ensino e cronograma estabelecido pelo Professor(a) Orientador(a) responsável pela disciplina de TCC;
- V. Preencher e assinar o termo de frequência de coorientação, quando houver;



- VI. Reportar-se ao Professor(a) Orientador(a) responsável pelo discente diante de qualquer dúvida, conflito ou necessidade.

## **ACADÊMICOS EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Art. 23º** - O(Cada aluno deverá se matricular na turma de responsabilidade de seu respectivo(a) Orientador(a);

- I. Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa;
- II. Providenciar a documentação necessária;
- III. Comparecer às sessões de orientação agendadas pelo(a) Orientador(a) e/ou Coorientador(a), que poderão ser presenciais ou virtuais.
- IV. Cumprir os prazos das etapas de TCC;
- V. Zelar pela escrita própria e autoral, pois a incidência de plágio, em qualquer proporção, implicará na reprovação do discente na disciplina TCC.
- VI. Convidar membros para compor a Banca Examinadora;
- VII. Entregar no prazo mínimo de 15 dias de antecedência à data de defesa três exemplares do TCC a serem encaminhados à banca de avaliação;
- VIII. Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender a versão final do TCC;
- IX. Entregar duas cópias impressas e encadernadas e uma cópia digital do TCC, no prazo estabelecido pela Banca em Ata de Defesa, não ultrapassando o máximo de vinte e cinco dias após a data da sessão pública de defesa, após realizar as alterações sugeridas pela banca de avaliação quando estas forem apresentadas;
- X. Responsabilizar-se por todas as despesas locomoção, papel, digitação, fotocópia, encadernação e outras decorrentes da preparação do trabalho;
- XI. Entregar até o prazo final estipulado no Calendário de TCC uma cópia impressa e cópia digital da "versão final do TCC" – em formato PDF via e-mail.

- a) Termo de Anuência da Versão Final do Trabalho de Conclusão de Curso assinado pelo Professor(a) Orientador(a);
- b) Termo de Autorização para disponibilização do TCC na Biblioteca IFBA.

## **CAPÍTULO IV - DA DEFESA PÚBLICA**

**Art. 24º** – A defesa deve ser pública, nas dependências da Instituição, quando presencial ou on line com link da sala virtual criada pelo professor orientador.

**Art. 25º** – A defesa oral do TCC é obrigatória e deve ser realizada perante a Banca de Avaliação formada por três professores titulares aos quais são: Professor(a) Orientador(a) do trabalho e presidente da Banca de Examinadora; dois professores convidados (sendo pelo menos um deles atuantes no Curso de Tecnologia em Gestão de Eventos), a ser definido pelo Professor(a) Orientador(a).

**Parágrafo único:** A escolha da Banca Examinadora deverá seguir critérios de afinidade com o tema, domínio do objeto apresentado na pesquisa, e disponibilidade Docente da IES ou de qualquer outra IES devidamente reconhecida pelo MEC.

**Art. 25º** – O(a) Professor(a) Orientador(a) será Presidente da Banca Examinadora. Cabe a ele(a):

- I. Abrir os trabalhos e apresentar os componentes da Banca Examinadora;
- II. Abrir os debates, após a apresentação do trabalho pelo(a) acadêmico(a);
- III. Reunir-se com os membros da Banca Examinadora, logo após os debates, para proceder à avaliação final;
- IV. Comunicar o resultado (Aprovado, Aprovado com restrições, Reprovado) ao(à) acadêmico(a), registrando em Ata de Defesa do TCC encerrando os trabalhos;

- V. Encaminhar a ata da banca e demais documentos solicitados à Coordenação;
- VI. O Presidente da Banca deverá entregar aos professores convidados o Atestado de Participação em Banca Examinadora, previamente assinado pela Comissão de TCC;

**Art. 27º** – Para a apresentação oral o(a) acadêmico(a) poderá utilizar recursos audiovisuais, sendo de sua total responsabilidade garantir o seu funcionamento, uma vez que o não funcionamento ou mau funcionamento não impede a apresentação, sendo de inteira responsabilidade do aluno o prejuízo no entendimento da apresentação em virtude da indisponibilidade do recurso elegido.

**Art. 28º** – O(a) acadêmico(a) terá 15 (quinze) minutos para apresentar o TCC oralmente.

**Art. 29º** – Cada avaliador terá 10 (dez) minutos para arguir a respeito do trabalho.

**Art. 30º** – O(a) acadêmico(a) terá dez minutos para respostas e comentário por parte do acadêmico à banca;

**Art. 31º** – Ao todo até trinta minutos para sessão fechada da Banca de Examinadora;

**Art. 32º** – Encerrada a apresentação pública do TCC, a Banca Examinadora, em sessão fechada, sem a presença do público, reunir-se-á para deliberar sobre a nota do acadêmico.

**Parágrafo único:** Durante a sessão fechada se dará a avaliação qualitativa e quantitativa do Trabalho apresentado pelo discente. O Docente orientador do trabalho poderá expor de maneira detalhada como foi o processo de construção do TCC pelo aluno. Na sessão também os membros convidados poderão trazer demais contribuições ou esclarecimentos não feitos durante o período reservado para arguição do aluno.

As colocações do orientador servirão de base para a avaliação qualitativa do aluno (aprovação; aprovação com restrições e reprovação), refletindo em sua avaliação quantitativa (nota atribuída ao TCC).

**Art. 33º** – O(a) Presidente(a) da Banca Examinadora terá até cinco minutos para a leitura da Ata de Avaliação do TCC.

**Art. 34º** – O(a) acadêmico(a) que não se apresentar para a sua defesa pública sem motivo justificado é automaticamente reprovado(a).

**Art. 35º** - No período de ensino remoto ocasionado por alguma emergência de saúde pública, a defesa pública do TCC atenderá as seguintes regulamentações:

- I. A defesa do TCC será online e a transmissão ocorrerá em tempo real por meio de uma plataforma de videoconferência, previamente definida pelo acadêmico(a) e Professor(a) Orientador(a).
- II. Para a apresentação oral o acadêmico deverá utilizar recursos audiovisuais, apresentar acesso à internet e ativar seu *login* na plataforma de videoconferência, sendo de sua total responsabilidade garantir o funcionamento dos seus equipamentos. Deste modo, é responsabilidade do aluno o prejuízo da não apresentação de defesa do TCC em virtude da indisponibilidade de realização da banca.
- III. O acadêmico poderá encaminhar a apresentação de seu trabalho em formato de vídeo pré-gravado, a fim de garantir a apresentação deste à Banca de Avaliação em caso de qualquer instabilidade na rede de dados de internet ou elétrica.

**Parágrafo único:** A apresentação pré-gravada somente poderá ser realizada com a anuência do Professor(a) Orientador(a), e esta deve ser encaminhado ao presidente da Banca com limite máximo de 24 horas antes do agendamento da defesa. Mesmo com a apresentação pré-gravada o acadêmico deverá obrigatoriamente estar disponível para interagir em tempo real com a Banca de avaliação, via plataforma *on-line* previamente definida, para as fases de arguição e comentários da banca, respostas do orientando aos comentários, sessão fechada de avaliação da banca de defesa, e leitura da ata de defesa.

## **CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO DO TCC**

**Art. 36º** – A avaliação do(a) acadêmico(a) da disciplina do Trabalho de Conclusão de Curso - considera:

- I. Avaliação por Banca Examinadora do Trabalho escrito;
- II. Avaliação por Banca Examinadora da apresentação oral.

**Parágrafo Único:** Avaliação do processo de orientação pelo Professor(a) Orientador(a) ocorrerá em conjunto com o Coorientador(a), se houver.

**Art. 37º** - A Avaliação do TCC será realizada no Formulário de Avaliação dos Membros da Banca Examinadora e deverá observar os seguintes parâmetros para a atribuição das notas:

- I. **Parte escrita:** apresentação gráfica – formatação ABNT, estrutura geral do trabalho; introdução; justificativa – relevância do tema e da pesquisa; objetivos; problema e tema de pesquisa; metodologia - adequação ao problema e clareza; estrutura – desenvolvimento do referencial teórico; estrutura – coerência das partes do trabalho, coesão e apresentação do texto e das ideias, redação e linguagem; estrutura – procedimentos para coleta, tratamento e análise dos dados e apresentação dos resultados; estrutura – conclusão e/ou análise crítica dos resultados obtidos.

- II. **Apresentação Oral:** recursos utilizados na apresentação; coerência e coesão da apresentação, linguagem – clara, objetiva, correta; postura e didática na apresentação; domínio do conteúdo, das terminologias; capacidade de resposta à banca examinadora; utilização do tempo de forma equilibrada; introdução – tema e problema, objetivos, justificativa; referencial teórico; metodologia; resultados da pesquisa e considerações finais.

**Art. 38º** – A nota será constituída pela média aritmética das notas da apresentação oral e da parte escrita, atribuídas, separadamente, pelos membros da banca avaliadora. A nota final será obtida pela média aritmética atribuída pelos avaliadores.

**Parágrafo único:** A nota será atribuída pela avaliação da banca examinadora a partir da apresentação oral e do trabalho escrito e do Orientador – Presidente da Banca considerando o processo de orientação, apresentação oral e o trabalho escrito.

**Art. 39º** - A avaliação da banca é soberana, não comporta recurso, nem segunda chamada ou outro tipo de verificação.

**Parágrafo único:** Trabalhos que apresentarem plágio de qualquer tipo estão **AUTOMATICAMENTE ZERADOS**, e, neste caso, o aluno será considerado reprovado, e poderá responder a sanções administrativas e/ou legais que regem as leis de direitos autorais.

**Art. 40º** - Deverá efetuar nova matrícula quando a disciplina TCC for ofertada o acadêmico(a) que:

- I. Tiver seu TCC reprovado pela Banca Examinadora;
- II. Não entregar a versão final do TCC devidamente autorizada pelo Professor Orientador;
- III. Não cumprir o prazo de entregas estipulado pela Comissão de TCC.

**Parágrafo único:** Os(as) acadêmicos(as) que na apresentação do TCC forem reprovados e se encontram no tempo limite permitido para conclusão do curso.

## **CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 41º** - As possibilidades não previstas nesta normativa serão avaliadas pelo Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Eventos.

## **APÊNDICE A.1 – ESTRUTURA PARA DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO OU MONOGRAFIA, DE NATUREZA BIBLIOGRÁFICA, EMPÍRICA OU TEÓRICA EMPÍRICA**

1. Título
  2. Resumo e *abstract* de até 200 palavras
    - 2.1. Palavras-Chave e *Key-words*
  3. Introdução
    - 3.1. Contextualização/ Problematização do tema
    - 3.2. Problema da pesquisa
    - 3.3. Hipótese / Pressuposto (opcional)
    - 3.4. Objetivos
    - 3.5. Justificativa
    - 3.6. Metodologia/ Instrumentos metodológicos (Manter na introdução ou inserir após a revisão da literatura)
  4. Base Teórica/Referencial Teórico/Estado da arte
  5. Análise da Pesquisa
  6. Considerações finais
- Referências



## **APÊNDICE A.2 – ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS AO PROJETO DE PESQUISA**

- I. Definição do Tema de pesquisa;
- II. Área de pesquisa;
- III. Definição do Professor(es) Orientador(es);
- IV. Título preliminar;
- V. Contextualização preliminar da pesquisa;
- VI. Problemática da pesquisa
- VII. Objetivos: Geral e Específicos;
- VIII. Justificativa;
- IX. Quadro Teórico;
- X. Procedimentos Metodológicos;
- XI. Cronograma de Execução.

## APÊNDICE A.3- TERMO DE ACEITE PARA ORIENTAÇÃO DE TCC

### TERMO DE ACEITE PARA ORIENTAÇÃO DE TCC

Eu, \_\_\_\_\_ na  
condição de Professor (a) Orientador (a) declaro aceitar o (a) discente

\_\_\_\_\_, regularmente matriculado (a) no curso  
Bacharelado em Administração do Instituto Federal da Bahia (IFBA), para  
orientá-lo na elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Declaro conhecer esse regulamento sobre as Normas para Elaboração do  
Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Administração do IFBA.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Professor (a) Orientador (a)

## APÊNDICE A.4 – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TCC OU MONOGRAFIA

ALUNO:

TÍTULO: **BAREMA**

ITENS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA
Relevância do tema e delimitação do objeto da pesquisa	1,0	
Delimitação adequada do problema e dos objetivos geral e específicos	1,0	
Fundamentação teórica adequada e domínio da bibliografia relevante sobre o tema	1,5	
Pertinência da metodologia utilizada e adequação entre a metodologia, a introdução, o desenvolvimento e a conclusão	1,0	
Procedimentos metodológicos claros e objetivos	1,5	
Apresentação formal da monografia e formatação segundo as regras vigentes no Manual do Curso	1,5	
Redação clara e objetiva e uso adequado da gramática	1,5	
Apresentação oral	1,0	

**Parecer: A obtenção de Média \_\_\_\_\_ recomenda-se a aprovação do TCC.**

Salvador, \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

Assinatura dos Avaliadores:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## **APÊNDICE A.5 – FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE DISPONIBILIDADE EM BIBLIOTECA DIGITAL**

### **Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**

Biblioteca Digital de Monografias- Identificação do material bibliográfico impresso ou eletrônico.

1. Identificação do documento/ Autor (a):

RG: CPF:

Título do Trabalho:

Orientador(a):

Coorientador(a):

Data de defesa:

2. Informações de acesso ao documento:

Este trabalho é confidencial?  Sim  Não

Ocasionará registro de patente?  Sim

Não Pode ser liberado para acesso público?  Total  Parcial  Não

Em caso de publicação parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique:

Outras restrições:

### **Termo de Autorização para Disponibilização na Biblioteca Digital do IFBA**

Na qualidade de titular dos direitos de autor(a) da publicação supracitada, de acordo com a Lei no 9610/98, autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias da Bahia- IFBA a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas acima, do documento, em meio impresso ou eletrônico, na Rede Mundial de Computadores, no formato especificado 2 , para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pelo IFBA, a partir desta data.

### **Assinatura do(a) autor(a) Data**

1. Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo estará disponível para reprodução, conforme legislação vigente no IFBA. 2. Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (WAV, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, QT); Outros (específico da área).

## APÊNDICE A.6 – FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE BANCA

Solicitação de Composição da Banca Examinadora do TCC

**Título do Trabalho:**

**Autor (a):**

**Banca Examinadora:**

**1. Orientador (a):**

2.

3.

**Justificativa:**

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Orientador (a) Autor (a)

De acordo em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Coordenador (a)

## APÊNDICE A.7 - TERMO DE AUTORIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

### TERMO DE AUTORIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, \_\_\_\_\_,  
matrícula no \_\_\_\_\_, aluno(a) devidamente matriculado(a) na  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), declaro  
para  
os devidos fins, que o trabalho acadêmico  
intitulado \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

é de minha autoria, e que o mesmo respeita rigorosamente a vigente Lei de  
Direito Autoral, Lei 9.610/98, além das normas da ABNT referentes a citação.  
Declaro, ainda, ter plena consciência das sanções acadêmicas previstas para  
os eventuais casos de plágio.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**APÊNDICE B - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA  
EM EVENTOS**

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO DO  
CURSO DE TECNOLOGIA DE GESTÃO EM EVENTOS**

**Salvador**

**2023**



## I. INTRODUÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia de Gestão em Eventos prevê em sua matriz curricular atividades práticas de suma importância para que se possa alcançar a essência na formação do Tecnólogo em Eventos, para que ao final possa ter pleno domínio no planejamento e organização de variados tipos de eventos.

Tendo em vista a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na formação, o curso institui segundo as bases legais a realização de estágio supervisionado obrigatório, bem como, possibilita estágio curricular não-obrigatório no decorrer do curso.

O estágio é uma forma importante de intercâmbio entre a universidade e a empresa. Ele apresenta-se como uma oportunidade para que o discente possa aplicar seus conhecimentos acadêmicos, aprimorando-os e qualificando-se para o exercício profissional. Poderá ser realizado em locais que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o acadêmico para esse fim, ter cursado disciplinas que lhe ofereçam subsídios teóricos relacionados com a área que deseja estagiar.

Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, portanto devem ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.

Desse modo, o objetivo deste manual é orientar docentes e discentes, bem como o docente responsável pela disciplina de Estágio, sobre as diretrizes e normas necessárias para a prática do Estágio Supervisionado.

## II. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A disciplina Estágio Supervisionado é obrigatória no Curso Superior de Tecnologia de Gestão em Eventos e de fundamental importância na formação do futuro profissional.

Sua normatização está baseada no projeto Político pedagógico do IFBA, em seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional e está amparada pela Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, e no Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982 e pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB, Lei nº 9394/96.

### II.1. TIPOS DE ESTÁGIO

O estágio poderá ser obrigatório (curricular) ou não obrigatório (extracurricular), conforme determinação das diretrizes curriculares e projeto pedagógico do curso.

- **Estágio Obrigatório:** possui carga horária definida e está incluso na Matriz Curricular. Constitui parte prática da etapa escolar, de caráter técnico, social, cultural e comportamental, que orienta e permite ao estudante a aplicação dos conhecimentos teóricos, por meio da vivência em ambientes e processos de trabalho em situações reais do exercício da futura profissão;

- **Estágio Não Obrigatório:** de caráter opcional. Constitui oportunidade para que o futuro profissional adquira novas experiências no mercado de trabalho e complementação da formação profissional, pode possibilitar o acesso ao mercado de trabalho sem vínculo empregatício, mas com remuneração.

**Observação:** As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica não estão previstas como estágio e somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

### **III. OBJETIVOS**

Considerando que o processo de aprendizagem é resultante da construção contínua de conhecimento, o Estágio Supervisionado integra um contexto de relevante importância na formação do discente. Assim, ele deve consolidar os objetivos propostos com o Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia de Eventos do IFBA.

#### **III.1 OBJETIVO GERAL**

- Aproximar o discente das situações vividas no ambiente de trabalho, aplicando os fundamentos teóricos/práticos adquiridos no curso.

#### **III.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Proporcionar ao discente, condições de compreender as experiências teórico-práticas vivenciadas no estágio, visando a complementação do seu processo de formação profissional;
- Possibilitar ao discente o desenvolvimento de sua capacidade científica e criativa na sua área de formação;
- Permitir ao discente um momento de ação/reflexão/ação, da sua experiência profissional, contribuindo na sua formação como cidadão, visando a melhoria da qualidade de vida em sociedade.
- Dar cumprimento ao currículo pleno do curso.

### **IV. SISTEMÁTICA DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO**

O discente estará apto a realizar o estágio quando tiver cursado com aprovação, no mínimo de 70% da carga horária do curso.

O estágio curricular obrigatório possui carga horária de 160 horas e deverá ser cumprido na empresa ou entidade que possuam atuação em qualquer área da gestão de eventos, comprovado por documento fornecido pelo IFBA ou pela empresa concedente, e assinado pelos envolvidos no processo: escola, empresa e estagiário. Poderão ser realizadas em qualquer área pertencente ao campo de atuação do Tecnólogo de Gestão em Eventos.

Durante o período do estágio, o docente promove encontros mensais para acompanhamento individual do estágio.

Após a conclusão do estágio, o discente deverá entregar Relatório de Estágio protocolado à Coordenação do Curso, para que o mesmo possa ser avaliado pelo docente responsável pela disciplina.

A integralização dos créditos dependerá do cumprimento de todas as atividades previstas na disciplina e da obtenção de aproveitamento mínimo, conforme estabelecido neste manual. Considerando as peculiaridades do Setor e a possibilidade de múltiplos eventos em curto período, o discente poderá ter a carga horária, nestes eventos, somadas, para atender a carga horária do estágio.

As informações para a construção do relatório final podem ser obtidas no Setor de Estágio da Instituição.

Com relação ao estágio curricular não-obrigatório, o mesmo poderá ser realizado paralelamente pelo discente durante todo o processo de integralização das disciplinas dos semestres. Deverá seguir todos os requisitos legais, como emissão de termo de compromisso de estágio, bem como acompanhado pelo docente responsável pela disciplina de estágio, porém não é avaliado como disciplina regular do curso. O documento de estágio é semestral, podendo ser renovado a cada semestre, desde que o discente esteja com situação regular no curso.

A cada etapa concluída, o discente deverá entregar um relatório para ser avaliado e adicionado ao relatório final.

## **V. AVALIAÇÃO**

Segundo a Lei N. 11.788, de 25 de Setembro de 2008 tanto para o estágio obrigatório quanto para o não obrigatório, deverá ser entregue um relatório ao final do estágio. O modelo de relatório é disponibilizado pelo Docente da disciplina.

Para a aprovação final, no estágio obrigatório o discente deverá ter cumprido as exigências mínimas do estágio e entregar protocolado:

- Relatório final de atividades (conforme modelo) encontrado no link;
- A ficha/parecer de avaliação do estágio enviada pelo supervisor da empresa;
- A avaliação do relatório do estágio, pelo orientador;

O prazo máximo para a entrega do relatório final deverá estar de acordo com o calendário acadêmico.

O não cumprimento do prazo acima implicará automaticamente na invalidação da referida finalização do estágio. No caso de discente formando, o mesmo deverá obter o parecer, no mínimo 15 (quinze) dias úteis antes da data de conclusão do curso.

O discente deverá atingir, na disciplina de Estágio Supervisionado ao final do semestre letivo, a frequência igual a 100% da carga horária mínima e aproveitamento igual ou superior a definida na Norma Acadêmica da Instituição. O não cumprimento deste requisito acarretará em reprovação do discente nesta disciplina, não cabendo recurso para o mesmo.

## **VII. ATRIBUIÇÕES DO DOCENTE ORIENTADOR DE ESTÁGIO**

O docente da disciplina de Estágio Supervisionado (EVE 120) é responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades de estágio. Dentre suas atribuições estão:

- Orientar o aluno para o início do Estágio, fazendo conhecer suas normas, documentação e prazos;
- Elaborar e analisar o programa de estágio e acompanhar o seu desenvolvimento;
- Realizar atividades de estudo e pesquisa, supervisionando cada aluno. Além de acompanhar o desenvolvimento do estágio, em termos de coerência lógica, fundamentação teórica, aplicação prática e sua contribuição para o aprendizado do estudante;
- Fornecer orientações necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no plano de estágio, inclusive quanto aos aspectos éticos;
- Comunicar aos discentes quando da ocorrência de palestras, seminários, congressos, cursos, bolsas de estudo e últimas publicações na área de atuação;
- Fazer o acompanhamento contínuo e sistemático do estagiário;
- Avaliar os Relatórios do estudante, e emitir seu parecer.

## **VIII. ATRIBUIÇÕES DO DISCENTE/ESTAGIÁRIO**

São atribuições do discente/estagiário:

- Matricular-se na disciplina de Estágio Supervisionado, obedecendo aos pré-requisitos determinados pelo curso.
- Apresentar-se, regularmente, ao Docente da disciplina para as entrevistas individuais.
- Manter uma postura ético-profissional no desenvolver do estágio, respeitando horários, assuntos sigilosos da empresa e as normas por ela estabelecidas, bem como tratar de forma cortês os superiores, funcionários e clientes da mesma.
- Participar de aulas, cursos, seminários ou palestras promovidos pelo Curso ou empresa que tenham relação com as atividades desenvolvidas no estágio.
- Elaborar o Relatório Final de Estágio de acordo com as normas metodológicas vigentes e as diretrizes gerais do Estágio Supervisionado.
- Entregar a versão final do Relatório de Estágio no prazo estabelecido, encadernado, com todas as assinaturas exigidas.
- Informar por escrito ao Docente Responsável, qualquer irregularidade decorrente do não cumprimento das condições estabelecidas neste manual.

## **VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS**

O presente documento entra em vigor na presente data, deve ser seguido pelo discente a partir da matrícula na disciplina de Estágio Supervisionado.

Os casos omissos neste Manual serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

# TECNOLOGIA EM GESTÃO DE EVENTOS

DEPARTAMENTO: DCSA

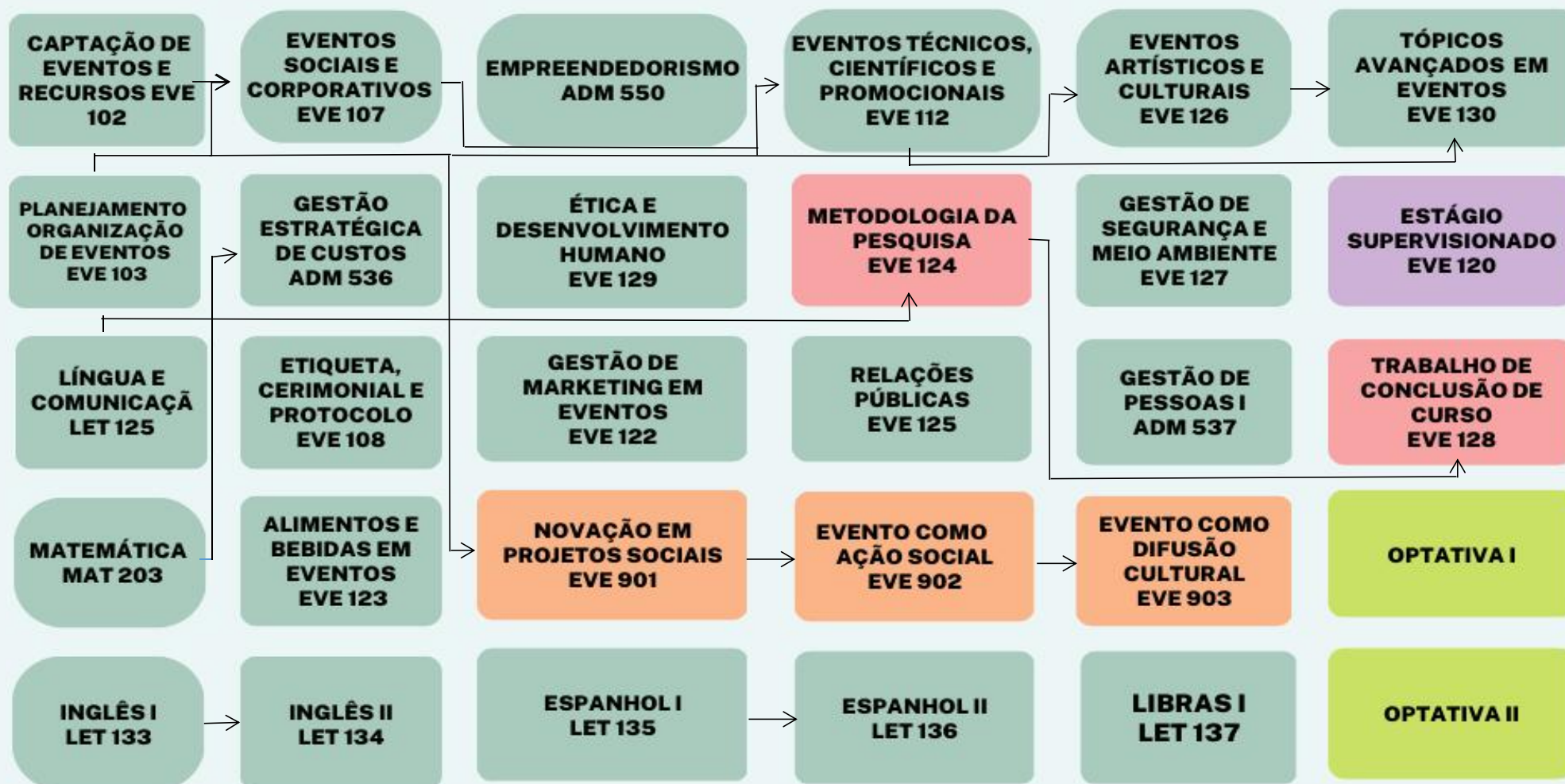
TURNO: NOTURNO

CARGA HORÁRIA: 1930

CREDITAÇÃO: 122

TEMPO MÍNIMO: 6 MESES

TEMPO MÁXIMO: 12 MESES



DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

DISCIPLINAS OPTATIVAS

PESQUISA E TCC

ESTÁGIO SUPERVISIONADO



## Disciplinas Optativas

<b>Disciplina</b>	<b>Código</b>	<b>Ch total</b>
Gestão Social	ADM 571	60
Liderança, Gestão de Equipes e Competências	ADM 527	60
Geografia Cultural	GEO 145	60
Libras II	LET 138	60
História e Cultura Afro-Brasileira	HIS 001	60
Educação e Relações Étnicas e Raciais	EDU164	60
Educação e Trabalho	HUM154	60
Gestão de Pessoas II	ADM 514	60
Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística	ADM 593	60
Filosofia	HUM 100	60
Sociologia	HUM 101	60
Estado e Sociedade	HUM 151	60
Direito e Legislação Social	ADM 540	60
Psicologia Aplicada ao Trabalho	HUM 102	60
Autogestão, Associativismo e Cooperativismo	ADM 583	60
Gestão Socioambiental e Sustentabilidade	ADM 584	60
Ambientação e Decoração em Eventos	EVE 131	60
Eventos Esportivos	EVE 132	60
Gestão da Qualidade na Área de Turismo	EVE 133	60
Gestão e Organização dos Meios de Hospedagem	EVE 134	60
Geografia do Turismo	GEO 139	60
Oratória	EVE 138	60
Patrimônio Histórico e Cultural no Turismo	EVE 135	60
Sistemas Hoteleiros	EVE 136	60
Aspectos Históricos e Eventos	EVE 137	60
Vida e Carreira	EVE 139	60



APÊNDICE A.11 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS  
OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS

# DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

## 1º SEMESTRE

Código	Disciplina	Pré-requisito	
EVE 102	Captação de Eventos e Recursos	-	
Carga Horária			
Total	Teórica	Prática	Período Letivo
60	60	-	1º Semestre
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender os processos administrativos que norteiam uma captação de eventos e recursos, distinguindo seus elementos, os limites e/ou interfaces.</li> <li>- Conhecer os processos básicos da captação de eventos, quanto a sua natureza, propósito, as fases e seus elementos básicos.</li> <li>- Conhecer as ferramentas utilizadas na captação de recursos;</li> <li>- Ampliar a percepção da captação de eventos;</li> <li>- Desenvolver a competência de captar de recursos para a execução de eventos.</li> </ul>			
Ementa			
<p>Projetos de captação de eventos: parcerias para captação de eventos. Convention&amp;Visitors Bureau: estratégias de captação de eventos. O papel dos parceiros na captação dos eventos nacionais e internacionais. Planejamento e estratégia para captação de recursos. O uso do Marketing para eventos na captação, criação e planejamento de eventos.</p>			
Referências Básicas			
<p>GIACAGLIA, Maria Cecília. Eventos – Como Criar, Estruturar e Captar Recursos. Editora Thomson.</p> <p>HOYLE JR., Leonard H. Marketing de eventos: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e exposições. São Paulo: Atlas, 2003. 222 p</p> <p>MELO NETO, Francisco Paulo de. Marketing de eventos. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2007. 235 p.</p>			
Referências Complementares			
<p>BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Organizadores). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em <a href="http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf">http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf</a></p> <p>BEZERRA, Beatriz Braga. AGUIAR, Eduardo da Costa (Orientador). Patrocínio de eventos: ferramenta estratégica de comunicação e vendas. 2011. 32f. Monografia apresentada para conclusão do curso de Pós-graduação em Gestão da Comunicação Empresarial – Faculdade Frassinetti do Recife, Recife, 2011. Disponível em <a href="http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/bezerra-beatriz-patrocínio-de-eventos.pdf">http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/bezerra-beatriz-patrocínio-de-eventos.pdf</a>.</p> <p>BRASIL. Ministério da Cultura. Lei Federal nº 8.313/91. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991.</p> <p>BRASIL. Ministério da Cultura. Decreto Nº 5.761, de 27 de abril de 2006. Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. Brasília, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Cultura. Instrução Normativa nº 1 de 24 de junho de 2013. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais, relativos ao mecanismo de incentivos fiscais do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. Brasília, 2013.</p>			

Código	Disciplina	Pré-requisito
--------	------------	---------------

EVE 103	Planejamento e Organização de Eventos			-
Carga Horária				
Total	Teórica	Prática	Período Letivo	
60	60	-	1º Semestre	
Objetivos				
<p>- Analisar a importância da organização de eventos como opção viável para complementaridade de serviços na diversificação do setor turístico, posicionando-os como opção de atrativos e elementos que favoreçam a quebra da sazonalidade.</p> <p>- Distinguir as especificidades dos diferentes tipos de eventos e organizá-los de acordo com sua tipologia.</p> <p>- Planejar, organizar e coordenar eventos identificando as necessidades de serviços para realização dos mesmos.</p> <p>Avaliar e definir as condições necessárias para o planejamento eficiente dos espaços para eventos de pequeno, médio e grande porte.</p> <p>- Organizar os recursos físicos, humanos, materiais e financeiros necessários ao processo de planejamento, organização e controle dos eventos.</p> <p>- Contatar, negociar, contratar e coordenar os fornecedores e provedores de infra-estrutura e de meios de apoio.</p> <p>- Interpretar contratos e orçamentos de fornecedores de serviços.</p>				
Ementa				
<p>Introdução ao contexto dos Eventos. Análise dos eventos no Brasil e no Mundo. Análise e tendências de mercado. Aprofundamento dos conceitos básicos de eventos. Descrição das tipologias e classificações dos eventos. Estudo de teorias e técnicas dos eventos. Logística no Local do Evento. Abrangência turística. Importância dos eventos para os municípios e regiões. Estabelecimento das relações de parcerias com entidades públicas, privadas e com os fornecedores. Entidades do Trade. Código de ética. Perfil profissional em eventos. Funções do consultor na organização de Eventos.</p>				
Referências Básicas				
<p>ROGERS, Tony; MARTIN, V. Eventos: planejamento, organização e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>PAIVA, Helio Afonso Braga de.; NEVES, M. F. Planejamento estratégico de eventos: como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>LINDBERG, Kreg; HAWKINS, D. E. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. 4ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.</p>				
Referências Complementares				
<p>BARBOSA, Fabrício Silva. Planejamento estratégico para eventos: um estudo de caso das estratégias de marketing utilizadas pela Oktoberfest de Santa Cruz do Sul/RS. CULTUR, ano 07 - nº 01 - Fev/2013. Disponível em <a href="http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo">www.uesc.br/revistas/culturaeturismo</a>.</p> <p>BRASIL. Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 –Regulamenta as Leis 10.048, de 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> <p>NUNES, Talita Martins; PLATT, Allan Augusto. A organização de eventos como estratégia de marketing para o turismo em Florianópolis. Book of Proceedings – Tourism and Management Studies International Conference Algarve 2012 vol.1. University of the Algarve, Portugal. Disponível em: <a href="https://www.researchgate.net/profile/Valentina_Schmitt/publication/270898325_Diagnostico_da_atividade_turistica_em_Santo_Antnio_de_Lisboa_um_comparativo_2002-2012/links/54b8f9560cf269d8cbf72839.pdf#page=195">https://www.researchgate.net/profile/Valentina_Schmitt/publication/270898325_Diagnostico_da_atividade_turistica_em_Santo_Antnio_de_Lisboa_um_comparativo_2002-2012/links/54b8f9560cf269d8cbf72839.pdf#page=195</a>.</p> <p>SANTOS, Rodrigo Amado dos et ali. A importância da compreensão do conceito de eventos à execução do planejamento, perante as etapas pré, durante e pós-evento. REVISTA CIENTÍFICA ELETÔNICA DE TURISMO. Ano VII – Número 12 – Janeiro de 2010. Disponível em <a href="http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NvB7q3QfdezDVli_2013-5-23-11-59-58.pdf">http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NvB7q3QfdezDVli_2013-5-23-11-59-58.pdf</a>.</p>				

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
LET 125	Língua e Comunicação	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	1º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificar o hábito da leitura crítica e produção escrita;</li> <li>- Reconhecer modalidades diversas e sua utilização;</li> <li>- Fornecer elementos à utilização da norma linguística adequada as diversas situações de comunicação;</li> <li>- Exercitar técnicas de redação que levem em consideração não só a correção, mas também deem à produção de textos criativos;</li> <li>- Discutir questões referentes à linguagem e sua utilização.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
O papel da língua e da linguagem. Comunicação verbal. Estudo e aplicação de conceitos lingüísticos elementares. Técnicas de comunicação oral e escrita.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da. <b>Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação.</b> 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 125 p.</p> <p>VIGOTSKY, Lev Semenovich. <b>Pensamento e linguagem.</b> 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 194 p</p> <p>OLIVEIRA, Jorge Leite de. <b>Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica.</b> 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 224 p.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>GOMES FILHO, José. <b>Linguagem, discurso e exclusão: uma abordagem discursiva da intolerância linguística em textos escolares.</b> Salvador: Quarteto, 2013. 197 p.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. <b>Planejar gêneros acadêmicos.</b> 3.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 116 p (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos, 3).</p> <p>MARKERT, Werner. <b>Trabalho, comunicação e competência: contribuições para a construção crítica de um conceito e para a formação do profissional transformativo.</b> Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 173p.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. <b>Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.</b> 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321 p.</p> <p>VIGOTSKY, L. S. <b>A construção do pensamento e da linguagem.</b> 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 496 p.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
MAT 203	Matemática	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	1º Semestre
<b>Objetivos</b>			
Desenvolver e aplicar os conceitos de algumas funções matemáticas e do cálculo diferencial, mostrando como este ramo do conhecimento permeia a vida moderna nos diversos campos das atividades humanas, especialmente na área da Administração e Economia, buscando incentivar o aluno a desenvolver a sua habilidade no uso desta poderosa ferramenta de análise.			
<b>Ementa</b>			
Funções elementares com aplicações em Economia e Administração e esboço de seus gráficos. Limites e continuidade de funções (conceitos básicos). Derivada e aplicações da Derivada na Economia e Administração.			
<b>Referências Básicas</b>			
Medeiros, H. Matemática para cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis, 5ª edição. Editora Atlas, 1999. Goldstein, L. et al. Matemática aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Bookman, 2003. Tan, S. T. Matemática aplicada à Administração e Economia. Editora Thomson/Pioneira, 2001.			
<b>Referências Complementares</b>			
Morettin, P.; Bussab, W. O.; Hazzan, S. Cálculo – Funções de uma e várias variáveis, 1ª edição. Editora Saraiva, 2005. Guidorizzi, H. L. Matemática para Administração. Editora LTC, 2002. Anton, H. Cálculo – Um novo horizonte, vol 1, 6ª edição. Editora Bookman, 2002. Iezzi, G. et al. Fundamentos de Matemática Elementar - vol 1, 8ª Edição, Editora Atual, 2004. Iezzi, G. et al. Fundamentos de Matemática Elementar - vol 2, 9ª Edição, Editora Atual, 2004. Iezzi, G. et al. Fundamentos de Matemática Elementar - vol 8, 6ª Edição, Editora Atual, 2005.			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
LET 133	INGLÊS I	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	1º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dominar as quatro habilidades linguísticas (ouvir, ler, falar e escrever) tendo como base conteúdo autêntico e específico da área de Hospitalidade e Lazer, levando em consideração as peculiaridades léxicas, semânticas e suas variantes linguísticas.</li> <li>- Desenvolver habilidade auditiva com reconhecimento de aspectos textuais e linguísticos.</li> <li>- Praticar a habilidade de leitura e compreensão textual como um instrumento de comunicação na produção de ideias e busca de solução de problemas.</li> <li>- Praticar a habilidade de escrita em preenchimento de formulários, em elaborar e responder pedidos, preencher documentos, enviar e responder e-mails.</li> <li>- Praticar a habilidade de fala em situações pontuais, relacionadas a área do curso.</li> <li>- Conhecer a Lei Federal 11.465/2008 que torna obrigatório o ensino de História, Geografia e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas com o objetivo de promover a valorização da diversidade nas origens do povo brasileiro.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Trabalho com as quatro habilidades da língua Estrangeira, a saber: (ouvir, ler, falar e escrever) com base conteúdo autêntico e específico da área de Hospitalidade e Lazer, em uma perspectiva/abordagem intercultural. Listening (habilidade auditiva, com reconhecimento de aspectos textuais e linguísticos), Reading (habilidade de leitura e compreensão textual), Speaking (habilidade de comunicação em situações pontuais) Writing (habilidade em escrita em preenchimentos de formulários, vouchers, fazer e responder pedidos, enviar e responder e-mails, documentos). Reconhecimento da importância cultural e sociopolítica da língua inglesa, nas relações internacionais e na realização de eventos.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>FREEWAY. São Paulo: Richmond, 2010. 192 p.: v. 1</p> <p>RICHMOND EDUCAÇÃO. Freeway. São Paulo: Richmond, 2010, 192 p.: v. 2</p> <p>RICHMOND EDUCAÇÃO. Freeway. São Paulo: Richmond, 2010, 192 p.: v. 3</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>CAMPOS, Giovana Teixeira Gramática língua inglesa: teoria e prática / Giovana Teixeira Campos ; [ilustrações Fabiana Fernandes]. – São Paulo : Rideel, 2006. Disponível em &lt;<a href="http://www.colegioacademia.com.br/admin/professores/arquivos">http://www.colegioacademia.com.br/admin/professores/arquivos</a>&gt; lingua inglesa gramática.pdf.</p> <p>GABELETTI, Ana Luíza; SOUZA-NETO, Maurício J. Materiais didáticos [livro eletrônico]: em línguas com foco na diversidade étnico-racial. Brasília, DF: Vila Brasil, 2020. Disponível em <a href="https://www.academia.edu/44537127/MATERIAIS_DID%C3%81TICOS_EM_L%C3%8DNGUAS_COM_FOCO_NA_DIVERSIDADE_%C3%89TNICO_RACIAL">https://www.academia.edu/44537127/MATERIAIS_DID%C3%81TICOS_EM_L%C3%8DNGUAS_COM_FOCO_NA_DIVERSIDADE_%C3%89TNICO_RACIAL</a></p> <p>OXFORD UNIVERSITY PRESS. Dicionário Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês. 2. ed. rev. e atual. New York: Oxford University Press, 2013.</p> <p>VINEY, Peter. Basic Survival: New Edition: International Communication for Professional People. Macmillan Education, 2004. Disponível em &lt;<a href="http://library.lol/main/A6FB81132EFA2A90C6C6EC66D339847F">http://library.lol/main/A6FB81132EFA2A90C6C6EC66D339847F</a>&gt;</p> <p>YATES, Jean. Practice Makes Perfect English Conversation. McGraw-Hill, 2012.pdf. Disponível em <a href="http://library.lol/main/D819487F294080C34B4907052EF78F39">http://library.lol/main/D819487F294080C34B4907052EF78F39</a></p>			

## 2º SEMESTRE

Código	Disciplina	Pré-requisito	
EVE107	Eventos Sociais e Corporativos	EVE102 EVE103	
Carga Horária			
Total	Teórica	Prática	Período Letivo
60	60	-	2º Semestre
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar a importância da organização de eventos como opção viável para complementaridade de serviços na diversificação do setor turístico, posicionando-os como opção de atrativos e elementos que favoreçam a quebra da sazonalidade.</li> <li>- Conhecer as normas e regras que regem, na atualidade, os casamentos, bodas e 15 anos, dentro de uma abordagem ética e social.</li> <li>- Conhecer a normatização de cada tipo de evento e as especificidades que devem ser observadas quando da sua realização.</li> <li>- Planejar, organizar e coordenar eventos identificando as necessidades de serviços e dos espaços e locais para a realização de eventos. Contatar, negociar, contratar e coordenar os fornecedores e provedores de infraestrutura e de meios de apoio. Interpretar contratos e orçamentos de fornecedores de serviços.</li> </ul>			
Ementa			
<p>Conceituação dos diversos tipos de eventos sociais e corporativos. Importância dos eventos corporativos para as empresas. Estudo de técnicas e métodos para a organização gerencial e operacional de eventos sociais e corporativos. Seleção de serviços e materiais e de recursos humanos. Etiqueta social. Dimensionamento dos eventos. Estabelecimento das relações de parcerias com entidades públicas, privadas e com os fornecedores.</p>			
Referências Básicas			
<p>AVENA, Biagio M. <b>Turismo, educação e acolhimento</b>: um novo olhar. São Paulo: Roca, 2006. 319 p.</p> <p>CANTON, Antônia Marisa. <b>Eventos</b>: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro setor. São Paulo: Roca, 2002.</p> <p>FREUND, Francisco Tommy. <b>Festas &amp; recepções</b>: gastronomia, organização e cerimonial. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2002. 142 p.</p>			
Referências Complementares			
<p>DUARTE, Sergio Ricardo; SILVA, Francisca Maria da. <b>Eventos Corporativos na Cidade de Fortaleza</b>. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembí Morumbi – UAM/ São Paulo/SP. Disponível em .</p> <p>NASCIMENTO, Hugo Canavez de Oliveira; LADEIRA, Ana Marta dos Santos. <b>Eventos corporativos como ação de endomarketing da viação progresso</b>. CES REVISTA, Juiz de Fora, v. 28, n. 1. p. 72-87, jan./dez. 2014. Disponível em .</p> <p>OLIVEIRA, Alini Nunes de; CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas <b>As múltiplas funções das festas no espaço geográfico</b>. <i>Interações (Campo Grande)</i>, Jun 2012, vol.13, no.1, p.81-92. Disponível em</p> <p>REMOR, Carlos Augusto Monguilhott. <b>Contribuições estratégicas do marketing de relacionamento para uma empresa de assessoria e cerimonial de eventos sociais</b>. Revista Borges: Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais e Aplicadas - Florianópolis, V. 5, N.02, Dezembro de 2014. Disponível em .</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM 536	Gestão Estratégica de Custos	MAT203	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	50	10	2º Semestre
<b>Objetivos</b>			
Esta disciplina tem como objetivo discutir as questões da mensuração e gestão de custos nas organizações como ferramenta gerencial no processo da tomada de decisão na produção de bens e/ou serviços pelas entidades, bem como, na geração e controle de informações que apoiem o processo de planejamento, acompanhamento, decisão e na geração de vantagem competitiva.			
<b>Ementa</b>			
Introdução à Gestão de Custos. Gestão e Controle de Custos. Terminologias aplicadas na gestão dos custos: gastos, investimentos, custos, despesas, perdas e desembolso. Classificação dos custos quanto à relação com o volume de atividade e em relação ao objeto de custeio. Custos de Produção: Material Direto (MD), Mão de Obra Direta (MOD), Custos Indiretos de Fabricação (CIFs). Métodos e Sistemas de Custeio. Análise das relações dos custos, volume, tributos e os lucros. Alavancagem Financeira, Operacional e Combinada. Ponto de Equilíbrio: Econômico, Financeiro e Contábil. Formação de preços de vendas.			
<b>Referências Básicas</b>			
BRUNI, A. L. FAMÁ, R. Gestão de Custos e Formação de Preços: com aplicações na Calculadora HP 12C e Excel. São Paulo: Atlas. 6ª ed. 2008. ATKINSON, A.A.; BANKER, R.D.; KAPLAN, R.S.; et. Al. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas. 2ª. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2008. MARTINS, E. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas. 9ª ed. São Paulo: Atlas. 2010			
<b>Referências Complementares</b>			
BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas. 3ª ed. 2010. ARRISON, Ray H., Noreen, Eric. W., Brewer, Peter, C. Contabilidade Gerencial. Rio de Janeiro: LTC. 4ª ed. 2010. LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. Curso de contabilidade de custos. São Paulo: GEN/Atlas. 1ª. 2016. Revista da Associação Brasileira de Custos – ABCustos - <a href="http://www.unisinos.br/abcustos/index.php?e=1&amp;s=1&amp;a=1">http://www.unisinos.br/abcustos/index.php?e=1&amp;s=1&amp;a=1</a> Revista Contabilidade & Finanças - <a href="http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/">www.eac.fea.usp.br/eac/revista/</a> . Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ - <a href="http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php">http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php</a> . Revista de Contabilidade, Gestão e Governança - <a href="http://www.cgg-amg.unb.br/">http://www.cgg-amg.unb.br/</a> . Revista de Contabilidade da UFBA –RC-UFBA - <a href="http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/">http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/</a> . Brazilian Administration Review – BAR - <a href="http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=2">http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=2</a> . Revista Universo Contábil - <a href="http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/issue/view/391">http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/issue/view/391</a> ;			



<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE108	Etiqueta, Cerimonial e Protocolo	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	2º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Evidenciar a importância da etiqueta e as normas de conduta na vida social e profissional</li> <li>- Instrumentalizar os alunos para o uso correto dos elementos básicos de um cerimonial, dando ênfase ao uso adequado das normas de protocolo.</li> <li>- Viabilizar vivências em cerimonial e protocolo através das normas de protocolo, precedência;</li> <li>- Desenvolver no corpo discente a condição de discernir as normas de etiqueta social e identificar as gafes não admitidas no meio social.</li> <li>- Descrever os procedimentos referentes aos símbolos nacionais, evidenciando à bandeira e o hino nacional.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Normas de cerimonial e protocolo: hino, bandeiras, precedência, pronunciamentos. Roteiros para condução de cerimônias. Etiqueta social e profissional.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BRASIL. Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. Brasília, 1972.</p> <p>LUKOWER, Ana. <b>Cerimonial e protocolo</b>. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 123 p.</p> <p>VELOSO, Dirceu. <b>Organização de eventos e solenidades</b>. Goiânia: AB Editora, 2001. 160 p</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Manual de eventos da Câmara dos Deputados : um guia para realizadores, gestores de espaços e fornecedores de serviços [recurso eletrônico]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.</p> <p>Dicas de ETIQUETA CORPORATIVA Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo São Paulo, SP - Brasil, 2013. Disponível em</p> <p>FARO, Mário de Mello. <b>Cerimonial e Protocolo em Eventos: Validade e Implicações</b>. Turismo em Análise, São Paulo, maio 1997. Disponível em</p> <p>FELIX, Adélia Caroline; ALVES, Mateus Gomes . Cerimonial e Protocolo: Desmistificando conceitos. Trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional de Relações Públicas e Comunicação, realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dias 22, 23 e 24 de outubro de 2014. Disponível em</p> <p>Matarazzo, Claudia Etiqueta sem frescura / Claudia Matarazzo; organização e redação Edilson Cazeloto. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1995. Disponível em .</p>			



<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE123	Alimentos e Bebidas em Eventos	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	2º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver competências e habilidades necessárias à execução do planejamento, operacionalização e avaliação de eventos relacionados a Alimentos e Bebidas.</li> <li>- Dominar os conhecimentos de segurança alimentar.</li> <li>- Conhecer a legislação aplicada à segurança alimentar em eventos de massa.</li> <li>- Conscientizar sobre a importância do conhecimento dos diversos aspectos envolvidos nas escolhas alimentares.</li> <li>- Reconhecer a gastronomia típica como patrimônio imaterial de um país.</li> <li>- Conhecer a estrutura básica de cardápios para diferentes tipos de eventos.</li> <li>- Conhecer as modalidades e técnicas de serviço à mesa.</li> <li>- Elaborar e executar projeto de eventos em A&amp;B</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Introdução aos princípios básicos de alimentação e nutrição. Segurança alimentar e legislação sobre a prestação de serviços de alimentação em eventos de massa. Conhecimento sobre gastronomia internacional e brasileira para agregar valor a eventos. Orientação sobre elaboração de cardápios adequados aos diferentes tipos de eventos. Previsão de quantitativos de alimentos e bebidas em eventos. Noções básicas dos processos de aquisição, recebimento e estocagem de gêneros alimentícios. Perfil, requisitos e atribuições dos profissionais da área de alimentos e bebidas. Aplicação das técnicas de serviços de mesa em eventos.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>A ARTE DE SERVIR: um guia para conquistar e manter clientes destinado a funcionários, gerentes e proprietários de restaurante. Instituto de Culinária da América. São Paulo: Roca, 2004.</p> <p>ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Manual de qualidade, higiene e inocuidade dos alimentos no setor de turismo: guia de consulta para funcionários, planejadores, empresários e operadores de turismo. São Paulo: Roca, 2003.</p> <p>TEICHMANN, I. M. Cardápios: técnicas e criatividade. São Paulo: EDUCS. Edição Atualizada.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>ADAMI, Fernanda Scherer, CONDE, Simara Ruffato. Gestão em segurança alimentar e nutricional. Lajeado: Ed. da Univates, 2015. 96 p. Disponível em &lt;<a href="http://www.univates.br/editora-univates/publicacao/138">http://www.univates.br/editora-univates/publicacao/138</a>&gt;. Acesso em 07 de janeiro de 2015.</p> <p>BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada- RDC Nº 43, de 01, de setembro de 2015 – DOU 168, de 02 de setembro de 2015. Dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação em eventos de massa. Disponível em &lt;<a href="http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/667c9a0049b7044eac56aeda875a0177/RDC+43_2015+Eventos+de+massa.pdf?MOD=AJPERES">http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/667c9a0049b7044eac56aeda875a0177/RDC+43_2015+Eventos+de+massa.pdf?MOD=AJPERES</a>&gt;. Acesso em 12 de março de 2016.</p> <p>CHON, Kye-Sung. Hospitalidade: conceitos e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>DAL Bosco, Simone Morelo, CONDE, Simara Ruffato. Nutrição e saúde. Lajeado: Ed. Univates, 2013. 231 p. Disponível em &lt;&gt;. Acesso em 05 de janeiro de 2016.</p> <p>FREITAS, Maria do Carmo Soares de Freitas, FONTES, Gardênia Abreu Vieira, OLIVEIRA, Nilce. - Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura / Salvador : EDUFBA, 2008. Disponível em &lt;<a href="http://books.scielo.org/id/9q">http://books.scielo.org/id/9q</a>&gt;. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
LET 134	INGLÊS II	LET 133	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	2º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dominar as quatro habilidades linguísticas (ouvir, ler, falar e escrever) tendo como base o conteúdo autêntico e específico da área de Hospitalidade e Lazer, levando em consideração as peculiaridades léxicas, semânticas e suas variantes linguísticas.</li> <li>- Desenvolver habilidade auditiva com reconhecimento de aspectos textuais e linguísticos.</li> <li>- Praticar a habilidade de leitura e compreensão textual como um instrumento de comunicação na produção de ideias e busca de solução de problemas.</li> <li>- Praticar a habilidade de escrita em preenchimento de formulários, em elaborar e responder pedidos, preencher documentos, enviar e responder e-mails.</li> <li>- Praticar a habilidade de fala em situações pontuais, relacionadas a área do curso.</li> <li>- Conhecer a Lei Federal 11.465/2008 que torna obrigatório o ensino de História, Geografia e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas com o objetivo de promover a valorização da diversidade nas origens do povo brasileiro.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Trabalho com as quatro habilidades da língua Estrangeira, a saber: (ouvir, ler, falar e escrever) com base conteúdo autêntico e específico da área de Hospitalidade e Lazer, em uma perspectiva/abordagem intercultural. Listening (habilidade auditiva, com reconhecimento de aspectos textuais e linguísticos), Reading (habilidade de leitura e compreensão textual), Speaking (habilidade de comunicação em situações pontuais) Writing (habilidade em escrita em preenchimentos de formulários, vouchers, fazer e responder pedidos, enviar e responder e-mails, documentos). Reconhecimento da importância cultural e sociopolítica da língua inglesa, nas relações internacionais e na realização de eventos. Realização de visitas técnicas e/ou atividades práticas interdisciplinares às áreas de Eventos, Turismo e Hospitalidade.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>FREEWAY. São Paulo: Richmond, 2010. 192 p.: v. 1  RICHMOND EDUCAÇÃO. Freeway. São Paulo: Richmond, 2010, 192 p.: v. 2  RICHMOND EDUCAÇÃO. Freeway. São Paulo: Richmond, 2010, 192 p.: v. 3</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>CAMPOS, Giovana Teixeira Gramática língua inglesa: teoria e prática / Giovana Teixeira Campos ; [ilustrações Fabiana Fernandes]. – São Paulo : Rideel, 2006. Disponível em &lt;<a href="http://www.colegioacademia.com.br/admin/professores/arquivos">http://www.colegioacademia.com.br/admin/professores/arquivos</a>&gt; lingua inglesa gramática. pdf.  GABELETTI, Ana Luíza; SOUZA-NETO, Maurício J. Materiais didáticos [livro eletrônico]: em línguas com foco na diversidade étnico-racial. Brasília, DF: Vila Brasil, 2020. Disponível em  JACOB, Miriam. ENGLISH for international tourism - workbook. Londres (Inglaterra): Longman, 2005. 96 p. ISBN 0-582-29851-2.  LIMA, Alhandra; LIMA, Jean. Inglês para hotelaria &amp; turismo. Fortaleza, CE: Premium, 2011. 78 p. ISBN 978-85-7564-567-3.  OXFORD UNIVERSITY PRESS. Dicionário Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês. 2. ed. rev. e atual. New York: Oxford University Press, 2013.  VINEY, Peter. Basic Survival: New Edition: International Communication for Professional People. Macmillan Education, 2004. Disponível em &lt;<a href="http://library.lol/main/A6FB81132EFA2A90C6C6EC66D339847F">http://library.lol/main/A6FB81132EFA2A90C6C6EC66D339847F</a>&gt;  YATES, Jean. Practice Makes Perfect English Conversation. McGraw-Hill, 2012.pdf. Disponível em <a href="http://library.lol/main/D819487F294080C34B4907052EF78F39">http://library.lol/main/D819487F294080C34B4907052EF78F39</a></p>			

# 3º SEMESTRE

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM 550	Empreendedorismo	Administração	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	3º Semestre
<b>Objetivos</b>			
Desenvolver a capacidade empreendedora, estimulando e dando ferramentas aqueles cuja vocação e/ou vontade profissional estiverem direcionadas à criação de uma empresa ou gerar o auto-emprego.			
<b>Ementa</b>			
Desenvolvimento da capacidade empreendedora, com ênfase no estudo do perfil do empreendedor, nas técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades, na aquisição e gerenciamento dos recursos necessários ao negócio, fazendo uso de metodologias que priorizam técnicas de criatividade e da aprendizagem pró-ativa			
<b>Referências Básicas</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luisa. São Paulo: Cultura, 1999. DEGEN, Ronald. O Empreendedor. São Paulo: Pearson (Makron), 2003.</li> <li>- DRUKER, P. F., Inovação e Espírito Empreendedor, Editora Pioneira, 2a. Edição, São Paulo, 1987. GERBER, M. E., O Mito do Empreendedor, Editora Saraiva, 3a. Edição, São Paulo, 1992.</li> <li>- OECH, R., Um "Toc" na Cuca, Livraria Cultura Editora, Rio de Janeiro, 1988 OSBORN, A. F., O Poder Criador da Mente, I Brasa, São Paulo, 1988.</li> <li>- PINCHOT, G., Intrapreneuring, Editora Harba, São Paulo, 1989.</li> <li>- PORTER, M. E., Vantagem Competitiva, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989. SENGE, P. M., A Quinta Disciplina, Editora Best Seller, São Paulo, 1990.</li> <li>- SCHUMACHER, E. F., O Negócio é ser Pequeno, Zahar Editora, 4a. Edição, Rio de Janeiro, 1983.</li> <li>- WOMACK, J.P., JONES, D.T., ROOS, D., A Máquina que Mudou o Mundo, Rio de Janeiro, Campus, 1992.</li> </ul>			
<b>Referências Complementares</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- VALERIANO, Dalton. Moderno gerenciamento de Projetos. São Paulo: Prentice Hall. 2005.</li> <li>CHÉR, Rogério. A Gerência das Pequenas e Médias Empresas. Ed. Maltese, 1990.</li> <li>- RESNIK, Paul. A Bíblia da Pequena Empresa. Makron Books Editora, São Paulo, 1988.</li> <li>REVISTA Pequenas Empresas Grandes Negócios.</li> <li>- REVISTA "ESTUDOS" - SEBRAE, 1994.</li> </ul>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE129	Ética e Desenvolvimento Humano	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	3º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender os principais conceitos de Ética, Cidadania e Responsabilidade Social.</li> <li>- Identificar os elementos teóricos sobre ética, cidadania e Responsabilidade Social no contexto social, político e organizacional.</li> <li>- Compreender as questões referentes aos Direitos Humanos.</li> <li>- Refletir sobre o exercício da profissão em contextos sociais, econômicos e políticos globais.</li> <li>- Reconhecer a ética como princípio indissociável da vida social e profissional.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Conceitos de ética e moral. Dimensão ontológica do Ser. Os Valores. Reflexões acerca da ética contemporânea. O processo de construção do ethos profissional. Tomada de decisão. Fundamentos teóricos da ética profissional. Estudo do código de ética profissional do tecnólogo em Eventos. Abordagem teórica do desenvolvimento humano. Conhecimento. Teorias do desenvolvimento humano e sua articulação com processos socioculturais. A conduta Humana. Resiliência. As relações sociais. Os conflitos. O desenvolvimento humano como processo.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 3. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2009. 319 p. ISBN 9788572836654.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 325 p. ISBN 9788537808009.</p> <p>MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: leitura e exercícios de treinamento em grupo. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1985. 217 p. ISBN 852160419X</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS, ABEOC BRASIL. Código de Ética para organização de eventos: manuais de gestão. Florianópolis-SC: ABEOC Brasil, 2014. 24 p.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. ISBN 978-85-7110-699-4.</p> <p>JACQUES, MGC., et al. org. Relações sociais e ética [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 210 p. ISBN: 978-85-99662-89-2. Available from SciELO Books</p> <p>ROCHA, Nívea Maria Fraga (Org); BARRETO, Maribel Oliveira (Org). Educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social: fazendo recortes na multidisciplinaridade. Salvador: Fast Design, 2010. 158 p. ISBN 9788588863293 (broch.).</p> <p>SILVEIRA, AF., et al., org. Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 230 p. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books .</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE122	Gestão de Marketing em Eventos	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	3º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introduzir os principais conceitos de marketing e suas inter-relações com o ambiente de negócios;</li> <li>- Compreender os princípios do marketing e seu campo de atuação;</li> <li>- Reconhecer, analisar e coletar informações sobre o comportamento do consumidor no segmento de eventos;</li> <li>- Reconhecer as estratégias de marketing de eventos;</li> <li>- Reconhecer a importância do marketing para a realização de um evento.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Conceito e evolução de Marketing. Segmentação de mercado. Marketing de Eventos. Estratégias de Marketing de Eventos. Plano de Marketing para Eventos. Eventos e a Mídia. Tendência em marketing de eventos.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BRITO, Janaína.; FONTES, Nena. <b>Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo</b>. 2. Ed. Sao Paulo: Aleph, 2002.</p> <p>HOYLE, Leonard H. Marketing de Eventos. <b>Como promover com sucesso Eventos, Festivais, Convenções e Exposições</b>. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MELO NETO, Francisco Paulo. <b>Marketing de Eventos</b>. Rio de Janeiro: 4ª edição. Sprint, 2003.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>CARNEIRO, J.; FONTES, N. Turismo e eventos: instrumento de promoção e estratégias de marketing. Turismo em Análise. Sao Paulo, ECA-USP, v. 8. N. 1, p. 65-74</p> <p>CONTURSI, Ernani Bevilaqua. <b>Patrocínio</b> - Col. Marketing de Sucesso. Editora Sprint.</p> <p>KOTLER, Philip. <b>Princípios de marketing</b> . 12.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007</p> <p>KOTLER, Philip – <b>Administração de Marketing</b>: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>ZAN, Maria Rosana. <b>Patrocínio a Eventos: A Sinergia da Comunicação Integrada de Marketing</b> -. Difusão Editora, 2011.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE901	Inovação em Projetos Sociais (ACEX I)	EVE102 EVE103	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	3º Semestre
<b>Objetivos</b>			
Fomentar ideias inovadoras e apresentar os pilares do empreendedorismo social, a partir do incentivo e capacitação dos estudantes a desenvolverem soluções para problemas contemporâneos e coletivos da sociedade. Nessa atividade as soluções inovadoras estarão conectadas com o potencial de impactar positivamente no território ao qual o IFBA está inserido.			
<b>Ementa</b>			
Identificação do (s) desafio (s) proposto (s) (problemática); Etapas de um hackathon: ideação; prototipagem; pitch; Elaboração dos projetos técnico e de captação de recursos do evento; Planejamento, produção, promoção e organização do evento; execução do evento; captação de recursos para operacionalização do evento; prestação de contas do evento.			
<b>Referências Básicas</b>			
GIACAGLIA, Maria Cecília. <b>Eventos</b> : como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.			
MENESCAL, Luiz Cláudio e outros. <b>Eventos</b> : oportunidades de novos negócios. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000.			
ZITTA, Carmem. <b>Organização de Eventos</b> : Da Ideia à Realidade. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007			
<b>Referências Complementares</b>			
CAVALCANTE, Carlos Eduardo et al. <b>Motivação para entrada de voluntários em ONG brasileira</b> . Rev. Adm. (São Paulo), Dez 2015, vol.50, no.4, p.523-540. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/pdf/rausp/v50n4/0080-2107-rausp-50-04-0523.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rausp/v50n4/0080-2107-rausp-50-04-0523.pdf</a> .			
OLIVEIRA, Maria Marly de. <b>Como fazer projetos</b> . Campus, 2008.			
PAIVA, Helio Afonso Braga de.; NEVES, M. F. <b>Planejamento estratégico de eventos</b> : como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas, 2008.			
PICCOLI, Pedro; GODOI, Christiane Kleinübing. <b>Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita</b> . Organ. Soc., Set 2012, vol.19, no.62, p.399-416. Disponível em.			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
LET 135	ESPAÑHOL I	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	30	30	3º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a unidade e a diversidade da língua espanhola ou castelhana, respeitando os aspectos sociolinguísticos, tais como: léxicos, fonéticos, semânticos de cada nação.</li> <li>• Conhecer os países que falam a língua espanhola ou castelhana no mundo e a influência dos povos originários em sua conformação.</li> <li>• Enfatizar a abordagem aos temas transversais (ciências, tecnologias, meio ambiente, relações étnico raciais e de gênero no mercado de trabalho de Tecnologia em Eventos), através dos mais variados gêneros discursivos em língua espanhola.</li> <li>• Utilizar o diálogo em língua espanhola como instrumento de comunicação na produção coletiva de ideias e na busca de solução de problemas, integrando os conteúdos gerais de espanhol em nível básico, bem como o vocabulário técnico da área de Eventos.</li> <li>• Compreender e produzir criticamente gêneros discursivos orais e escritos.</li> <li>• Empreender visitas técnicas a espaços nos quais se possam desenvolver as habilidades interculturais e linguísticas.</li> <li>• Desenvolver diálogos e situações, a partir do contexto de ambientes de trabalho, como hotéis, pousadas, eventos das mais variadas temáticas, levando em consideração o cenário geográfico e cultural que se está inserido, etc.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Desenvolver a competência comunicativa em língua espanhola (nível básico I), através das quatro habilidades (expressão e interação oral e escrita e compreensão leitora e auditiva), através de uma abordagem intercultural baseada em conteúdos e materiais autênticos e específicos da área de eventos, hospitalidade e lazer.			
<b>Referências Básicas</b>			
COIMBRA, Ludmila; CHAVES, Luiza Santana. <b>Cercanía Joven</b> : espanhol, 1º ano. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2016. GÁLVEZ, José A. <b>Diccionario Larousse</b> : espanhol/português-português/espanhol avançado. São Paulo: Larousse do Brasil, 2006. MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de espanhol para brasileiros</b> . 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.			
<b>Referências Complementares</b>			
<b>Diccionario Argentino de Dudas Idiomáticas</b> . Academia Argentina De Letras. Buenos Aires: Santillana, 2011. <b>DRAE</b> . Diccionario de la Real Academia Española. Diccionario de la lengua española –Vigésima segunda edición. Disponível em: > Acesso em: 30 de setembro de 2022. MARTIN, Ivan. <b>Síntesis</b> : curso de lengua española. 1ª edição, volume 1. São Paulo: Ática, 2010 MONTES DE OCA SICILIA, María del Pilar. <b>El chingonario</b> : diccionario de uso, reuso y abuso del Chingar y sus derivados. Ciudad de México: Lectorum, 2010. Org.: WILDNER, Ana Kaciara; de OLIVEIRA, Leandra Cristina e WARKEN SOBOTTKA, Mary Anne. <b>Espanhol para o turismo</b> . IFSC: Florianópolis, 2014. Disponível em: Acesso em: 07 de novembro de 2022.			



# 4º SEMESTRE

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE112	Eventos Técnicos, Científicos e Promocionais	EVE102	EVE103
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	4º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender as etapas do planejamento e execução de Eventos Técnicos, Científicos e Promocionais, distinguindo seus elementos, limites e/ou interfaces.</li> <li>- Identificar as características dos eventos técnicos, científicos e promocionais;</li> <li>- Conhecer as ferramentas básicas de planejamento e organização desses eventos, analisando em cada um deles, a natureza, o propósito, as fases e seus elementos básicos.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Tipologias dos Eventos Técnicos e Científicos. Especificidades de cada evento. Técnicas de Organização e Planejamento de Eventos Técnicos e Científicos. Eventos Promocionais. Tipos e Características. Técnicas de Organização e Planejamento de Eventos Promocionais. Captação de patrocínio, apoio e recursos. Produção de Eventos (pré-evento, trans-evento e pós-evento). Avaliação de eventos técnicos, científicos e promocionais. Concepção e planejamentos de eventos exclusivos.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>HOYLE JUNIOR, Leonard H. <b>Marketing de eventos: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e exposições</b>. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>MATIAS, Marlene. <b>Organização de eventos: procedimentos e técnicas</b>. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>MARTIN, Vanessa. <b>Manual Prático de eventos</b>. São Paulo: Atlas, 2003.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>DIAS, Juliane; MARTINS, Larissa Mongruel. <b>Turismo de eventos e o potencial dos eventos técnicos científicos</b>. II Seminário de Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam. Disponível em . Acesso em 26 de novembro de 2022.</p> <p>OLIVEIRA, Camila. <b>Contratação de trabalho temporário em eventos: vantagens e desvantagens</b>. Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Negócios em Turismo, 2007. Disponível em .</p> <p>PESSOA, Mirella Arruda. <b>Os eventos institucionais como estratégias comunicativas</b>. Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília. Vol. 7, No 2, 2014. Disponível em .</p> <p>SANTANA, Alberto Ferreira Queiroz; GUSHIKEN, Yuji. <b>Eventos em Cuiabá: A cidade como espaço de fluxos de informação</b>. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em .</p> <p>SILVA, Raquel Ribeiro de Souza. <b>Eventos criativos: Experiências turísticas no município de Antonina, Paraná, Brasil</b>. Revista de Turismo y Desarrollo local, vol. 7, nº 17, diciembre/desembro, 2014. Disponível em .</p>			



<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE124	Metodologia da Pesquisa	LET125	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	4º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender os principais conceitos sobre ciência e senso comum.</li> <li>- Reconhecer e diferenciar a estrutura do pensamento científico, como forma lógica e racional de articulação do pensamento, por meio do desenvolvimento do senso crítico, criatividade, espírito científico e raciocínio abstrato.</li> <li>- Compreender a pesquisa como um processo de construção de conhecimento, apoiado em fundamentações teóricas, metodológicas e técnicas;</li> <li>- Fornecer instrumentos que capacitem e auxiliem o discente na elaboração de projeto de pesquisa científica e outros projetos na área de eventos</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
A atividade de pesquisa como processo de construção de conhecimento crítico e sistemático. A pesquisa e suas especificidades. Estratégias e técnicas mais utilizadas. O projeto de como instrumento para construção de conhecimento e solução de problemas.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>LAVILLE; L.DIONNE. <b>A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas</b>. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 1999.</p> <p>QUIVY V. CAMPENHOUD. <b>Manual de investigação em ciências sociais</b>. Gradiva. Lisboa, 1998.</p> <p>VERGARA, Sylvia. <b>Projetos e relatórios de pesquisa em administração</b>. Atlas, são Paulo: 1997.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>GERMANO, MG. Uma nova ciência para um novo senso comum [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 400 p. ISBN 978-85-7879-072-1. Available from SciELO Books</p> <p>MACEDO, RS., GALEFFI, D., and PIMENTEL A. Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 174 p. ISBN 978-85- 232-0636-9. Available from SciELO Books .</p> <p>NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 400 p. ISBN 978-85-232-0565-2. Available from SciELO Books .</p> <p>WELLER, Wivian (Org.); PFAFF, Nicolle (Org.). Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. 336 p.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE125	Relações Públicas	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	4º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<p>Compreender o papel institucional da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas e as funções dos respectivos profissionais nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Analisar as mudanças sistêmicas macro e microambientais que afetam a imagem e identidade das organizações e suas ações de comunicação e mercadológicas, perante seus diversos públicos de relacionamento. Diferenciar comunicação de massa e comunicação dirigida. Conhecer as aplicações técnicas da comunicação dirigida no campo das Relações Públicas. Identificar formas e veículos de comunicação dirigida, conhecendo suas técnicas, suportes e formatos apropriados para a construção da Comunicação Integrada. Refletir sobre a prática profissional de Relações Públicas, com intuito de conhecer metodologias no desenvolvimento do seu caráter mediador das atividades institucionais. Discutir sobre as fronteiras legais, éticas e práticas da atuação profissional do RP. Compreender as mediações da Comunicação Institucional Integrada e das tecnologias transmidiáticas. Discutir o planejamento de eventos como uma atividade de comunicação a partir de uma abordagem complexa, incorporando as possibilidades digitais na de organização de eventos presenciais e online.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>O processo e as técnicas de comunicação. Os meios de comunicação. Atendimento ao público: elementos básicos e alternativos. Relações Públicas: origem, significado, conceito natureza, funções. Opinião pública. Tipos de público. Conceito de imagem. Pesquisa em Relações Públicas. Propaganda e Publicidade em Relações Públicas.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BEAL, George M.; BOHLEN, Joe M.; RAUDABAUGH, J. Neil. <b>Liderança e dinâmica de grupo</b>. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 287 p (Ciências da administração).  CANFIELD, Bertrand R. <b>Relações públicas : princípios, casos e problemas</b>. 4. ed. São Paulo: Pioneira , c1991. 2v. (Biblioteca Pioneira de administração e negócios).  SIMÕES, Roberto Porto. <b>Relações públicas: função política</b>. 7.ed. São Paulo, SP</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>BRAGA, DG. <b>Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública [online]</b>. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 193 p. ISBN 978-85-85676-53-1. Available from SciELO Books .  CHAMUSCA, Marcello, CARVALHAL Márcia. <b>Relações Públicas Digitais: O pensamento nacional sobre o processo de Relações Públicas interfaceado pelas tecnologias digitais</b>. Salvador, BA: Edições VNI, 2010. Disponível em <a href="http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/e-books/rpdigitais-chamusca-carvalhal.pdf">http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/e-books/rpdigitais-chamusca-carvalhal.pdf</a>  KUNSCH, Margarida K. <b>Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada</b>. São Paulo: Summus, 2003.  NASSAR, Paulo. <b>Uma visão crítica e abrangente das Relações Públicas</b>. In: NASSAR, Paulo. Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2007.  SILVA, Daniel. <b>Guerra das Correntes: a opinião pública e o futuro da eletricidade</b>. In: SILVA, Daniel. Relações Públicas, Ciência e Opinião: lógicas de influência na produção de (in)certezas. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE 902	Evento como Ação Social (ACEX II)	EVE 901	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
90	-	90	4º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<p>Possibilitar ao aluno a prática de um evento em uma comunidade desde o planejamento até o pós-evento. Compreender a realização de um evento com tema e local indicados pela organização social, a exemplo de uma associação de bairro, de produtores, comerciantes etc., com tema escolhido pela própria organização. Compreender o planejamento, organização, divulgação e realização de um evento com a participação e envolvimento da comunidade ou organização. Aprender a captar recursos e promover os eventos.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>Etapas de um evento: pré-evento, trans-evento e pós-evento; Decisão da temática do evento; elaboração dos projetos técnico e de captação de recursos do evento; Planejamento, Produção, promoção e organização do evento; execução do evento; captação de recursos para operacionalização do evento; prestação de contas do evento.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>GIACAGLIA, Maria Cecília. <b>Eventos</b>: como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.</p> <p>MENESCAL, Luiz Cláudio e outros. <b>Eventos</b>: oportunidades de novos negócios. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000.</p> <p>ZITTA, Carmem. <b>Organização de Eventos</b>: Da Ideia à Realidade. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>CAVALCANTE, Carlos Eduardo et al. <b>Motivação para entrada de voluntários em ONG brasileira</b>. Rev. Adm. (São Paulo), Dez 2015, vol.50, no.4, p.523-540. Disponível em .</p> <p>OLIVEIRA, Maria Marly de. <b>Como fazer projetos</b>. Campus, 2008.</p> <p>PAIVA, Helio Afonso Braga de.; NEVES, M. F. <b>Planejamento estratégico de eventos</b>: como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>PICCOLI, Pedro; GODOI, Christiane Kleinübing. <b>Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita</b>. Organ. Soc., Set 2012, vol.19, no.62, p.399-416. Disponível em .</p> <p>ROGERS, Tony; MARTIN, V. <b>Eventos: planejamento, organização e mercados</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
LET 136	ESPAÑHOL II	LET 135	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	30	30	4º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transitar entre diversas variantes linguísticas da língua espanhola;</li> <li>• Posicionar-se criticamente diante do mais variados gêneros discursivos orais ou escritos;</li> <li>• Produzir gêneros discursivos orais e escritos;</li> <li>• Interagir em língua espanhola, através das quatro habilidades, nos mais variados contextos que abarcam a área de eventos, hospitalidade e lazer;</li> <li>• Enfatizar a abordagem aos temas transversais (ciências, tecnologias, meio ambiente, relações étnico raciais e de gênero no mercado de trabalho de Tecnologia em Eventos), através dos mais variados gêneros discursivos em língua espanhola.</li> <li>• Utilizar o diálogo em língua espanhola como instrumento de comunicação na produção coletiva de ideias e na busca de solução de problemas, integrando os conteúdos gerais de espanhol em nível básico, bem como o vocabulário técnico da área de Eventos.</li> <li>• Empreender visitas técnicas a espaços nos quais se possam desenvolver as habilidades interculturais e linguísticas que contribuam para a formação profissional.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Desenvolver a competência comunicativa em língua espanhola (nível básico II), através das quatro habilidades (expressão e interação oral e escrita e compreensão leitora e auditiva), através de uma abordagem intercultural baseada em conteúdos e materiais autênticos e específicos da área de eventos, hospitalidade e lazer.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>COUTO, Ana Luiza (ed.). <b>Cercanía Joven</b>: língua estrangeira moderna espanhol. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2016.</p> <p>GÁLVEZ, José A. <b>Dicionário Larousse</b>: espanhol/português-português/espanhol avançado. São Paulo: Larousse do Brasil, 2006.</p> <p>MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de espanhol para brasileiros</b>. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p><b>Diccionario Argentino de Dudas Idiomáticas</b>. Academia Argentina De Letras. Buenos Aires: Santillana, 2011.</p> <p><b>DRAE</b>: Diccionario de la Real Academia Española. Diccionario de la lengua española –Vigésima segunda edición. Disponível em: &gt; Acesso em: 30 de setembro de 2022.</p> <p>MARTIN, Ivan. <b>Síntesis</b>: curso de lengua española. 1ª edição, volume 2. São Paulo: Ática, 2010</p> <p>MONTES DE OCA SICILIA, María del Pilar. <b>El chingonario</b>: diccionario de uso, reuso y abuso del Chingar y sus derivados. Ciudad de México: Lectorum, 2010.</p> <p>WILDNER, Ana Kaciara e de OLIVEIRA, Leandra Cristina. <b>Espanhol para o turismo</b>. Volume 2 IFSC: Florianópolis, 2017. Disponível em: Acesso em: 07 de novembro de 2022.</p>			

# 5º SEMESTRE

Código	Disciplina	Pré-requisito	
EVE126	Eventos Artísticos e Culturais	EVE102 EVE103	
Carga Horária			
Total	Teórica	Prática	Período Letivo
60	60	-	5º Semestre
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender o conceito de cultura e as concepções e manifestações da arte e suas interfaces.</li> <li>- Compreender a importância dos eventos artístico-culturais para o desenvolvimento do setor de eventos.</li> <li>- Valorizar os aspectos artístico-culturais das comunidades locais.</li> <li>- Planejar, organizar e coordenar eventos identificando as necessidades de serviços e dos espaços e locais para a realização de eventos.</li> <li>- Conhecer as fases de contatar, negociar, contratar e coordenar os fornecedores e provedores de infraestrutura e de meios de apoio.</li> <li>- Elaborar projetos culturais.</li> </ul>			
Ementa			
<p>Conceito de Cultura. Concepções e manifestações da Arte. Patrimônio Cultural. Introdução ao contexto dos Eventos Artísticos e Culturais. Análise da produção artística e cultural no Brasil.. Importância desses eventos para os municípios e regiões. Projetos culturais. Estudo de técnicas e métodos na organização gerencial e operacional de eventos artístico-culturais. Mercado profissional. Organização de eventos artísticos e culturais. Estruturas físicas e logísticas. Direitos autorais. Relações de parcerias com entidades públicas, privadas e com os fornecedores. Entidades do <i>Trade</i>.</p>			
Referências Básicas			
<p>FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. <b>Turismo e Patrimônio Cultural</b>. São Paulo: Contexto, 2004.            MATIAS, Marlene. <b>Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos</b>. Barueri, SP: Manoele, 2011.            TENORIO, Fernando Guilherme Loyola. <b>Avaliação de Projetos Comunitários</b>. São Paulo: Terceiro Setor, 1995.</p>			
Referências Complementares			
<p>CASTRO, JRB. <b>Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano [online]</b>. Salvador: EDUFBA, 2012, 342p. ISBN 978-85-232-1172-1. Available from SciELO Books .            ARAÚJO, Noémi. Turismo e eventos especiais: a Festa da Flor na Ilha da Madeira. <i>Tourism &amp; Management Studies</i>, 10(2) (2014)            COTTA, AG., and BLANCO, PS., org. <b>Arquivologia e patrimônio musical [online]</b>. Salvador: EDUFBA, 2006. 92 p. ISBN 85-232-0406-7. Available from SciELO Books            COUTINHO, Hevellyn Pérola Menezes; COUTINHO, Helen Rita Menezes. Turismo De Eventos Como Alternativa Para O Problema Da Sazonalidade Turística. <i>Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Edição 03/2007</i>.            LEMOS, EMBC., DANTAS, ER., and CHAO, CHN., orgs. <b>De portas abertas para o lazer: a cultura lúdica nas comunidades de Bairro [online]</b>. Campina Grande: EDUEPB, 2009. 184 p. ISBN 978-85- 7879-026-4. Available from SciELO Books .            OLIVEIRA, Silvana Toledo de; JANUÁRIO, Marcus Vinícius da Costa. Os eventos como potencializadores do turismo regional: o festival de inverno Bahia. <i>CULTUR – Revista de Cultura e Turismo CULTUR</i>, ano 01 - v. 01 – n. 01 – out/2007. Edição Especial – Melhores trabalhos do I            CULTUR. Disponível em .</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE127	Gestão de Segurança e Meio Ambiente	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	5º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<p>- Transmitir conceitos básicos de gestão integrada de segurança, meio ambiente e saúde no trabalho, para que os futuros profissionais desenvolvam pensamentos e atitudes proativas em conformidade com a legislação em vigor.</p> <p>- Evidenciar as técnicas de prevenção e controle de riscos nos ambientes laborais e de eventos.</p> <p>- Conhecer as normas e legislação de segurança do trabalho e dos sistemas de gestão para sustentabilidade em eventos.</p> <p>- Conhecer normas e regulamentações emitidas pela ABNT, Anvisa e Leis Municipais acerca de assistência médica, prevenção de pânico e gestão da segurança para multidões em eventos.</p> <p>Discutir situações reais no ambiente de trabalho, gerando oportunidades de identificação de problemas e criação de soluções, aplicando os princípios da segurança e meio ambiente em eventos.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>A Crise Ambiental (Limites Planetários). Desenvolvimento Sustentável. Indicador Ambiental e de Sustentabilidade - Pegada Ecológica. Legislação Ambiental (Lei de Crimes Ambientais). Aspectos e Impactos Ambientais (Água; Resíduos Sólidos; Energia e Emissões Atmosféricas); Sistema de Gestão Ambiental de Eventos. Histórico da Segurança e Saúde do Trabalho. Legislação trabalhista e previdenciária. Acidentes e doenças do trabalho. Atividades e operações insalubres (Agentes Físicos, Químicos e Biológicos) e perigosas. Prevenção e combate a incêndios. Regulamentação do uso de espaços para eventos. Ergonomia. Noções de Primeiros Socorros.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>ABEOC. <b>Cartilha Evento Seguro: Orientações sobre segurança em eventos.</b> Edição Santa Catarina. 2013.</p> <p>CANTON, Antonia Marisa; HAMAN, Roosevelt. <b>Código brasileiro de autorregulamentação da organização de eventos:</b> conceitos e relações de mercado. Manuais de gestão. Florianópolis-SC: ABEOC Brasil, 2014. 24 p.</p> <p>MATIAS, Marlene (Org.). <b>Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos:</b> culturais, sociais e esportivos. Barueri, SP: Manole, 2011. 244 p. ISBN 9788520431092.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>CARDELLA, Benedito. <b>Segurança no trabalho e prevenção de acidentes.</b> São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LEFF, Enrique. <b>Saber ambiental:</b> sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 494 p.</p> <p>REIGOTA, Marcos; ALVES, Nilda. <b>Meio ambiente e representação social.</b> 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007. 87 p</p> <p>SOUZA, Luciana Cordeiro de. <b>Águas e sua proteção.</b> Curitiba: Juruá, 2011.</p> <p>SEGURANÇA e medicina do trabalho. 55. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 785 p.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM537	Gestão de Pessoas I	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	5º Semestre
<b>Objetivos</b>			
Proporcionar ao/à estudante o entendimento das relações de trabalho nas organizações, bem como se tornar agente de decisão de políticas de gestão de pessoas levando em conta critérios econômicos e humanos tanto no âmbito operacional quanto estratégico.			
<b>Ementa</b>			
Processos e políticas de Gestão de Pessoas; Competência e Gestão por competência; Avaliação de desempenho; Gestão de equipes e Liderança; Diversidade nas organizações; Sindicatos e Relações de trabalho.			
<b>Referências Básicas</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. CHANLAT, J.-F. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 2007.</li> <li>2. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 2010.</li> <li>3. DUTRA, Joel Souza. Competências: Conceitos e instrumentos para Gestão de Pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2010.</li> </ol>			
<b>Referências Complementares</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. KUABARA, Paula Suemi Souza. Estruturas e processos de Recursos Humanos. Curitiba: Intersaberes, 2014.</li> <li>2. ASSIS, Marcelino Tadeu. Indicadores de gestão de RH. Rio de Janeiro: Qualimark, 2005.</li> <li>3. ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.</li> </ol>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE903	Evento como Difusão Cultural (ACEX III)	EVE902	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	-	60	5º Semestre
<b>Objetivos</b>			
Oportunizar aos estudantes a prática de um evento voltado a difusão cultural (democratização do acesso aos bens culturais, formação de público e oferta de subsídios de estímulo ao conhecimento, reconhecimento e valorização dos bens artísticos e culturais).			
<b>Ementa</b>			
Mecanismos de difusão cultural; Elaboração dos projetos técnico e de captação de recursos do evento; Planejamento, produção, promoção e organização do evento; execução do evento; captação de recursos para operacionalização do evento; prestação de contas do evento.			
<b>Referências Básicas</b>			
GIACAGLIA, Maria Cecília. <b>Eventos</b> : como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.			
MENESCAL, Luiz Cláudio e outros. <b>Eventos</b> : oportunidades de novos negócios. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000.			
ZITTA, Carmem. <b>Organização de Eventos</b> : Da Ideia à Realidade. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007			
<b>Referências Complementares</b>			
CAVALCANTE, Carlos Eduardo et al. <b>Motivação para entrada de voluntários em ONG brasileira</b> . Rev. Adm. (São Paulo), Dez 2015, vol.50, no.4, p.523-540. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/pdf/rausp/v50n4/0080-2107-rausp-50-04-0523.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rausp/v50n4/0080-2107-rausp-50-04-0523.pdf</a> .			
OLIVEIRA, Maria Marly de. <b>Como fazer projetos</b> . Campus, 2008.			
PAIVA, Helio Afonso Braga de.; NEVES, M. F. <b>Planejamento estratégico de eventos</b> : como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas, 2008.			
PICCOLI, Pedro; GODOI, Christiane Kleinübing. <b>Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita</b> . Organ. Soc., Set 2012, vol.19, no.62, p.399-416. Disponível em.			
ROGERS, Tony; MARTIN, V. <b>Eventos: planejamento, organização e mercados</b> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			



<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
LET137	LIBRAS I - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	30	30	5º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<p>Desmistificar ideias indevidamente associadas às línguas de sinais e às pessoas Surdas. Conhecer e refletir, sob a ótica sócioantropológica, sobre o conceito de surdez, de identidade(s) e de cultura(s) Surda. Compreender as barreiras e suas implicações nos aspectos sociopolíticos, socioculturais e linguísticos enfrentadas por Surdos/as. Conhecer os aspectos linguísticos da língua de sinais. Desenvolver competência comunicativa em Libras em contextos básicos e cotidianos de comunicação (nível I) para os diversos aspectos, espaços e contextos sociais, com ênfase na área de formação profissional do discente.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>Perspectiva sócioantropológica sobre a surdez, pessoa Surda e língua de sinais. Estudos sobre os aspectos socioculturais e linguísticos das comunidades surdas. A importância da língua de sinais para o desenvolvimento social e discursivo das pessoas Surdas. Introdução aos aspectos linguísticos da língua de sinais. Desenvolvimento da competência comunicativa em Libras, em contextos básicos e cotidianos de comunicação (nível I), com ênfase na área de formação profissional do discente.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>GESSER, A. <b>LIBRAS? Que língua é essa?:</b> crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. Disponível em Acesso em: 18 nov. 2022.  QUADROS, R. M. de (org.). <b>Gramática da Libras</b>. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2021. (V-book). Tradução Sônia Marta de Oliveira e Tom Mim Alves. Disponível em: . Acesso em: 25 nov. 2022.  SILVA, F. I. da. et al. <b>Aprendendo Língua Brasileira de Sinais como Segunda Língua:</b> nível básico. Palhoça: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos - Nepes. IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue, 200-?. 69 p. Disponível em: . Acesso em: 18 nov. 2022.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>COMSURDO. <b>Políticas públicas para surdos: O que se tem dito?</b> YouTube, 8 de mai. de 2020. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2022.  LIRA, G. A.; SOUZA, T. A. F. <b>Dicionário da Língua Brasileira de Sinais</b>. Rio de Janeiro: Acessibilidade Brasil, 2011. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2022.  RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. <b>Aspectos linguísticos da Libras</b>. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2011. Disponível em: <a href="https://books.google.com.br/books?id=be3KcQeQoRwC&amp;lpg=PP1&amp;hl=ptBR&amp;pg=PA5#v=onepage&amp;q&amp;f=false">https://books.google.com.br/books?id=be3KcQeQoRwC&amp;lpg=PP1&amp;hl=ptBR&amp;pg=PA5#v=onepage&amp;q&amp;f=false</a> Acesso em: 18 nov. 2022.  UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. <b>Dicionário Online Libras-Português</b>. Viçosa: CAPES, 2017. Disponível em: . Acesso em: 18 nov. 2022.  USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. e-Disciplinas da USP. <b>Glossário Libras</b>. São Paulo: USP, 2018. Disciplina FLL1024 - Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2022.</p>			

# 6º SEMESTRE

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE130	Tópicos Avançados em Eventos	EVE102 EVE103 EVE107 EVE112 EVE126	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	6º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover discussão sobre temas atuais da área de eventos.</li> <li>- Desenvolver formação com uma visão técnica, crítica e analítica com uma consciência profissional capaz de contribuir para a sustentabilidade da atividade.</li> <li>- Possibilitar a participação de profissionais da área para debaterem temas atuais e avançados na área de eventos.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Desenvolvimento de temas atuais e avançados no campo de ação de eventos.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>GIACAGLIA, Maria Cecília. <b>Eventos: como criar, estruturar e captar recursos</b>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.</p> <p>MATIAS, Marlene. <b>Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos</b>. Barueri, SP: Manoele, 2011.</p> <p>MENESCAL, Luiz Cláudio e outros. <b>Eventos: oportunidades de novos negócios</b>. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>MATIAS, Marlene. <b>Organização de eventos: procedimentos e técnicas</b>. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>MARTIN, Vanessa. <b>Manual Prático de eventos</b>. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Marly de. <b>Como fazer projetos</b>. Campus, 2008.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE120	Estágio Supervisionado	Integralização de 70% da carga horária total	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
160	-	160	6º Semestre
<b>Objetivos</b>			
Aplicar os conhecimentos adquiridos na atividade de rotina de um evento, agindo como agente transformador de uma realidade, através de seus conhecimentos técnicos obtidos durante o curso.			
<b>Ementa</b>			
O estágio supervisionado deverá ser realizado em instituições públicas e privadas, empresas de eventos que possuam na sua estrutura administrativa e física o serviço de eventos. O Aluno, supervisionado pelo supervisor de estágio da instituição de ensino, juntamente com o profissional atuante na área de eventos, deverá executar as etapas de elaboração e operacionalização de diversos tipos de eventos.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. <b>Estágio em Turismo e Hotelaria</b>. São Paulo: Aleph, 2002.</p> <p>BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.</p> <p>DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 10. ed. Campinas : Autores Associados, 2010. 85 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo ; 25). ISBN 9788585701024.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>BASTOS, Lília da Rocha; PAIXÃO, Lyra. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995. 96 p ISBN 8521610815</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <b>Técnicas de pesquisa</b>: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277 p ISBN 9788522451524.</p> <p>MIRANDA, José Luís Carneiro de; GUSMÃO, Heloisa Rios. Os caminhos do trabalho científico: orientação para não perder o rumo. Brasília: Briquet de Lemos, 2003. 96 p. ISBN 8585637226 (broch.).</p> <p>SELLTIZ, Claire; KIDDER, Louise W. ((Org.)). Métodos de pesquisa nas relações sociais: volume 3: análise de resultados. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987. 67 p: v. 3</p> <p>ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p. ISBN 9788573074260.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
EVE128	Trabalho de Conclusão de Curso	EVE124	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	6º Semestre
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver, sob orientação do professor, os elementos teórico-metodológicos com vistas à elaboração de TCC;</li> <li>- Conhecer os procedimentos exigidos pelo Comitê de Ética na Pesquisa.</li> <li>- Compreender os procedimentos de coleta, análise e interpretação de dados amostrais, em pesquisa de campo ou pesquisa bibliográfica.</li> <li>- Assimilar os critérios normativos na elaboração de um trabalho monográfico;</li> <li>- Apresentar um trabalho monográfico ou artigo científico como requisito parcial para a obtenção do título ou;</li> <li>- Apresentar relato técnico a partir da execução de evento sob a coordenação do estudante ou;</li> <li>- Projeto de consultoria dentro das normas estabelecidas.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Natureza do trabalho monográfico, artigo científico e relato técnico: características e requisitos essenciais. A ética na pesquisa.</p> <p>Implementação da pesquisa: desenvolvimento do tema, revisão de literatura, instrumentos de coleta de dados, trabalho de campo, pesquisa bibliográfica, análise dos resultados Normas da ABNT para elaboração de trabalho monográfico. Planejamento e execução de Eventos. Consultoria de Projetos.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BASTOS, L.da R. et.al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas,teses, dissertações e monografias. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 2004.</p> <p>GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo: Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV.</p> <p>LUBISCO, Nídia M. L. e VIERA, Sônia Chagas. Manual de Estilo Acadêmico - Monografias, Dissertações e Teses. Salvador: UFBA. 2003.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 1997.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins. 2004.</p> <p>SEVERINO, A.J. Metodologia Científica – a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&amp;A Ed. 2004</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>Editorial Revista Educação &amp; Sociedade. Revisão ética na pesquisa em ciências humanas e sociais. Campinas. 2015.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou que acarretem riscos. 2016.</p>			

# DISCIPLINAS OPTATIVAS

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
ADM 571	Gestão Social	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	30	30
<b>Objetivos</b>		
Apresentar ao estudante o campo de conhecimento relacionado com a gestão social, sua inserção na esfera pública, atores e instituições relevantes e modos de ação social.		
<b>Ementa</b>		
Fundamentos teóricos da gestão social. Gestão social e esfera pública. Estratégias e instrumentos da gestão social: participação e controle social. Terceiro setor e organizações não-governamentais. Noções das dimensões sociais, políticas e econômicas relacionadas ao fenômeno: sociedade civil, democracia, espaço público, autonomia social, desenvolvimento local sustentável, gestão ambiental, interfaces sociedade civil/Estado/setor privado. Redes sociais, redetecnológicas e outras formas de cooperação.		
<b>Referências Básicas</b>		
MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez. 2003. BEHRING, Elaine. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez. 1998. GOHN, M. A. Movimentos sociais no início do século XXI. Petrópolis: Vozes. 2003. Cavalcanti, Marly. Gestão Social, Estratégias e Parcerias. São Paulo: Saraiva. 2006. HELENA, Eloisa. Terceiro setor gestão e controle social. São Paulo: Saraiva. 2007.		
<b>Referências Complementares</b>		
FERNANDES, R.C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume/Dumará. 1994. GOHN, M. A. O novo associativismo e o terceiro setor. São Paulo: Cortez. 1998.		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
ADM 527	Liderança, Gestão de Equipes e Competências	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceber a importância do trabalho em equipe para o desenvolvimento das pessoas e das organizações no contexto atual das organizações a partir dos conceitos e fundamentos básicos e dos novos enfoques gerenciais.</li> <li>- Identificar a importância do indivíduo nas equipes de trabalho</li> <li>- Desenvolver habilidades básicas de gestão, construindo as competências técnicas fundamentais à formação.</li> <li>- Capacidade de inovar e articular-se (saber ser e saber fazer) diante dos movimentos e evoluções socioculturais, tecnológicos, científicos, econômicos e mercadológicos, agindo sempre com sensibilidade às questões sociais, éticas e morais.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
<p>Liderança. Escolas e tipologias. Equipe: Desenvolvimento de equipe. Estágios de desempenho de grupo. Objetivos. Tipos. Papéis fundamentais. Planejamento de desenvolvimento de equipe: fases do desenvolvimento. Funções. Avaliação de resultados em desenvolvimento de equipe. Conceito de aprendizagem organizacional. Desenvolvimento e implementação de um plano de gestão de Clima Organizacional, a partir de uma pesquisa de Clima quantitativa ou qualitativa.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>BERGAMINI, C. O líder eficaz. São Paulo: Atlas, 2008.  COHEN, Allen R.; FINK, Stephen L. Comportamento organizacional: conceitos e estudos de casos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.  SCHEIN, E. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>ANTONELLO, Claudia Simone; GODOY, Arilda Schmidt; Aprendizagem Organizacional no Brasil. Porto Alegre: Ed Bookman, 2011.  BALCÃO, Y. F., CORDEIRO, L.L. O comportamento humano na empresa: uma antologia. São Paulo: Getúlio Vargas, 2010.  DAVIS, Keith; NEWSNAL, John W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. São Paulo: Pioneira, 1996.  DRUCKER, Peter F. Gestão. Rio de Janeiro: AGIR, 2011.  KANAANE, Roberto. Comportamento Humano nas Organizações: o homem rumo ao século XXI. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
GEO136	Geografia Cultural	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	-	-
<b>Objetivos</b>		
<b>Ementa</b>		
Análise das bases teórico-filosóficas das abordagens culturais em Geografia. Estudo das dinâmicas sócioespaciais de manifestações culturais materiais e imateriais no espaço urbano e rural. Identificação e análise dos principais temas da Geografia Cultural contemporânea		
<b>Referências Básicas</b>		
MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez. 2003. BEHRING, Elaine. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez. 1998. GOHN, M. A. Movimentos sociais no início do século XXI. Petrópolis: Vozes. 2003. Cavalcanti, Marly. Gestão Social, Estratégias e Parcerias. São Paulo: Saraiva. 2006. HELENA, Eloisa. Terceiro setor gestão e controle social. São Paulo: Saraiva. 2007.		
<b>Referências Complementares</b>		
FERNANDES, R.C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume/Dumará. 1994. GOHN, M. A. O novo associativismo e o terceiro setor. São Paulo: Cortez. 1998.		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
LET138	LIBRAS II - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	LET137	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	15	45	-
<b>Objetivos</b>			
Aprofundar os conhecimentos linguísticos apreendidos na disciplina de LET137. Conhecer os aspectos sintáticos e morfológicos na produção de textos em Libras. Desenvolver competência comunicativa e tradutória em/para Libras em contextos básicos e cotidianos de comunicação (nível II) para os diversos aspectos, espaços e contextos sociais, com ênfase na área de formação profissional do discente.			
<b>Ementa</b>			
Aprofundamento do conhecimento apreendido em LET137. Aspectos socioculturais e a diversidade linguística das comunidades surdas. Introdução aos aspectos sintáticos e morfológicos da Libras. Desenvolvimento da competência comunicativa em Libras, em contextos básicos e cotidianos de comunicação (nível II), com ênfase na área de formação profissional do discente.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>QUADROS, R. M. de (org.). <b>Gramática da Libras</b>. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2021. (V-book). Tradução de Sônia Marta de Oliveira e Tom Mim Alves. Disponível em: . Acesso em: 25 nov. 2022.</p> <p>SILVA, F. I. da. et al. <b>Aprendendo Língua Brasileira de Sinais como Segunda Língua</b>: nível intermediário. Palhoça: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos - Nepes. IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue, 200-?. 69 p. Disponível em: . Acesso em: 18 nov. 2022.</p> <p>FELIPE, T. A. <b>Libras em Contexto: Curso Básico</b>: Livro do Estudante. 8ª. Edição - Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2022.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>LIRA, G. A.; SOUZA, T. A. F. <b>Dicionário da Língua Brasileira de Sinais</b>. Rio de Janeiro: Acessibilidade Brasil, 2011. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2022.</p> <p>RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. <b>Aspectos linguísticos da Libras</b>. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2011. Disponível em: <a href="https://books.google.com.br/books?id=be3KcQeQoRwC&amp;pg=PP1&amp;hl=ptBR&amp;pg=PA5#v=onepage&amp;q&amp;f=false">https://books.google.com.br/books?id=be3KcQeQoRwC&amp;pg=PP1&amp;hl=ptBR&amp;pg=PA5#v=onepage&amp;q&amp;f=false</a> Acesso em: 18 nov. 2022.</p> <p>UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. <b>Dicionário Online Libras-Português</b>. Viçosa: CAPES, 2017. Disponível em: . Acesso em: 18 nov. 2022.</p> <p>USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. e-Disciplinas da USP. <b>Glossário Libras</b>. São Paulo: USP, 2018. Disciplina FLL1024 - Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2022.</p> <p>UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <b>Dicionário Colaborativo de Libras</b>. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 22</p>			



<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
HIS 001	História e Cultura Afro-Brasileira	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Ementa</b>		
Estuda a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional e local, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política à História do Brasil, enfatizando a identidade regional.		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>- LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África. Uma História e suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>PARÉS, Luís Nicolau. A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.</p> <p>REIS, João José e SILVA Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001.</p> <p>HALL, Stuart. "Pensando a Diáspora". Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMJ, 2003.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectiva e dificuldades.- In: Revista de Antropologia nº 33 - p.109-118 - FFLCH / USP, 1990.</p> <p>RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. R. Janeiro: Cia Editora Nacional, 1935.</p> <p>UNESCO. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. revisada. Editado por Joseph Ki-Zerbo. Brasília: UNESCO, 2010.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EDU 164	Educação e Relações Étnicas e Raciais	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Ementa</b>		
<p>Estudar as bases legais nacionais e internacionais que tratam da promoção e igualdade étnica e racial, e sua efetividade no Brasil e no mundo, atentando tanto para como os conceitos de raça e etnia têm-se constituído, social e culturalmente, no Brasil, desde a colonização até a contemporaneidade, quanto para apropriação desses conteúdos por parte dos currículos escolares. Discutir de forma crítica e multidisciplinar as teorias e as práticas pedagógicas para uma educação das relações étnicas e raciais.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.  APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.  QUEIROZ, Delcele. Da invisibilidade ao centro do debate: o negro na universidade no século XXI. In. AMORIM, Antônio; LIMA JR, Arnaud S. de; MENEZES, Jaci Ma. F. de (Orgs). Educação e Contemporaneidade: processos e metamorfoses. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.  GILROY, Paul. O Atlântico negro. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.  GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ações afirmativas: aspectos jurídicos in Racismo no Brasil: Peirópolis; ABONG, 2002.  POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART Jocelyne. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 2008.  SOUZA, Boaventura; MENESES, Maria P. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
HUM 154	Educação e Trabalho	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Ementa</b>		
Advento da organização formal do processo de trabalho, manufatura, taylorismo, fordismo. Sociedade contemporânea e a formação do trabalhador polivalente. A noção de competência como ordenadora das relações de trabalho e da educação: suas implicações nos currículos da educação básica e profissional		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>FERRETI, C.J., SILVA JUNIOR, J.R., SALES, M.R. (orgs.). Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã.</p> <p>FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. (orgs.). A experiência do trabalho e a Educação Básica. Rio de Janeiro: DP&amp;A.</p> <p>KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. 6ª edição. São Paulo: Cortez.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>BARACHO, M. da G.; MOURA, D.; PEREIRA, U.; SILVA, A. Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. Natal: CEFET/RN. MACHADO, L.R.S.,</p> <p>NEVES, M. de A., FRIGOTTO, G. e outros. Trabalho e Educação. 2ª edição. Campinas: Papyrus.</p> <p>NEVES, Lúcia Maria W. Brasil 2000. Nova divisão de trabalho na Educação. 2ª edição. São Paulo: Xamã.</p> <p>OLIVEIRA, Carlos R. de. História do Trabalho. São Paulo: Editora Ática. TANGUY, L. Saberes e competências. Campinas: Papyrus.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM 514	Gestão de Pessoas II	ADM537	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
<p>- Capacitar o aluno para conhecer as abordagens contemporâneas acerca da Gestão de Pessoas.</p> <p>- Refletir sobre aspectos contemporâneos da gestão de pessoas e das organizações.</p> <p>Avaliar as diferentes abordagens teóricas e conceituais adotadas sobre competência em gestão de pessoas;</p> <p>Conhecer e aplicar conceitos centrais dos campos de gestão de pessoas, no que tange as dimensões da organização, dos grupos e dos indivíduos.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>Gestão por Competências. Tipologias de Competência. Gestão Estratégica de Pessoas : propósito, engajamento e comprometimento Gestão de Desempenho. Diversidade e Responsabilidade Social Organizacional. Qualidade de Vida no Trabalho. Gestão do Conhecimento e Comunidades de Práticas.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BRANDÃO, J.P. Gestão estratégica de recursos humanos. Rio de Janeiro: FGV, 2013</p> <p>CHANLAT, J-F. O individuo na organização: dimensões esquecidas. V. I. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos: Conceitos, Ferramentas e Procedimentos. São Paulo : Atlas, 2007.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>BALCÃO, Y. F., CORDEIRO, L.L. O comportamento humano na empresa: uma antologia. São Paulo: Getúlio Vargas, 2010.</p> <p>BRANDÃO, Hugo Pena. Mapeamento de competências: métodos, técnicas e aplicações em gestão de pessoas. São Paulo : Atlas, 2012</p> <p>CROCHÍK, J. L. (org.) Preconceito, indivíduo e cultura. O conceito de preconceito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.</p> <p>COHEN, Allen R.; FINK, Stephen L. Comportamento organizacional: conceitos e estudos de casos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>KANAANE, Roberto. Comportamento Humano nas Organizações: o homem rumo ao século XXI. 2.ed. São Paulo: Atlas.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM 593	Gestão da Cadeia de Suprimento e Logística	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
Estudar a Logística na perspectiva da Gestão de Cadeias de Suprimento (Supply Chain Management), no sentido de fornecer aos alunos uma ferramenta de aplicação prática da logística estratégica no mercado e que propicie a criação de valor para todos os integrantes da cadeia: eficiência e eficácia. Capacitar o aluno para a gestão sustentável do fluxo direto e reverso de mercadorias e informações nos mercados interno e externo ao longo da cadeia de suprimentos			
<b>Ementa</b>			
Gestão da Cadeia de Suprimento (Supply Chain Management) e fundamentos da Logística. Visão estratégica e planejamento da Cadeia de Suprimento no âmbito nacional e internacional. Estratégias logísticas e de canais de distribuição. Gestão colaborativa na SCM. Avaliação de desempenho. Custos na logística. Modais e estratégias de transporte. Operadores logísticos. A Tecnologia da Informação aplicada à Logística. Estratégica de Localização de Centros de Distribuição (CD). Gestão de estoque, movimentação e armazenagem de produtos acabados. Embalagem. Logística reversa. Logística sustentável.			
<b>Referências Básicas</b>			
BALLOU, R.H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial. 4 ed.5ed. São Paulo: Bookman, 2006. BALLOU, R.H. Logística Empresarial: Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física; São Paulo: Atlas, 2014 BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística. 4ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013.			
<b>Referências Complementares</b>			
DIAS, Marco Aurélio. Logística, Transporte e Infraestrutura: armazenagem, operador logístico, gestão via TI, multimodal. São Paulo: ATLAS, 2012. FIGUEIREDO, K. F.; FLEURY, P. F.; WANKE, P. (Orgs). Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e processos. São Paulo: Atlas, 2003. LEITE, P. R. Logística Reversa: meio ambiente e competitividade: a cadeia de suprimentos como caminho para a lucratividade. 2ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. PIRES, S. R. I. Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009. XAVIER, Lúcia Helena; CORRÊA, Henrique Luiz. Sistemas de logística reversa: Criando Cadeias de Suprimento Sustentáveis. São Paulo: ATLAS, 2013.			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
HUM 100	Filosofia	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceber como a Filosofia pode contribuir para a fundamentação epistemológica de projetos profissionais de diferentes áreas do conhecimento e a conseqüente contribuição das mesmas, para o desenvolvimento e o sucesso pessoal e profissional do cidadão e das organizações;</li> <li>- Perceber que a filosofia surge para ajudar o ser humano a aprender sobre ele mesmo (autoconhecimento). E para ajudá-lo a conhecer, a compreender e a se relacionar com seus semelhantes e com a vida;</li> <li>- Verificar como as reflexões e os ensinamentos filosóficos podem contribuir para uma melhor compreensão da vida cotidiana (pessoal e profissional) do ser humano;</li> <li>- Desenvolver a capacidade de análise, reflexão e crítica a partir de estudos dialógicos dos fundamentos da filosofia;</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>Abordagens reflexivas sobre o valor da filosofia para a vida humana: contribuição para a formação do sujeito/cidadão (pensar de forma reflexiva crítica) e para a compreensão do mundo; Diálogos reflexivos sobre algumas questões fundamentais do ser humano (liberdade, felicidade, responsabilidade, ideologia, linguagem, poder e política, entre outros); introdução ao pensamento filosófico: ética, estética, política e epistemologia; análise de alguns dos fundamentos do pensamento filosófico dos períodos: cosmológico, clássico, medieval, moderno e contemporâneo; compreensão da moral e sua inter-relação com as normas e a responsabilidade individual e coletiva.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>CARO, Tito Lucrécio; CÍCERO, Marco Túlio; SÊNECA, Lúcio Aneu; AURÉLIO, Marco. Antologia de textos / Epicuro ; Da natureza / Tito Lucrecio Caro ; Da republica / Marco Tulio Cicero ; Consolacao a minha mae Helvia ; Da tranquilidade da alma ; Medéia ; Apocoloquintose do divino Claudio / Lucio Aneu Seneca ; Meditações / Marco Aurélio : traduções de Agostinho da Silva [et.al.]. São Paulo: Abril Cultural.2ª ed. 1980  ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna. 5ª ed. 2013.  CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática. 13ª ed. 2006.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 4ª ed. 2006.  LOCKE, John. Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Abril Cultura. 2ª ed. 1978.  MARCONDES, Danilo. Café Philo. Jorge Zahar.  PLATÃO; XENOFONTE; ARISTÓFANES; Defesa de Socrates / Platão. Ditos e feitos memoraveis de Socrates; Apologia de Socrates / Xenofonte. As nuvens / Aristofanes. São Paulo: Nova Cultural. 4ª ed. 1987.  SARTRE, Jean- Paul; GUEDES, Rita Correia (Tradutora). São Paulo: Nova Cultural. 3ª ed. 1987.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
HUM 101	Sociologia	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreende a especificidade das Ciências Sociais, da sua metodologia e do seu objeto. O seu surgimento;</li> <li>- Perceber os principais conteúdos das diferentes escolas sociológicas (marxismo/funcionalismo/sociologia compreensiva);</li> <li>- compreender a abrangência e complexidade da divisão do trabalho e suas formas de gerência.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
Contexto histórico de formação da Sociologia. Cultura e Natureza. Eurocentrismo e relativismo cultural. Concepções clássicas e seus desdobramentos contemporâneos (Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx). Construção Social da Identidade. Elementos de sociologia do trabalho. Sociologia da dominação. Relações étnico-raciais na formação da sociedade brasileira.			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>DURKHEIM, E. Da Divisão do Trabalho Social. SP: Abril Cultural. 1973.  MARX, Karl &amp; ENGELS, F. O Manifesto Comunista. SP: Boitempo. 1998.  MARX, Karl. O Capital. SP: Abril. 1992.  WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. SP: Pioneira. 1997.  WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vols. 01 e 02. SP: UnB. 2004.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>ANTUNES, Ricardo. "Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?" in: Infoproletários – Degradação Real do Trabalho Virtual. SP, Boitempo, 2009 (pp. 231-238).  CASTEL, R. As Metamorfoses da Questão Social. RJ, Vozes, 2003.  FREUND, Julien. Sociologia de Marx Weber. SP, Forense-Universitária.  HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. José Olympio Editora, RJ, 1978.  IANNI, Octávio. "A Sociologia e o Mundo Moderno" in: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. S. Paulo, VOLUME 1, 1989, p. 7-27.  LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. SP, Ed. Hucitec, 1986. (Caps. 1 e 5).  LINHART, Daniele "Modernização e precarização da vida no trabalho". (mimeo)  MUNANGA, Kabengele. "Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia", 2003 (mimeo).  NOGUEIRA, Oracy. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem" in: Tempo Social. V. 19, n. 1, 2006, pp. 287-308.  PIERUCCI, Antonio. "Religião como solvente – uma aula". In: Novos Estudos CEBRAP, no. 75, 2006, pp. 111-127.  SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. Ed. Perseu Abramo, SP, 2004 (Introdução e Conceito de Gênero, pp. 09-10 e 44-47).  WEBER, M. "Ciência como Vocação" in: Ciência e Política: duas vocações. SP, Cultix, 1993.  WEBER, Max. Conceitos Básicos de Sociologia. Centauro, 2008, (pp. 37-52).</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
HUM 151	Estado e Sociedade	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
<p>Contribuir para a compreensão dos alunos sobre as teorias do Estado. Abordar as relações entre poder, liberdade e igualdade.</p> <p>Discutir as relações entre as classes sociais em face da democracia e da opressão e exploração econômico-social.</p> <p>Refletir sobre o Estado do ponto de vista da evolução do capitalismo, inclusive considerando as transformações históricas das empresas. Examinar a questão do Estado no debate sobre liberalismo, regulação, intervencionismo, desenvolvimentismo, inclusive no contexto do Brasil.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>Teorias sobre a natureza do Estado. A questão nacional. Capitalismo e classes sociais. Mercado e propriedade. Poder, liberdade e igualdade. Coerção e hegemonia. Legitimidade e governabilidade. Estado de Bem Estar Social. Cidadania e políticas públicas. Intervencionismo. Estado desenvolvimentista. Estado neoliberal. A questão do Estado no Brasil.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. SP: Brasiliense. 2000.</p> <p>LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. SP: Companhia das Letras. 2012.</p> <p>WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. RJ: Paz e Terra. 1989.</p> <p>IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. RJ: Civilização Brasileira. 1987.</p> <p>SINGER, Andre. Os Sentidos do Lulismo. SP: Companhia das Letras. 2012.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>MANDEL, Ernest. Teoria Marxista do Estado. Lisboa: Antídoto. 1977.</p> <p>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart. SP: Ed. Revan/Unb. 2001.</p> <p>TOLEDO, Caio. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. SP: Revista Brasileira de História. 24, nº 47, p.13-28 - 2004.</p> <p>COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou Contrarreforma? SP: Novos Rumos. V. 49, N. 01, pp. 117-126. 2012.</p> <p>SINGER, André &amp; LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do Lulismo. SP, Ed. Boitempo, pp. 55-92. 2016.</p> <p>CAMPOS, Pedro. Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar. RJ: Eduff. 2014.</p>			



<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM 540	Direito e Legislação Social	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
<p>Proporcionar uma visão clara e concisa da ciência jurídica aos estudantes de Administração, apresentando o Direito como unidade sistêmica, destinada a regular as relações sociais. Conscientizá-los dos direitos e deveres inerentes à pessoa humana, ao cidadão, ao estado e aos grupos que compõem a sociedade.</p> <p>Contribuir para o ordenamento e proteção da atividade humana, em especial da atividade laboral, individual e coletivamente, destacando-se o respeito à dignidade do homem e às suas liberdades fundamentais, garantidas pela Constituição Federal do Brasil.</p> <p>Estimular a reflexão sobre os problemas e dilemas relacionados ao Direito.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>A Sociedade, o Direito e a Ordem Jurídica. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Noções Básicas de Direito Constitucional, Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Administrativo. Direito Penal. Direito do Consumidor. Direito Ambiental. Direitos Humanos. Direito Constitucional: Elementos constitutivos do Estado; Constituição, conceito, história, considerações gerais; Poder Constituinte; Regime Político-Jurídico; Formas de Estado; Formas de Governo; Divisão do Funcional do Poder; Direito Civil: das pessoas naturais; da personalidade e da capacidade civil; das pessoas jurídicas; disposições gerais; Direito do Trabalho: Princípios; Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho, elementos e características; Infortunística. Terceirização. Cooperativas. Princípios da Administração Pública; Classificação da Administração Pública; Serviços Públicos; Autarquias; Sociedade de Economia Mista; aspectos históricos; considerações gerais; responsabilidade civil; Código de Defesa do Consumidor: aspectos históricos; considerações gerais; responsabilidade civil; código de Defesa do Consumidor; Tutela do Consumidor; Órgãos de Defesa do Consumidor. Direito Ambiental: aspectos históricos, considerações gerais; Legislação ambiental. Direitos Humanos: aspectos históricos, considerações gerais; Legislação; Tratados e Convenções Internacionais de direitos Humanos.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. Editora Freitas Bastos, 9a Edição, 1958.  PAUPÉRIO, Artur Machado. Introdução ao Estudo do Direito. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 1981.  GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 11a Edição, 1986.  DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. Editora Saraiva. S. Paulo. 10a Edição, 1998.  JACQUES, Paulino. Curso de Introdução à Ciência do Direito. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 1971.  COTRIM, Gilberto Viana. Direito de Legislação (Introdução ao Direito). Editora Saraiva. 18a Edição, 1995.  HERKENHOFF, João Baptista. Instituições de Direito Público e Privado. Editora Acadêmica. S. Paulo, 1992.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>GOMES, Orlando e Gottschalk, Elson. Curso de Direito do Trabalho. Editora Forense. Rio de Janeiro.  MORAES FILHO, Evaristo de. Curso de Direito do Trabalho. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 1960.  FIUZA, César. Direito Civil/Curso Completo. Revisado, Atualizado e ampliado. Belo Horizonte. Editora Dek Ret. 2004.  MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas. São Paulo 23ª Edição. 2008.  NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. Editora Atlas. São Paulo 7ª Edição 2017.  GRECO, Rogério, Curso de Direito Penal. Editora Impetus, Rio de Janeiro. 12ª Edição 2010.  BENJAMIN, Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. Editora Saraiva. São Paulo. 16ª Edição; 2015.  FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. Editora Saraiva. São Paulo. 16ª Edição. 2015.  GUERRA, Sidney. Direito Humanos. Editora Saraiva. São Paulo. 5ª Edição. 2017.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
HUM 102	Psicologia Aplicada ao Trabalho	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentar e discutir, de maneira introdutória, elementos gerais da psicologia e da psicologia do trabalho e das organizações.</li> <li>- Apresentar elementos introdutórios do saber e das práticas psicológicas.</li> <li>- Discutir as principais contribuições das teorias psicológicas para a compreensão do homem no trabalho e nas organizações.</li> <li>- Apresentar o contexto histórico, social e epistemológico no qual surgiu a psicologia organizacional e do trabalho.</li> <li>- Discutir questões referentes à importância do trabalho para a identidade do indivíduo.</li> <li>- Discutir questões referentes à saúde e ao sofrimento psicológico no trabalho.</li> <li>- Refletir sobre o assédio moral, o preconceito e a humilhação em ambientes de trabalho.</li> <li>- Refletir sobre relações de gênero, étnicas e raciais em contextos de trabalho.</li> <li>- Apresentar e discutir os processos grupais, o poder e a participação nos contextos de trabalho.</li> <li>- Refletir sobre cidadania, direitos humanos e relações de trabalho.</li> <li>- Refletir sobre aspectos contemporâneos da psicologia do trabalho e das organizações.</li> </ul>			
<b>Ementa</b>			
<p>A psicologia enquanto ciência e profissão. A psicologia, suas contribuições e aplicações no trabalho e nas organizações. História da psicologia do trabalho e das organizações. Saúde mental e sofrimento psicológico no trabalho. Preconceito, humilhação social e assédio moral nos locais de trabalho. Trabalho, relações étnicas e raciais e relações de gênero. Grupos, poder e participação nas organizações. Trabalho, cidadania e direitos humanos. Trabalho e identidade: temas contemporâneos.</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BOCK, A. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, M. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.  CHANLAT, J-F. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. V. I. São Paulo: Atlas, 2007.  ZANELLI, J. C., BORGES-ANDRADE, J. E. e BASTOS, A. V. B. (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>BLEGER, J. Temas e psicologia: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 2011.  CROCHÍK, J. L. (org.) Preconceito, indivíduo e cultura. O conceito de preconceito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.  FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1997.  GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. P. (org.) Orientação à queixa escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 187-221.  HELOANI, R. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. RAE-eletrônica, v. 3, n. 1, Art. 10, jan./jun. 2004.  SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2011.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM 583	Autogestão, Associativismo, Cooperativismo	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
Conhecer o referencial básico sobre autogestão, cooperativismo, associativismo. Estudar experiências cooperativistas no Brasil e no mundo. Proporcionar o debate sobre os movimentos do socialismo autogestionário, do cooperativismo popular e da Economia Solidária.			
<b>Ementa</b>			
História da autogestão e do cooperativismo. Mudanças no mundo do trabalho e os desafios da Economia Solidária. Formas de produção não-capitalista - limites e possibilidades.			
<b>Referências Básicas</b>			
SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.L.; GAIGER, I.; HESPANHA, P. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação (Economia Solidária). Rio de Janeiro: DP&A. Holyoake, G.J. Os 28 Tecelões de Rochdale. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Domínio público. 1933. SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.			
<b>Referências Complementares</b>			
KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia. Petrópolis: Vozes. NUNES, Débora. Pedagogia da Participação: Trabalhando com Comunidades. Salvador: Unesco/Quarteto. GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e Expressões: Da Economia Solidária No Brasil. Porto Alegre: UFRGS. MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária: Aspectos Econômico-Filosóficos. Petrópolis. Vozes.			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>	
ADM 584	Gestão Socioambiental e Sustentabilidade	-	
<b>Carga Horária</b>			
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Período Letivo</b>
60	60	-	-
<b>Objetivos</b>			
<p>A disciplina tem por objetivo introduzir aos discentes conceitos, aspectos, práticas de gestão, e desafios relacionados com a gestão socioambiental e sustentabilidade no contexto das organizações, com ênfase em organizações brasileiras. Discutir o contexto da economia de baixo carbono e os desafios para as instituições públicas e privadas. Discutir as Políticas Públicas brasileiras de gestão ambiental e mudanças climáticas na perspectiva da agenda mundial para esse fim. Identificar as iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento sustentável no contexto nacional e internacional. Identificar as oportunidades de inovação no contexto do desenvolvimento sustentável e sua contribuição para a sustentabilidade nas organizações e a consequente redução dos impactos ambientais e sociais.</p>			
<b>Ementa</b>			
<p>Os conceitos de gestão ambiental, social e de sustentabilidade. Gestão socioambiental: teoria econômica sobre a ótica social e ambiental. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade corporativa. Controladoria Ambiental. Gestão ambiental estratégica. Gestão de custos ambientais. Desempenho Corporativo Ambiental. Gestão de Impactos e Riscos Ambientais. Fundamentos de Sustentabilidade. Triple Bottom Line. A questão ecológica nos modelos de negócios. Sistema de Gestão Ambiental e a série ISO 14000. Impacto social e ambiental das organizações. Políticas Ambientais. Noções sobre riscos ambientais e seus impactos econômicos e sociais. Disclosure Ambiental e Relatório de Sustentabilidade. Conceitos ligados à responsabilidade social. A função social das empresas, compromisso social e gestão empresarial e as dimensões da responsabilidade social. Modelos de indicadores e avaliação. Instrumentos de responsabilidade social. Instrumentos Financeiros para transição para uma economia de baixo carbono. Iniciativas Empresariais em Clima. Relato de sustentabilidade. Relato Integrado e o International Integrated Reporting Council (IIRC). Índices de Sustentabilidade. Responsabilidade Social Corporativa. Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da BM&amp;FBovespa; Carbon Disclosure Project. Classificação hierárquica de riscos ambientais das empresas com base em análises de ciclo de vida (ACV), análises energéticas (memória energética) e com base na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 10165/2000).</p>			
<b>Referências Básicas</b>			
<p>BARBIERI, J. C. Gestão Ambiental Empresarial. Conceitos, Modelos e Instrumentos. 4ª. Rio de Janeiro: Saraiva. 2016.  DIAS, R. Gestão Ambiental. Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3ª Ed. São Paulo: Gen/Atlas. 2017.  DONAIRE, Denis . Gestão Ambiental na Empresa. 3ª Ed. São Paulo: Gen/Atlas. 2018.</p>			
<b>Referências Complementares</b>			
<p>BARBIERI, José Carlos; SIMANTOB, Moisés Alberto (org.). Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações..São Paulo: Atlas. 2007.  GOMES, S. M. S.; GARCIA, C. O. (org.). 1ª Ed. Controladoria Ambiental: Gestão Social, Análise Controle. São Paulo: Atlas. 2013.  ALMEIDA, F. Experiências Empresariais em Sustentabilidade: Avanços, Dificuldades e Motivações de Gestores e Empresas. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.  ALMEIDA, F. (Org.) Desenvolvimento Sustentável 2012-2050. 1ª Ed. São Paulo Philips: Holclim: Braskem. 2012.  ELKINGTON, J. Sustentabilidade, Canibais com Garfo e Faca. 1ª Ed. São Paulo: M.Books. 2012.</p>			

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE132	Eventos Esportivos	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	-	-
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, organizar, executar e avaliar eventos esportivos.</li> <li>- Compreender o esporte como fenômeno social, econômica, humana e educacional</li> <li>- Identificar os principais conceitos da organização de eventos esportivos.</li> <li>- Reconhecer e executar as principais etapas do planejamento, organização, realização e avaliação de eventos esportivos.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
<p>A disciplina versará sobre conhecimentos sobre eventos esportivos, nas suas diversas dimensões, formatações e interesses, com enfoque no planejamento, organização, execução e avaliação dos mesmos.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>MATIAS, Marlene. <b>Organização de Eventos: Procedimentos e Técnicas</b>. 6ª edição. São Paulo: Barueri Manole, 2013.</p> <p>POIT, Davi Rodrigues. <b>Organização de Eventos Esportivos</b>. 4ª edição. São Paulo: Phort Editora, 2006.</p> <p>TUBINO, Manoel. <b>O que é esporte</b>. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>GIACAGLIA, Maria Cecília. <b>Eventos: como criar, estruturar e captar recursos</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>GIACAGLIA, Maria Cecília. <b>Organização de eventos: teoria e prática</b>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.</p> <p>MALLEN, Cheryl; ADAMS, Lorne J.. <b>Gestão de Eventos Esportivos, Recreativos e Turísticos: Dimensões Teóricas e Práticas</b>. Barueri/SP: Manole, 2013.</p> <p>MATIAS, Marlene (org.). <b>Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos</b>. Barueri, SP: Manole, 2011.</p> <p>MELO, Victor Andrade de. <b>Esporte e lazer: conceitos: uma introdução histórica</b>. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE133	Gestão da Qualidade na Área de Turismo	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	-	-
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer os principais elementos da gestão da qualidade visando a sobrevivência e produtividade da indústria do turismo</li> <li>- Compreender a evolução da gestão de qualidade e os principais fatores envolvidos.</li> <li>- Avaliar a importância da COT (Controle de Qualidade Total) em geral e de suas implicações estratégicas no ambiente de negócios</li> <li>- Conhecer as principais metas e técnicas de gestão de qualidade.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
<p>Conceito de Qualidade e Gestão da Qualidade. Enfoques da Gestão da qualidade. Sistemas de gestão de qualidade. Histórico da Qualidade. A Gestão as Organizações, modelos de gestão, Gestão da Qualidade Total (TQM - <i>Total Quality Management</i>) como um instrumento de gestão eficaz para melhorar a sua qualidade de serviço. Elementos da gestão da qualidade. Prêmios de qualidade pelo mundo. A integração dos sistemas da qualidade, ambiente e segurança e saúde em turismo.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>MELLO, Carlos Henrique Pereira; SILVA, Carlos Eduardo Sanches da; TURRIONI, João Batista; SOUZA, Luiz Gonzaga Mariano de. ISO 9001:2008: sistema de gestão da qualidade para operações de produção e serviços. São Paulo: Atlas, 2009. 239 p.</p> <p>OSADA, Takashi. Housekeeping 5S's: seiri, seiton, seiso, selketsu, shitsuke: cinco pontos-chaves para o ambiente da qualidade totoal. 3.ed. São Paulo: Instituto IMAM, 1992. 212 p.</p> <p>SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 239 p.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 8.ed. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004. 266 p.</p> <p>KLINK, Amyr. Gestão de sonhos: riscos e oportunidades. 8. ed. Salvador: Casa da qualidade, 2000. 192 p</p> <p>RICL, Ana. Gráfico de pareto: introdução básica de gráficos de controle. [s. l.]: [s. n.], 17 p.</p> <p>TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo e qualidade: tendências contemporâneas. 6. ed. rev. atual. Campinas : Papirus, 2000. 120 p. (Turismo).</p> <p>VALLE, CYRO EYER DO. Como se preparar para as normas ISO 14.000: qualidade ambiental : o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente . 2. ed. São Paulo : Pioneira, 1995. 177 p</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE134	Gestão e Organização dos Meios de Hospedagem	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	-	-
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender a evolução histórica da hotelaria no decorrer dos tempos;</li> <li>- Identificar os diversos tipos e finalidades dos meios de hospedagem;</li> <li>- Compreender a operação da Administração dos Meios de Hospedagem;</li> <li>- Identificar as funções administrativas da hotelaria;</li> <li>- Compreender as peculiaridades dos Meios de Hospedagem;</li> <li>- Refletir sobre a gestão, estrutura física e funcional dos meios de hospedagem.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
<p>A empresa hoteleira. Tipologia dos Meios de Hospedagem. Classificação dos meios de Hospedagem nacional. Organização, estrutura física e funcional dos Meios de Hospedagem. Rotinas e procedimentos do departamento de Hospedagem. A evolução dos meios de hospedagem no mundo, no Brasil e na Bahia.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>BENI, Mário Carlos. <b>Análise Estrutural do Turismo</b>. 7ª. ed. Editora SENAC, 2002.  CASTELLI, Geraldo. <b>Administração hoteleira</b>. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.  LA TORRE, Francisco de. <b>Administração hoteleira: departamentos</b>. São Paulo: Roca, 2001. 2 v.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>COIMBRA, Ricardo. <b>Assassinatos na hotelaria: ou como perder seu hóspede em 8 capítulos</b>. 6. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1998.  CASTELLI, Geraldo. <b>Excelência em hotelaria: uma abordagem prática</b>. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.  DAVIES, Carlos Alberto. <b>Cargos em hotelaria</b>. 3. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001. 325 p.  DUARTE, Vladir Vieira. <b>Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos</b>. São Paulo: Ed. SENAC, 1996.  GODOI, Adalto Felix de. <b>Hotelaria hospitalar e humanização no atendimento em hospitais</b> 2. ed. São Paulo : Ícone, 2008</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
GEO139	Geografia do Turismo	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Ementa</b>		
<p>Análise da relação entre as atividades turísticas e a produção do espaço. Paisagens, valores culturais e meio ambiente como recursos turísticos. Impactos socioespaciais das atividades turísticas. Turismo e ordenamento territorial. Os principais fluxos e centralidades turísticas no Brasil e no mundo.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>CRUZ, R. C. A. Introdução a Geografia do Turismo. São Paulo: Ed. Roca LTDA, 2003.</p> <p>ROGRIGUES, A. A. B. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.</p> <p>YAZIGI, E. Turismo e Paisagem. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. Baía de Todos os Santos: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011.</p> <p>HATJE, Vanessa; ANDRADE, Jailson Bittencourt. Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos. Salvador: EDUFBA, 2009.</p> <p>MORAES, Antonio Carlos Robert. Contribuições à gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.</p> <p>SANTOS, Miguel Cerqueira. Turismo em Ambiente Costeiro no Brasil e em Portugal. Salvador: EDUNEB, 2012.</p>		



<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE138	Oratória	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	-	-
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar os princípios da Oratória como um meio de expressão, informação e comunicação no exercício da cidadania e nas relações interpessoais (sala de aula e ambiente de trabalho);</li> <li>- Compreender e aplicar os recursos da Oratória como estratégia para melhoria da expressão e comunicação nos diversos espaços e situações comunicativas.</li> <li>- Reconhecer a função pedagógica dos princípios da Oratória aplicados ao desenvolvimento interpessoal do aluno frente aos desafios operacionais da comunicação.</li> <li>- Conhecer as origens, o desenvolvimento e as controvérsias que se espraiam no estudo e nos pressupostos retóricos, partindo da Retórica Aristotélica à Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca.</li> <li>- Promover o estudo dos princípios e funções da Argumentação e da Retórica do ponto de vista do discurso, refletindo sobre a importância do domínio de recursos linguísticos na defesa e (des)construção de pontos de vista.</li> <li>- Analisar textos de diversos gêneros e tipos, a partir dos princípios retóricos e argumentativos.</li> <li>- Perceber no emprego da linguagem verbal, notadamente dos aspectos gramaticais e de vocabulário, e da linguagem não verbal (gestos, figuras, desenhos etc), intenções delineadas pelas balizas retóricas e argumentativas.</li> <li>- Analisar, interpretar, e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção;</li> <li>- Compreender os conceitos de texto e discurso no tocante à Retórica e à Teoria da Argumentação.</li> <li>- Ler, interpretar, analisar e produzir textos seguindo os princípios retóricos e argumentativos.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
<p>Processos de Comunicação e Oratória. Técnicas de Oratória e dicção. Função pedagógica da Oratória. Marketing Comunicacional. Retórica: historicidade e controvérsias. Da Retórica Grega à Nova Retórica no século XX. Dialética versus Retórica. Premissas e conclusões. Silogismos e Falácias. Teoria da Argumentação. Gêneros do discurso. Pressupostos argumentativos e retóricos. Leitura, compreensão, análise e produção de textos retóricos e argumentativos com ênfase nos aspectos sintáticos, semânticos e discursivos.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>ARISTÓTELES. Retórica das paixões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>WEIL, Pierre. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Petrópolis: Vozes, 2009.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>LEMGRUBER, Márcio; OLIVEIRA, Renato José de. Teoria da argumentação e educação. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2011.</p> <p>PERELMAN, Chaïm. Retóricas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p> <p>SANTOS, Glauria Janaina dos. Pedagogia das Emoções: uma compreensão da dimensão emocional na educação de jovens e adultos. Universidade Federal da Bahia - FAGED, 2008. Dissertação de mestrado.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE135	Patrimônio Histórico e Cultural no Turismo	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceituar: História, Memória e Identidade.</li> <li>- Discutir Patrimônio como construção histórica.</li> <li>- Discutir Patrimônio Cultural como expressão política da memória.</li> <li>- Definir as diversas categorias de bem cultural e a importância da preservação.</li> <li>- Discutir a legislação patrimonial em torno da preservação de bens culturais e históricos.</li> <li>- Analisar os monumentos históricos e bens culturais do estado da Bahia e seu sentido para construção identitária dos baianos.</li> <li>- Analisar o consumo do patrimônio pelo turismo.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
<p>Através do estudo do patrimônio nas perspectivas histórica e cultural, a disciplina em tela visa desenvolver entre os estudantes a ideia de que o patrimônio é uma ferramenta para se entender a memória social e a identidade de um povo, assim como despertar a conscientização da importância de se preservar os bens culturais, materiais e imateriais. Pretende-se, ainda, suscitar reflexões acerca de estratégias da utilização do patrimônio como vetor de desenvolvimento regional por meio do turismo.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>CAMARGO, Haroldo L. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.</p> <p>COSTA, Everaldo B.; BRUSADIN, eandro B; PIRES, Maria do Carmo (orgs.) Valor Patrimonial e Turismo: limiar entre história, território e poder. SP: Outras Expressões, 2012.</p> <p>PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo Rocca, 2004.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>BANDUCCI JR., Álvaro e BARRETTO, Margarita (orgs.) Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica. SP: Papyrus, 2001</p> <p>CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs). Turismo e Patrimônio Cultural. SP: Contexto, 2007.</p> <p>MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.</p> <p>MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2005.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE136	Sistemas Hoteleiros	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Objetivos</b>		
<p>Atualizar a prática dos Sistemas Hoteleiros.  Desenvolver competências que permitam melhor entendimento dos processos hoteleiros.  Identificar e controlar a manutenção dos empreendimentos hoteleiros.</p>		
<b>Ementa</b>		
<p>Gerenciamento dos processos hoteleiros e suas inter-relações. O Trade Turístico e a Empresa Hoteleira. A logística hoteleira. Gestão da Qualidade na Hotelaria. Manutenção Hoteleira.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>DUARTE, Vladir Vieira. Administração de Sistemas Hoteleiros: conceitos básicos  São Paulo, SENAC.1996  LINZMAYER, Eduardo.Guia Básico para a Administração da Manutenção Hoteleira.São Paulo,SENAC.1994  VELOSO, José Ruy (org.). Estudo de Viabilidade para Projeto Hoteleiro. Campinas, SP Papyrus. 2003</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>KARASSAWA, Neuton S. A Qualidade da Logística no Turismo: um estudo introdutório.São Paulo.Aleph. 2003</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE137	Aspectos Históricos e Eventos	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer os aspectos históricos</li> <li>- Conhecer a história dos eventos</li> <li>- Compreender a evolução dos eventos no decorrer da história da humanidade.</li> <li>- Avaliar a importância dos diversos eventos como acontecimentos no decorrer da história</li> <li>- Conhecer os principais eventos históricos e seus impactos sociais.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
<p>Aspectos Históricos. Histórico dos Eventos. A trajetória dos Eventos na Antiguidade. Eventos na Idade Média. Eventos na Modernidade. A Contemporaneidade e os Eventos. A importância dos eventos no decorrer da história para humanidade. O impacto de eventos nos processos históricos na sociedade.</p>		
<b>Referências Básicas</b>		
<p>JOANNÈS, F. A Função do banquete nas primeiras civilizações. In: História da Alimentação. FLANDRIN, Jean Louis (org.) e MONTANARI, Massimo. (org.); tradução de Luciano Vieira Machado, Guilherme J.F. Teixeira - São Paulo: Estação Liberdade, 1998. Cap. 2, p.54-67.</p> <p>SCHWARCZ, L. M. O Império das Festas e as festas do Império. In: As barbas do Imperador. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.</p> <p>TINHORÃO, J. R. As Festas no Brasil Colonial. São Paulo: Editora 34, 2000.</p>		
<b>Referências Complementares</b>		
<p>FERNANDES, T. A. Ritualização da Comensalidade. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1995. Separata da Revista da Faculdade de Letras. Sociologia, Porto, I Série, vol. 7, 1997</p> <p>FONTOURA, D. L. DO CONSUMO DE LUXO À DEMONSTRAÇÃO DO LAÇO AFETIVO: A Nova Face Do Casamento. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.</p> <p>GRALHA, C.J. Abordagem Sócio-Cultural da Alimentação no Egito Antigo: quando comer e beber não é somente comer e beber. In: Práticas Alimentares no Mediterrâneo Antigo. Rio de Janeiro: NEA/UFRJ. p. 100, 2012.</p> <p>JANCSÓ, I.; KANTOR, I. Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2001.</p> <p>VELLOSO, M. P. Comê, Morá? Descobrimento, comemoração e nacionalidade nas revistas humorísticas ilustradas. Projeto História, São Paulo, n.20, 2000.</p>		

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Pré-requisito</b>
EVE139	Vida e Carreira	-
<b>Carga Horária</b>		
<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
60	60	-
<b>Objetivos</b>		
Oportunizar aos estudantes a conexão do seu projeto de vida com o mundo do trabalho, a partir de uma metodologia de autogestão da sua carreira durante toda a vida.		
<b>Ementa</b>		
Competências socioemocionais; Atividades de autoconhecimento; Perspectiva de vida e de profissão; Processos de trabalho em grupo; Possibilidades de crescimento pessoal e profissional; Gestão de carreira.		
<b>Referências Básicas</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Yeung, R. Coaching people. São Paulo : Market Books, 2001.</li> <li>2. Moscovici, F. Desenvolvimento interpessoal: leitura e exercícios de treinamento em grupo. Rio de Janeiro: LTC, 1980.</li> <li>3. Horney, K. Neurose e desenvolvimento humano: a luta pela autorrealização. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1974.</li> <li>4. Lima, M.L.M. Ser aprendiz de si mesmo : o autoconhecimento para o desenvolvimento humano nas organizações. Salvador : Quarteto, 2007.</li> </ol>		
<b>Referências Complementares</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Paschoal, J.W.A. A arte de gerir pessoas em ambientes criativos: e outros ensaios sobre mudanças organizacionais e planejamento de carreira. Rio de Janeiro : Record, 2004.</li> <li>2. Degen, R.J. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.</li> <li>3. Instituto De Hospitalidade. Demanda por capacitação profissional no setor de turismo na Bahia. Contexto, 2000.</li> </ol>		